

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



**ANO 63 – Nº 89 – 2003
ISSN – 0020-3890**

Editorial

Revisionismo Histórico

A História é êmulo do tempo, repositório de fatos, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.

Cervantes, Dom Quixote

Cada vez que se verifica alguma mudança político-ideológica em uma sociedade, a sua consolidação vai buscar esteio na reavaliação da história dita oficial. O domínio do presente exige a reordenação do passado segundo a nova ótica adotada para começar a trabalhar o porvir. Liminarmente, define *o quê* recuperar ou destruir do acervo histórico e *o para quê* dessa recuperação. Desde tempos imemoriais a inquisição do passado, antes de ser científica, tem sido política. Procede-se à recuperação seletiva do passado, adequando-o aos interesses do presente para se alcançar os fins colimados. A reconstrução pragmática do passado é tão antiga quanto Clio ou a história do homem. Visa à dupla finalidade de sancionar o poder estabelecido e de impor, às futuras gerações, os seus princípios.

Trava-se, então, uma *guerra de posição* pelo controle da História, da mídia e, em geral, dos estamentos da sociedade capazes de influir na formação da opinião pública. As ações para controlar a opinião pública e assegurar a manutenção do poder político-ideológico revitalizam a imaginação histórica e criam versões contraditórias do passado.

Os autores incumbidos da reconstrução histórica não têm compromisso com a verdade nem com a autenticidade das fontes de que se valem para justificar o que se propõem demonstrar. Frequentemente, seus relatos visam a apagar tradições e

dar nova versão ao passado, apresentando falsos testemunhos e distorcendo ou omitindo fatos consagrados, com o fito de fundamentar a interpretação própria e antagônica. Isso é obtido graças ao domínio que o grupo no poder exerce sobre os meios de comunicação social – se, em passado não muito distante, chegaram até a eliminar de fotografias imagens de pessoas que se tornaram indesejáveis a certos regimes, que poderá acontecer com as inovações e facilidades proporcionadas na era dos computadores?

Os protagonistas desse revisionismo redobram a procura de depoimentos que satisfaçam seus intentos e eliminem os contrários. Nos tempos em que se luta simultaneamente pelo presente e pelo passado, surge então a crítica histórica, centrada nos vultos tradicionais, cuja imagem irradia valores cultuados e representa símbolos aglutinadores de ideais, a fim de servir como instrumento de dominação.

O final do século XIX e o desenrolar do século XX foram tempos em que o passado deixou de ser uno e se multiplicou sob inúmeros enfoques. A colisão entre diferentes versões do passado e projetos político-ideológicos ocasionou o aparecimento de interpretações distintas do acontecido, a exumação de supostas novas provas e o reavivamento de velhas contradições, ampliando as dimensões do histórico e as análises de fatos controversos.

Assim, o passado não é mais monopólio de cronistas e historiógrafos consagrados e transforma-se em reserva de caça de todos que disputam o poder, gerando um pluralismo de contestações em busca da lapidação da História segundo os interesses e conveniências dos grupos em choque.

Só o futuro dirá quem sairá vencedor desse conflito. Na *guerra de posição*, ao que tudo indica, deverá prevalecer o poder do conhecimento, da inteligência e da argumentação comprovada dos contendores, aliado à audácia e à determinação. Já assinalaram, com muita propriedade, que *não se governa sem História e historiadores*.

Como dizia Carlyle, o historiador inglês, em *On Heroes, Heroe-Worship and the Heroes in History* (1841), o herói revolucionário tem um papel trágico – precisa semear a anarquia e o conflito para destruir a antiga ordem e construir um mundo novo, em que um dia também sucumbirá.

SUMÁRIO

Revista do IGHMB

Ano 63 – Nº 89 – 2003

Publicação Oficial do

Instituto de Geografia e História Militar
do

Brasil

Fundada em 1940

DIRETOR

Coronel de Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

REDATOR

Coronel de Eng e EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro

Praça da República, 197

Rio de Janeiro, RJ, 20211-350

BRASIL

Tel/Fax: (55-21) 2221-0467

REVISÃO

Lucia Regina Rodrigues Bimbi

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

SoftImage Assessoria Empresarial

Tel/Fax: (21) 2572-3111

IMPRESSÃO

SERMOGRAF – Artes Gráficas e Editora Ltda.

Tel/Fax: (24) 2237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados autor e fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados no formato A4 (210mm x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha A4), letras de 12 pontos e entrelinha dupla, acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO ANUAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AS GUERRAS DO GOLFO DE 1991 E DE 2003 5
Luiz Paulo Macedo Carvalho

DEFESA NACIONAL NA ORDEM DO SÉCULO XXI ... 18
Mário César Flores

O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO 32
Carlos de Meira Mattos

CAXIAS NO PRATA: DA GUERRA DA CISPLATINA
À DA TRÍPLICE ALIANÇA 39
Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

A ATUALIDADE DAS RAZÕES E
DOS IDEAIS DE TAMANDARÉ 56
Arlindo Vianna Filho

A ARTE DA GUERRA NA ERA NAPOLEÔNICA 63
Nilson Vieira Ferreira de Mello

O ESTAMENTO MILITAR NA GUERRA DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA 72
Sérgio Roberto Dentino Morgado

SOLANO LÓPEZ – NAPOLEÃO OU ÁTILA DO PRATA? 86
Aureliano Pinto de Moura

A DISCIPLINA E A HIERARQUIA:
CURIOSIDADES HISTÓRICAS 110
Manoel Soriano Neto

A INCONFIDÊNCIA BAIANA 117
José de Sá Martins

DOCUMENTO 122

INFORMAÇÕES 125

NOTÍCIAS 126

IGHMB – SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2003 133

RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA – Ano 2003 146

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Fundado em 7 de novembro de 1936

Órgão Consultivo Oficial da História Militar reconhecido pelo Governo Federal
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 – DOU de 1º de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro

(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 – DO/RJ, de 30 de agosto de 1973)

Filiado à Comissão Internacional de História Militar

CGC 30278931/0001-17

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2003-2004

PRESIDENTE

Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

1º VICE-PRESIDENTE

Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins

2º VICE-PRESIDENTE

General-de-Divisão Dr. Aureliano Pinto de Moura

1º DIRETOR-SECRETÁRIO

Coronel João Ribeiro da Silva

2º DIRETOR-SECRETÁRIO

Professor Guilherme de Andrea Frota

1º DIRETOR-TESOUREIRO

Tenente-Coronel (Int Aer) Aleyr Lintz Geraldo

2º DIRETOR-TESOUREIRO

Economista Marcos Ribeiro Corrêa

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coronel Marco Antonio Cunha

SUPLENTES

Coronel Arivaldo Silveira Fontes

Coronel Virgílio da Veiga

Engenheiro Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.

CONSELHO FISCAL

General-de-Exército Pedro Luiz de Araújo Braga

Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho

General-de-Brigada Sérgio Roberto Dentino Morgado

SUPLENTES

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

Coronel Darzan Neto da Silva



NOSSA CAPA

Ilustra a 1ª capa o anverso do medalhão do IGHMB em ouro, sobre um fundo azul, cor heráldica que representa a sabedoria.

As Guerras do Golfo de 1991 e de 2003



Luiz Paulo Macedo Carvalho*

Resumo: Este artigo reproduz palestra proferida pelo autor em 2 de dezembro de 2003, na qual ele analisa as guerras do Golfo de 1991 e 2003 no contexto do determinismo histórico do Oriente Médio em suas relações com o Ocidente, destacando o negócio do petróleo.

Palavras-chave: Guerra, Oriente Médio.

O Iraque (margem fértil do rio) é tido como o berço da civilização, onde os sumérios inventaram a escrita e onde se localizavam os Jardins Suspensos da Babilônia. Conquistado por persas, gregos e romanos, tornou-se centro do Império Árabe nos séculos VIII e IX, período em que se deu a fundação de Bagdá e a introdução da religião islâmica. Seguiram-se as invasões mongóis e turcas, entrando depois em decadência.

A região – chamada na Antigüidade de Mesopotâmia (entre rios, em grego) –, abrigou várias civilizações a partir de 3000 a. C.: a sumeriana, a babilônia e a assíria.

A República do Iraque, criada artificialmente pelos ingleses em 1920, após a Pri-

meira Guerra Mundial, ocupa uma área de 438.128km² (equivalente, grosso modo, à área dos estados de Santa Catarina e Bahia juntos) do geoestratégico *heartland* de MacKinder nos vales dos rios Eufrates e Tigre, os principais cursos d'água do Oriente Médio, com uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Tem população de origem árabe de cerca de 20 milhões, composta de curdos (17%), xiitas, seguidores do Califa Ali (60%), sunitas, ortodoxos defensores da Suna (20%), turcomanos e outras etnias (3%), e como principais cidades: Bagdá (capital), Mossul, ao Norte, Basra, no Sul, Najaf (túmulo de Ali, genro de Maomé) e Karbala (mausoléu de Hussein, neto do Profeta), as duas últimas consideradas cidades santas. Desde 1978 viveu sob o regime de uma sanguinária dita-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, presidente do IGHMB e membro do IHGB.

dura militar do Partido Socialista Árabe Baath, criado por intelectuais esquerdistas e ultra-nacionalistas, contrários à teocracia do Islã (submissão voluntária à vontade de Deus) e xenófobos, que sonhavam em constituir uma República Árabe Unida, a exemplo da tentada por Egito e Síria.

O NEGÓCIO DO PETRÓLEO

Deus, em sua infinita sabedoria, concedeu ao Ocidente a graça do desenvolvimento econômico-científico-tecnológico, que resultou na Revolução Industrial e suas conseqüências e, ao Oriente, a de possuir as maiores reservas mundiais para atender à demanda crescente do “ouro negro” pelo Ocidente.

Para melhor entendimento dos sucessivos conflitos ocorridos no Oriente Médio, impõe-se remontar aos idos do século XIX e início do XX, quando se verificou a expansão colonialista sem precedentes britânica, francesa, austro-húngara, russa, norte-americana e, particularmente, o desmoronamento do Império Otomano.

A rivalidade entre ingleses e russos assinala o começo da disputa pelo petróleo no Oriente Médio.

A partir de 1872, o barão inglês Julius Reuter – fundador da conhecida agência de notícias – negociou acordos com a Pérsia (Irã), que permitiram, entre outras coisas, a exploração de petróleo naquele país. Tais acordos provocaram uma crise com a Rússia. O governo do czar, temendo a expansão imperialista inglesa junto a suas fronteiras ao sul, buscou a anulação dos mesmos. Mas os ingleses não desistiram. Em 28 de

maio de 1901, obtiveram a primeira concessão do Xá da Pérsia para explorar petróleo por sessenta anos em dois terços do país, ficando o pé no Oriente Médio.

Em meados de 1908, jorrou petróleo a 15m de altura na “planície do óleo”, a sudoeste de Teerã, próximo ao Shatt al-Arab, a 500km do Golfo Pérsico.

No ano de 1909, era criada a *Anglo Persian Oil Company*, que se transformaria, com o passar do tempo, na *British Petroleum* (BP).

Três anos depois, em 1912, os ingleses perderam o monopólio no Oriente: surgiu no cenário a *Turkish Petroleum Company*, com 50% de capital repartido entre o *Deutsche Bank* e a *Royal Dutch-Schell* holandesa, e a participação de 5% do milionário armênio Calouste Gulbenkian.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido preocupava-se com o abastecimento da Marinha, diante da mudança do sistema de propulsão dos navios de carvão para óleo. O então Lorde do Almirantado Sir Winston Churchill fez com que a Câmara dos Comuns nacionalizasse a *Anglo Persian Oil Company*, assumindo o controle do petróleo persa.

Em 1914, dá-se a fusão da *Turkish Petroleum Company* com a *Anglo Persian Oil Company*, ficando os ingleses com 50%, continuando os holandeses e os alemães, cada um, com 25%, e permanecendo o intermediário Gulbenkian com 5% dos lucros, o que lhe valeu ser chamado de “Senhor 5%”.

Terminada a guerra, com a derrota da Alemanha e o conseqüente desmantelamento do Império Otomano, as potências aliadas

ditaram as novas regras do jogo, sendo assinados os acordos de San Remo, em 1920. Os franceses assumiram a parte dos alemães, da qual os britânicos haviam se aposado durante o conflito. Em compensação, a França renunciava às reivindicações territoriais ao norte do Iraque (campos petrolíferos de Mossul). O Reino Unido, por sua vez, anunciava que toda companhia privada interessada na exploração de petróleo naquela área ficaria sob o seu controle, mas silenciando quanto às reservas petrolíferas da Mesopotâmia, sem ninguém dizer nada. San Remo foi um golpe duro contra os norte-americanos, que começavam a mostrar interesse pelo petróleo do Oriente Médio.

No final da década de 1920, ficou comprovada existência de imenso lençol petrolífero também no Iraque, em território curdo, nas cercanias de Kirkuk. Somente em 1928, na cidade de Ostende, Bélgica, verificou-se, enfim, a assinatura do contrato de exploração do petróleo iraquiano. Em substituição à *Turkish Petroleum Company* surgiu a *Iraq Petroleum Company* (IPC), cujo capital ficou assim constituído: *Anglo Persian*, 23,75%; *Shell*, 23,75%; *Compagnie Française de Petrole*, 23,75%; cartel *Gulf-Texaco-Exxon-Mobil*, 23,75%; e os 5% de Gulbenkian. Entravam, afinal efetivamente, os norte-americanos no negócio do petróleo no Oriente Médio. Os representantes das companhias, então, traçaram a famosa “linha vermelha” em torno do ex-Império Otomano. Apenas a Pérsia e o Kuwait eram excluídos. No interior da zona demarcada, qualquer atividade petrolífera devia se fazer somente entre os participantes da IPC. O petróleo persa

continuou como “reserva de caça” dos ingleses.

Em 1933, o Rei Ibn Saud deu concessão à empresa norte-americana *Socal* de explorar petróleo na Arábia Saudita por sessenta anos.

Os ingleses, em vez de lutar contra os norte-americanos, preferiram, um ano e meio mais tarde, associarem-se a eles à base de 50% na prospecção da última área petrolífera inexplorada – Kuwait.

Após a Segunda Guerra Mundial, teve início o movimento de descolonização que assegurou aos Estados independentes disporem livremente dos seus recursos.

No ano de 1948, os norte-americanos conseguem o fim da “linha vermelha”. As “Sete Irmãs” (*Gulf, Chevron/Standard, Exxon, Mobil, Texaco, BP e Shell*) ofereceram melhores preços pelo barril de petróleo e dominaram a produção do Barhein, Kuwait e Iraque. Dessa forma, as multinacionais norte-americanas e inglesas controlaram os preços e a produção de petróleo no Oriente Médio.

Porém, em 1954, Mossadegh nacionalizou o petróleo iraniano. Quatro anos depois, foi eliminado e os norte-americanos obtiveram o controle do petróleo do Irã, tomando o lugar dos ingleses.

Em 1960, Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Catar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes, Argélia, Nigéria e Venezuela, donos de 77% das reservas mundiais, fundaram a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e, pela primeira vez, os países do Golfo se uniram para enfrentar as “Sete Irmãs”. Nacionalização era a palavra de ordem nos países árabes.

Em 1972, o Iraque recuperou o controle de sua indústria petrolífera e a nacionalizou por meio da INOC (*Iraq National Oil Company*), incumbida da produção, e da SOMO (*State Oil Marketing Organization*), da comercialização.

A Guerra do Yom Kippur, em 1973, ensejou o primeiro “choque do petróleo”. Os países do Golfo visavam a pressionar o Ocidente, que apoiava Israel. Elevaram o preço do barril 70% e limitaram a produção de petróleo. Três anos após, a Arábia Saudita procedeu de maneira idêntica, antes de nacionalizar completamente a ARAMCO (*Arabian American Oil Company*).

Os produtores ditavam, então, as regras do jogo, mas as empresas estrangeiras mantiveram o controle da refinação, do transporte e da comercialização da gasolina e demais derivados do petróleo – brilhante adaptação à nova situação. De 1973 a 1974, só a *Shell* aumentou seus negócios em 160%. Por ocasião do “choque do petróleo” de 1973, atingiu 36,9% operando como intermediária indispensável à economia ocidental. Por cerca de quarenta anos, o petróleo do Oriente Médio esteve nas mãos das grandes potências do Ocidente; trinta anos depois, invertiam-se as posições.

RETROSPECTIVA POLÍTICA

Desde o século XV até a Primeira Guerra Mundial, todo o Oriente Médio esteve sob o jugo do Império Otomano. Os árabes nunca toleraram a dominação turca. A reação árabe acirrou-se com o crescimento do nacionalismo, que atingiu o clímax no final do século XIX. Durante a Primeira

Guerra Mundial, os turcos aliaram-se aos alemães. Os árabes, diante da promessa de independência dos ingleses, após vacilarem, rebelaram-se contra os turcos. Instigados pelo lendário Lawrence da Arábia, e liderados pelo hashemita Xerife de Meca – Hussein Ibn Ali, considerado descendente direto de Maomé (não comprovado) –, acabaram vencendo os turcos.

Em 1916, franceses e ingleses haviam firmado, secretamente, o Acordo Sykes-Picot, que estabelecia a partilha do Oriente Médio no pós-guerra. O Reino Unido ficava de posse do Egito, dos Emirados Árabes, da Transjordânia, da Mesopotâmia e da Palestina. À França caberiam o Líbano e a Síria. Permaneciam, assim, todas as jazidas de petróleo nas mãos dos ingleses. Logo em seguida, no ano de 1917, o Governo britânico, pela Declaração Balfour, acenava com a criação de um “lar nacional judeu” na Palestina, buscando conseguir apoio dos judeus russos e dos residentes no território palestino.

Ao término da guerra, como recompensa pela ajuda proporcionada com a “Revolta Árabe”, o Governo britânico entregou a Hussein Ibn Ali e seus filhos Faisal e Abdulah, respectivamente, o Reino do Hejaz (Arábia Saudita), a Síria e a Transjordânia (Jordânia). Porém, a França reclamou a posse da Síria e do Líbano, conforme fora acertado pelo Acordo Sykes-Picot. A solução foi retirar Faisal do seu trono em Damasco e dar-lhe em troca a Mesopotâmia, sob a tutela da *Union Jack*, reunindo ao norte (Mossul) os curdos, ao centro (em torno de Bagdá) os sunitas, e ao sul (ao redor de Basra, exceto a cidade-Estado de

Kuwait, no Golfo) os xiitas, sob a denominação de Iraque.

No período de descolonização ao fim da Segunda Guerra Mundial, os ingleses trataram de consolidar o seu poder no Oriente Médio, controlando os governos dos países árabes por meio de alianças e títulos. Por outro lado, os norte-americanos apoiavam o recém-criado Estado de Israel, na Palestina (1948), com a derrota da coalizão árabe na guerra que se seguiu à ocupação do território palestino.

Em 1952, liderando um movimento nacionalista-socialista pan-arábico – com o apoio da URSS às guerras de libertação do Terceiro Mundo – o Coronel Gamal Abdel Nasser depôs o Rei Farouk do Egito, promoveu a reforma agrária, a industrialização do país e a nacionalização do Canal de Suez, proibindo a navegação de navios israelenses. Sucessivamente, caíram as monarquias pró-ocidentais do Iraque (1958), do Iêmen (1962) e da Líbia (1969). Israel reagiu invadindo e ocupando o Sinai, apoiado pelos ingleses e franceses. A URSS protestou e o Governo dos Estados Unidos forçou um cessar-fogo e a devolução dos territórios egípcios ocupados. Formou-se a RAU (República Árabe Unida), reunindo o Egito e a Síria (1958), que fracassou. Em 1967, o Egito perdeu a Guerra dos Seis Dias e, com isso, a Península do Sinai e a Faixa de Gaza. Três anos depois, Nasser morreu e Anwar Sadat assumiu o governo do Egito que, aliado à Síria, atacou Israel no Yom Kippur de 1973, para recuperar os territórios perdidos. Ante a ameaça da proliferação das idéias nacionalistas árabes e também marxistas – estas não aceitas pelos re-

ligiosos muçulmanos –, o Reino Unido e os Estados Unidos incentivaram a disseminação das escolas islâmicas (madrassas), custeadas pela Arábia Saudita, e a pregação dos imãs e aiatolás, para conter o avassalador movimento nasserista.

A falta de liderança decorrente do desaparecimento de Nasser, as derrotas impostas por Israel ao Egito e à Síria, e o incentivo de ressurreição do fundamentalismo islâmico, com o beneplácito do Ocidente, levaram à Revolução Iraniana (1979) e ao estabelecimento do regime teocrático do aiatolá Khomeini.

Concomitantemente, a aventura soviética no Afeganistão (1980), em suporte ao governo comunista de Cabul, ensejou os Estados Unidos e a Arábia Saudita a apoiar os rebeldes afegãos e Osama Bin Laden. Nove anos mais tarde, após sofrer pesadas baixas (36 mil), a União Soviética abandonou o Afeganistão, animando os fundamentalistas islâmicos a combater a cultura ocidental, considerada materialista, corrupta, imoral e violenta. Estava lançado o germe da obsessão antiamericanista mundial, alimentada pela arrogância e unilateralismo da potência hegemônica.

A “Revolução dos Aiatolás”, a única do século XX sem rótulo marxista, despertou simpatias do mundo islâmico.

Saddam Hussein, aproveitando a oportunidade e com pretensões de assumir a liderança do Mundo Árabe, propôs aos EUA, em reunião secreta na Jordânia, que lhe dessem ajuda econômica e armas modernas, para recuperar o rico campo petrolífero do Shatt al-Arab e derrotar o regime fundamentalista do Irã.

Ainda que auxiliado pelos norte-americanos, ingleses, alemães, franceses e italianos, depois de nove anos de guerra de atrito, empregando agentes químicos e bacteriológicos fornecidos por seus novos aliados, o Iraque sofreu fragorosa derrota e saiu arruinado, com milhares de baixas.

Sentindo-se traído em face do escândalo Irã-Contras, e com uma dívida externa de 80 bilhões de dólares, perdendo dinheiro na queda dos preços do petróleo no mercado, lançou-se contra o Kuwait. Reclamava portos do Golfo Pérsico, indenização por extração de petróleo da região de Rumaila, na fronteira entre o Iraque e o Kuwait, e por venda maior do que a cota fixada pela OPEP. Na verdade, visualizava uma saída para a difícil situação em que se metera com a expansão iraquiana por todo o deserto da Arábia e o sonho de liderar os povos árabes.

Estavam aí as alegadas causas imediatas para a invasão do Kuwait e a sua anexação ao Iraque como a 19ª província.

A GUERRA DO GOLFO DE 1991

A invasão do Kuwait pelo Iraque, iniciada em 1ª de agosto de 1991, desencadeou uma série de acontecimentos que assinalaram o início do primeiro conflito de grande escala no período pós-Guerra Fria e o primeiro capítulo da Guerra do Golfo.

Levará alguns anos para que todas as lições dessa guerra sejam completamente analisadas e para que as suas conseqüências político-estratégicas tornem-se evidentes. Contudo, está claro que o seu desfecho causou inúmeros impactos na evolução da

arte da guerra e na do pensamento estratégico-militar predominante ao final da metade do século XX. Pode-se, mesmo, afirmar que constituiu um ponto de inflexão na cultura da guerra e na doutrina militar.

Embora a Guerra do Golfo tenha tido a duração de apenas 43 dias, implicou em um maciço emprego de meios aéreos, blindados e novas tecnologias diversificadas, que vão desde ataques de aeronaves invisíveis aos radares (*stealth*), emprego de modernos sistemas de controle de tiro com visores térmicos de alvos, e de armas inteligentes à transmissões por videofone. Constatou-se, em síntese, a ocorrência de uma “Revolução em Assuntos Militares”.

A Guerra do Golfo é um marco significativo nas relações Leste-Oeste e para o mundo em desenvolvimento. Caracterizou inusitado desafio de uma potência regional contra uma ampla coalizão de forças de 38 países, promovida pelos EUA, sob a égide das Nações Unidas, e assentimento da União Soviética, da OTAN, do Japão e da maioria das nações do Leste Europeu, da Liga Árabe e do Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo Pérsico (Bahrein, Oman, Catar e Emirados Árabes Unidos). Somente a Jordânia, a Líbia, a Mauritânia, o Sudão, o Iêmen e a OLP manifestaram apoio político ao Iraque durante o conflito.

Quarenta e seis anos depois da Segunda Guerra Mundial e quase duas décadas após a derrota norte-americana no Vietnã, e a cerca de outros dez anos da retirada das tropas dos EUA do Líbano, Tio Sam recuperava seu prestígio político-econômico-militar, assumindo a hegemonia mundial ao término da Guerra do Golfo.

Pela primeira vez desde a Guerra da Coreia, a ONU autorizou liberdade de ação contra um agressor. Em consequência, o Iraque sofreu absoluto bloqueio naval e econômico (exceto alimentos e medicamentos para a população), teve proibida a exportação de petróleo e a importação de armas.

Pela Resolução 678, a ONU, pressionada, deu o prazo de até 15 de janeiro de 1991 para o Iraque se retirar do Kuwait.

Dois dias após o término do prazo, os EUA iniciaram os bombardeios aéreos do Iraque com mísseis de cruzeiro. Em represália, o Iraque lançou *Scuds* em cidades israelenses e sauditas. No fim de fevereiro, a coalizão de 38 países liderados pelos EUA invadiu o Kuwait e o Sul do Iraque sem encontrar resistência e, em questão de dias, o Iraque se rendeu incondicionalmente, retirando suas tropas do Kuwait.

A estratégia empregada pela coalizão foi a desenvolvida por Colin Powell na década de 1980 para enfrentar as forças do Pacto de Varsóvia – a chamada “Doutrina de Superioridade Esmagadora”, que enfatizava destruir o inimigo antes do combate, privá-lo da capacidade de lutar, com um mínimo de baixas e danos, mobilidade, pré-posicionamento, instrução, tecnologia e integração do poder militar. Resumia-se na batalha ar-terra: conquistar supremacia aérea, atacar alvos estratégicos e destruir as forças terrestres.

Para isso, em seis meses de concentração, a coalizão apresentou o seguinte poder relativo de combate:

MEIOS	COALIZÃO*	IRAQUE
Combatentes terrestres	600.000	545.000
CC	3.360	4.230
Peças de Artilharia	3.633	3.100
Outras viaturas blindadas	4.050	2.870
Helicópteros	1.959	160
Aeronaves de asa fixa	2.700	770
Belonaves	150	48

* Forças de coalizão: EUA, Arábia Saudita, Reino Unido, França, Egito, Síria, Canadá, Itália, Omam Qatar, Emirados Árabes Unidos (14 muçulmanos).

PLANO DE OPERAÇÕES

As operações na Guerra do Golfo foram conduzidas em duas fases. A primeira fase, levada a efeito em mil horas, esteve a cargo da Força Aérea e visou conquistar a supremacia aérea (destruir bases aéreas, defesa aérea terrestre, radares inimigos, a Força Aérea iraquiana e 48 belonaves); atacar alvos estratégicos (QG, PC, sistemas de comunicações, usinas elétricas, reatores nucleares, instalações de produção de armas biológicas e químicas e depósitos de suprimentos); destruir as forças terrestres (mísseis de grande alcance e precisão, artilharia, barreiras defensivas e abrigos antiaéreos). A segunda, caracterizou-se pela batalha ar-terra, cerco e destruição, concluída em cem horas, com uma finta de desembarque anfíbio de uma brigada de fuzileiros navais e emprego de Forças Especiais, o

ataque principal desfechado da Arábia Saudita explorando a surpresa (18º Corpo de Exército Aeroterrestre) e dois ataques simultâneos (7º Corpo de Exército e Comando Norte das Forças Cojuntas), sem parar, nos objetivos intermediários, tirando o máximo proveito da mobilidade e velocidade; um avanço pan-árabe e norte-americano lançado do Kuwait e outra ação rápida para fechar o cerco e cortar a retirada (captura de aeródromos), confiada à 6ª Divisão Blindada (França), 52ª Divisão Aeroterrestre e 101ª Aeroterrestre dos EUA.

Em seis semanas de guerra, o balanço final foi o seguinte:

PERDAS	IRAQUE	COALIZÃO
Mortes	100.000	>200
CC	4.000	4
Outras viaturas blindadas	1.000	9
Peças de Artilharia	3.000	1
Aeronaves	276	38

Os custos da primeira fase da Guerra do Golfo, segundo o Pentágono, ficaram assim rateados entre os seguintes países:

- Arábia Saudita – US\$16.8 bilhões
- Kuwait – US\$ 16 bilhões
- Japão – US\$ 10.7 bilhões
- Alemanha – US\$ 6.6 bilhões
- EUA – US\$ 7.4 bilhões

A GUERRA DO GOLFO DE 2003

Logo após a derrota de Saddam Hussein na Primeira Guerra do Golfo, curdos e xiitas revoltaram-se no Iraque. Os rebelados foram massacrados impiedosamente, inclusive

com o emprego de armas químicas, provocando a fuga de curdos e xiitas para a Turquia e para o Irã.

A ONU enviou ajuda humanitária, sendo os comboios atacados pelos iraquianos. Os EUA, o Reino Unido e a França, para dar proteção aos refugiados, estabeleceram uma zona de exclusão aérea, sem a aprovação da ONU, ao norte do paralelo 36º N e ao sul do paralelo 33º N, bem como organizaram uma força aliada para dar segurança aos curdos, aos xiitas, à Arábia Saudita e ao Kuwait.

A ONU – pela Resolução 687 de abril de 1991 – determinou a inspeção dos depósitos e fábricas de material bélico iraquianas, a fim de pôr termo às armas de destruição em massa e limitar o alcance dos mísseis do Iraque a 150km. Depois de uma série de problemas criados pelo governo de Saddam Hussein aos trabalhos dos inspetores da ONU, estes acabaram expulsos do país em 1998.

A manutenção de bases militares e o estacionamento de militares norte-americanos no Kuwait e na Arábia Saudita, e o apoio dado pelos EUA a Israel na luta contra os palestinos contrariavam os fundamentalistas islâmicos, especialmente os *wahhabitas* (base do terrorismo religioso) do *Hammas* e dos talibãs. O fanático saudita Osama Bin Laden, que liderava a organização terrorista *Al-Qaeda* desde 1988, com a experiência obtida na Guerra do Afeganistão, tomado de ódio pelo Ocidente, em especial pelos norte-americanos, desencadeou uma seqüência de atos terroristas contra quartéis, navios e embaixadas dos EUA, à garagem do

World Trade Center em 1993, culminando com os atentados de 11 de setembro de 2001.

A Arábia Saudita via em Saddam Hussein ameaça ao país, mas a Casa Real de Riad, por força de seus compromissos com os *wahhabitas*, fazia um jogo duplo.

Os EUA sentiram a necessidade de transferir a base física instalada na Arábia Saudita para outro país naquela área, com a finalidade de neutralizar os riscos representados pela Síria e pelo Irã e encontrar uma solução conciliatória para o insolúvel agravamento da questão palestina.

Contudo, a escalada das ações terroristas fundamentalistas islâmicas, particularmente tendo por alvo os EUA, desviaram a atenção dos norte-americanos desde o governo Clinton; ignoraram a não-observância da Resolução 687 pelo Iraque, que despendia milhares de dólares com o pagamento de indenizações às famílias de homens-bomba sacrificados pelo Islã.

A reação imediata norte-americana à tragédia do 11 de setembro tinha de ser dirigida contra Osama Bin Laden, refugiado no Afeganistão. Inconformados com o erro cometido no desfecho da Guerra do Golfo – conservar Saddam Hussein no poder (dizem que pressionados pela Arábia Saudita e para assegurar o equilíbrio de poder no Oriente Médio) –, e decepcionados pela não-captura de Osama Bin Laden no Afeganistão, tornaram a pressionar a ONU por um ultimato a Saddam Hussein.

Em consequência, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 1441, no final de 2002, que exigia o cumprimento da Resolução 687 pelo Iraque e determinava o retorno dos inspetores e a pronta retomada

dos seus trabalhos, interrompidos por ordem do Governo do Iraque, ressaltando os graves resultados acarretados pela sua não-observância.

Embora o relatório da Agência Internacional de Energia Atômica frisasse que “não há material apropriado nem pessoal qualificado no Iraque para desenvolver armas atômicas”, não mereceu a devida atenção dos governos estadunidense e britânico. A essa altura dos acontecimentos, os Estados Unidos e o Reino Unido já haviam reiniciado os ataques aéreos aos postos de comando, centros de comunicação e posições de defesa aérea nas zonas de exclusão aérea unilateralmente impostas aos iraquianos a partir de 2001.

Alemanha, China, França e Rússia opuseram-se à política unilateralista norte-americana, secundada pelos britânicos, numa primeira tentativa de formar um bloco contrário à guerra. Negociações diplomáticas foram encetadas visando a ganhar tempo e neutralizar as ações dos EUA. Mas a verdade é que, a despeito dos argumentos apresentados para evitar o ameaçador conflito, pesavam interesses econômicos e petrolíferos dos europeus e chineses no Iraque. A ELF negociava com Saddam Hussein a concessão do campo petrolífero de Majnoon e Bin Umar, com reservas estimadas entre 20 e 30 bilhões de barris; os russos tinham os olhos voltados para os promissores campos de Rumaila (11 bilhões de barris) e West Qurna (15 bilhões de barris); os alemães possuíam também grandes negócios em vista; os chineses – os terceiros consumidores mundiais de petróleo – não arriscariam verem-se privados dessa fonte de energia do

Oriente Médio, indispensável para abastecer a sua indústria nascente e competidora.

Os EUA interpretavam o item 13 da Resolução 1441 como autorização para o emprego da força, ao contrário do texto da Resolução 678, aplicada em 1991, que explicitamente reconhecia o direito de utilizar todos os meios para rechaçar a invasão do Kuwait pelo Iraque.

A coalizão norte-americana e britânica, enquanto aguardava a autorização da ONU para ir à guerra contra Saddam Hussein – sob alegação de possuir ele armas químicas e biológicas de destruição em massa, tentar desenvolver tecnologia e armamento nuclear, desrespeitar os direitos humanos, apoiar o terrorismo islâmico e proibir as atividades dos inspetores da ONU –, concentrava mais de 200 mil soldados, aeronaves, belonaves, equipamento e armamento nas águas do Golfo Pérsico, com autorização do Capitólio e de Westminster, ao arripio do Conselho de Segurança da ONU.

Diante do impasse surgido, os EUA e o Reino Unido, apoiados por Espanha, Portugal e Japão, apresentaram à ONU nova proposta de Resolução, que deveria autorizar o emprego da força para “desarmar” o Iraque. Enquanto isso, os europeus propunham adiar por mais quatro meses o prazo para o Iraque permitir a volta dos inspetores e acatar as suas conclusões.

Após uma reunião, que teve lugar nos Açores, os EUA, o Reino Unido e a Espanha deliberaram retirar a proposta de votação da Resolução e dar um ultimato de 48 horas para Saddam e seus filhos abandonarem o Iraque.

Assim, iniciou-se a segunda etapa da inconclusa Guerra do Golfo, que ficou conhecida como Guerra do Iraque.

O retardo da deliberação da ONU, a aproximação do verão – que dificultaria as operações terrestres nos desertos iraquianos –, o complicador turco surgido com a negação de bases em seu território para 62 mil soldados e blindados norte-americanos, debilitando o poder de combate da coalizão ao norte, preocupava, levando-a a desencadear o ataque sem a concentração de tropas necessária estar concluída, ou seja, estarem prontas para ultrapassar a linha de partida, efetuando um *rolling start* (início rolante).

A estratégia adotada agora, na Segunda Guerra do Golfo – de “choque e pavor” –, veio substituir a anterior – de “superioridade esmagadora” –, em razão das mudanças determinadas pela “Revolução em Assuntos Militares”. Os avanços tecnológicos alcançados não justificavam mais o emprego de grandes efetivos militares – mantidos estacionados, oferecendo alvos compensadores e expostos a maior número de baixas – quando se dispunha de armas com grande alcance, maior acurácia e de maior letalidade, tais como mísseis, aeronaves não-tripuladas e de longa autonomia, e armas e munição inteligentes. Daí o motivo de se explorar a surpresa do choque desfechado, de mobilidade e com metade dos efetivos anteriormente empregados para obter o rápido controle total do campo de batalha em todas as dimensões, inclusive eletromagnética, e semear o pavor entre a população civil, bem como abater o moral dos combatentes adversários, forçando-os a não lutar.

Isso vem explicar a preocupação em chegar a Bagdá em 20 dias e em dominar a situação ao norte do Iraque. Já a estratégia de Saddam Hussein se alicerçava em prolongar o conflito, não oferecendo resistência em posições indefensáveis no deserto e atraindo as forças da coalizão para ações de guerrilha em emboscadas e combate em localidades, que lhe seria mais lucrativo e renderia mais baixas ao invasor, com repercussão na opinião pública do Ocidente ampliada pela mídia. Para isso, não poupou o sacrifício do povo iraquiano na política de terra arrasada, mediante alagamento de áreas pela destruição de represas e incêndio de poços de petróleo, a fim de negociar armistício e permanecer, uma vez mais, no poder – a diretriz era vencer a guerra ganhando tempo.

As forças da coalizão empregadas, de início, tiveram um efetivo equivalente à metade do empenhado na Primeira Guerra do Golfo – aproximadamente 300 mil homens, 1.720 carros-de-combate (*Abrams*), 800 a 850 aeronaves (F117 *Stealth*, F14, F15, F16, F18, B1, B2, B52, *Awacs*, U2 e não-tripuladas, helicópteros *Black Hawk*, de ataque, e *Apache*, anticarros), cerca de 180 belonaves (5 porta-aviões, 5 submarinos – 1 nuclear – e 21 contra-torpedeiros), além de indeterminado número de mísseis de cruzeiro. Contou com o 5º Corpo de Exército e a 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (EUA) e o 3º Comando de Fuzileiros Navais (britânico) e forças especiais inglesas, norte-americanas e polonesas.

As operações planejadas previam dois ataques no Sul, partidos do Kuwait: um, a oeste, a cargo do 5º Corpo, pelo deserto,

com a missão de impedir o lançamento de mísseis contra Israel, conquistar o aeroporto de Tallil, ultrapassar Najaf e Karbala (cidades santas) e conquistar Bagdá; outro, a leste, confiado à 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais, para conquistar os campos petrolíferos ao sul do Iraque e conquistar Basra, prosseguindo em direção a Bagdá. Simultaneamente, as tropas britânicas (45 mil homens) realizariam um ataque anfíbio para conquistar a Península de Al Faw e o porto Umm Qasr

Ao norte seria lançada a 173ª Brigada Aeroterrestre para reforçar as ações desencadeadas pelas milícias curdas com o apoio das forças especiais que precederiam a ofensiva.

Para apoiar as ações no Sul foi estabelecida uma linha de suprimento ao longo de 560km do Kuwait até Bagdá, que suportou tráfego superior a 2.500 viaturas-transporte não-especializado com mais de duas toneladas de diversas classes de suprimentos.

As necessidades de água e alimentos foram de 1,5 milhão de litros e 350 mil rações de combate. O estoque inicial de combustível estimado para atender às operações foi de 55 milhões de galões. O consumo diário de combustível das forças terrestres calcula-se ter sido de 15 milhões de galões, sem considerar 500 mil gastos por dia nas ações aéreas.

As operações navais envolveram 5 navios-aeródromos, num total de 146 navios e 60 mil homens, que cumpriram a missão de controle marítimo e de projeção do poder marítimo. Partiram dos porta-aviões mais de 50% das surtidas aéreas realizadas sobre o território iraquiano. Foram dispa-

rados de navios mais de 800 mísseis *Tomahawk*. O desembarque efetuado na Península de Al Faw contou com apoio naval, afóra a limpeza do canal Shatt al-Arab e das águas de acesso ao porto de Umm Qasr.

Ao poder aéreo coube missões de reconhecimento, levantamento de alvos, condução de tiro, apoio a ações de combate em localidades (novidade), transporte e evacuação, registrando mais de 1.500 surtidas diárias e empregando inúmeros satélites, bem como aeronaves não-tripuladas de vários tipos.

O inimigo enfrentado no Iraque tinha o poder de combate reduzido à metade do inicial apresentado em 1991, em razão das acentuadas perdas sofridas e achar-se bastante desgastado por 12 anos de embargo, que prejudicaram a reposição de material bélico moderno e o reacompletamento de munição, sem falar que não dispunha de apoio aéreo e naval. O terreno plano e desprovido de abrigos e coberturas contribuiu para facilitar o emprego de blindados e dos meios aéreos superiores da coalizão. Tanto os combatentes iraquianos quanto a população, amedrontados pelo insucesso das campanhas anteriores, pela supremacia aérea e de fogo das forças atacantes, mostravam-se desmoralizados, despreparados e desmotivados para a luta, e vulneráveis a ação psicológica adversa, ampliada pela mídia *embedded* em unidades oponentes, com a tecnologia avançada dos *tank-cams*, que exerceram papel importante no domínio da opinião pública, já afetada pela opressão do regime ditatorial vigente no país.

Apesar de alguma resistência xiita, oferecida nas áreas urbanas, e emboscadas bem-

conduzidas, não houve dificuldade em vencer as campanhas do Iraque de 1991 e 2003.

Como esperado, as baixas sofridas pela coalizão, da ordem de 130, foram insignificantes comparadas às iraquianas, estimadas em 2.320 militares mortos e 7.830 civis, ainda que tivessem sido tomadas todas as precauções para poupar a população.

Entretanto, não podem a doutrina e os resultados das Guerras do Golfo serem tomados como paradigma, exigindo reestruturação das Forças Armadas e a revisão da tática a ser utilizada no futuro.

A subestimação do Iraque obrigou o envio de reforços às tropas da coalizão.

Avultou a proeminência do poder aéreo e naval.

Novos focos de tensão fundamentalista ameaçam o planeta, gerando fontes de instabilidade e imperiosa necessidade de transformações radicais no mundo como um todo.

A frustração experimentada com a não-captura de Osama Bin Laden aumentou diante da fuga de Saddam Hussein e da dificuldade de implantação do regime democrático nos países islâmicos.

Em que pese a hegemonia dos EUA, ficou comprovada a dependência do consenso internacional e de apoio aliado.

A despeito da desunião dos países árabes, não se deve subestimar o fundamentalismo islâmico e negligenciar os desníveis socioeconômicos entre Oriente e Ocidente, dependente ainda em 42% do petróleo, fator básico do equilíbrio dos preços e da inflação.

É forçoso reconhecer que os conflitos estratégicos não podem ser solucionados apenas por dissuasão nuclear e tecnológica.

Até o presente, não se encontraram provas da existência de armas de destruição em massa no Iraque, conforme alegado.

Finalmente, resta perguntar quem arcará com os custos totais deste segundo ca-

pítulo da Guerra do Golfo, inclusive da reconstrução do Iraque, limitada, hoje, aos EUA e ao Reino Unido.

Fazer a guerra é fácil, fazer a paz é difícil.



BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE ABRIL – Mundo. São Paulo: Editora Abril, 2002/2004.
- ASSELAIN, J. Ch. *Histoire Économique du XX^{ème} siècle*. Paris: PFNSP, Daloz, 1991.
- BARRY, John e THOMAS, Evan. “Ugly Choice”. *Newsweek*, Nova York, 30 set 2002.
- CHALITA, Mansur. *O Alcorão*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran.
- CHERNON, R. *Titan: The Life of John D. Rockefeller*. Nova York: Vintage, 1988.
- CHOUPRADO, A. *Géopolitique, constantes et changements dans l’histoire*. Paris: Ellipses, 2003.
- COSTA, Carlos Augusto. “Mais um Desafio Americano”. *Revista do Clube Naval*, n. 325. Rio de Janeiro, jan/fev/mar 2003.
- . “A Segunda Fase da Guerra do Golfo”. *Revista do Clube Naval*, n. 326. Rio de Janeiro, abr/maio/jun 2003.
- DALEMONT, E. e CARRIE, J. *Histoire du Petrole*. Paris: PUF, 1992.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1998.
- KEEGAN, John. *The Iraq War*. Nova York: A. Knoph, 2004.
- KEPPEL, Gilles. *Jihad*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- KINZER, Stephen. *Todos os Homens do Xá*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MARGIOTTA, Franklin D. *Encyclopedia of Military History and Biography*. Washington: Brassey’s, 2000.
- MARTELO, David. “O Atual Conflito do Iraque”. *Jornal do Exército*, n. 516. Lisboa, mar/2003.
- . “Segunda Guerra do Golfo”. *Jornal do Exército*, n. 517. Lisboa, abr/2003.
- MILZA, Pierre. “Les Guerres du Petrole”. *L’Histoire*, n. 279. Paris, set/2003.
- NOUSCHI, A. *Petrole et Relations Internationales*. Paris: Armand Colin, 1999.
- RODILES, Felipe Quero. “Guerra do Iraque – Primeiras Reflexões Táticas”. *Ejército*, n. 748. Madri, jun/2003.
- SAMPSON, Anthony. *The Seven Sisters*. EUA: Bantam, 1976.
- SCHUBERT, Frank N. e KRAUSS, Theresa L. *Tempestade do Deserto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- TARBELL, I. *History of the Standard Oil Company*. Nova York: McClure Phillips, 1904.
- VALONES, Lucette. “La Vérité sur l’Islam”. *L’Histoire*, n. 26. Paris, dez/2001.
- YERGIN, D. *Les Hommes du Petrole*. Paris: Stock, 1992.

Defesa Nacional na Ordem do Século XXI¹

Mário César Flores *

Resumo: O autor apresenta uma síntese do seu livro *Reflexões Estratégicas – Repensando a Defesa Nacional*. Reúne um elenco de idéias sobre a ordem mundial, a natureza e as características dos conflitos plausíveis do século XXI. Em função disso, após considerar alguns aspectos do cenário tecnológico envolvido, deduz sobre as condições estratégicas e organizacionais a que deverão atender as Forças de Defesa, de um modo geral. Conclui apresentando uma visão conceitual básica aplicada às Forças Singulares brasileiras.

Palavras-chave: Defesa Nacional.

As instituições devem acompanhar as circunstâncias que as afetam – um problema complicado com evolução rápida e profunda, como a do mundo atual, em particular para os sistemas militares, cujos profissionais, sujeitos à formação homogênea, nem sempre aceitam bem a mudança se ela implicar em alteração que questione interesses e competências consagradas.

Os militares, realmente, são propensos ao conservadorismo, acusados de conduzir o preparo militar em função do passado, em vez de adaptá-lo ao futuro. A acusação tem alguma procedência, de que é exemplo

a Linha Maginot, inspirada na Primeira Guerra Mundial, inútil em 1940, quando a Alemanha atacou em movimento rápido e profundo com forças móveis e apoio aerotático, através de estreita ruptura da defesa. Essa estratégia fora aventada na França, mas o Alto Comando francês descartou-a. A Alemanha venceu porque inovou na associação entre tecnologia e concepções organizacionais e operacionais.

Outro exemplo: até a Segunda Guerra Mundial, nossa esquadra, nucleada pelos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, preparava-se para os duelos de artilharia da teoria imperial-marítima sistematizada no fim do século XIX por Alfred T. Mahan, que associava poder nacional com o domí-

* Almirante-de-Esquadra. Sócio honorário do IGHMB e do IHGB.

¹ Texto de palestra proferida em 20 de maio de 2003, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro.

nio do mar obtido em batalha onde os navios-capitais (encouraçados, à época) exerciam o papel principal. Mas o exigido de nossa Marinha na Segunda Guerra Mundial foi a proteção anti-submarino do tráfego costeiro, para o qual pouco valeu o preparo pré-guerra.

Mais um exemplo: Guilherme II e seu Comandante da Marinha, Almirante Tirpitz, adeptos de Mahan sem que a Alemanha tivesse os problemas imperial-marítimos britânicos, imaginaram uma guerra pelo domínio do mar e para ela construíram uma esquadra que foi irrelevante na Primeira Guerra Mundial, em detrimento de outros meios que poderiam ter sido obtidos com os recursos aplicados nela.

Esses exemplos mostram que, em cada época e país, o ideário estratégico deve ser ajustado às circunstâncias. O problema é *político e estratégico*, existe em todo o mundo e está mal no Brasil, onde é prejudicado pela apatia nutrida no preconceito, no desinteresse e no despreparo. O preconceito, decorrente das interferências militares na vida política nacional, agravado pelo esquerdismo do século XX, que via nos militares um obstáculo à aventura à esquerda. O desinteresse é explicável pela não percepção de ameaças e porque o Brasil não foi ator importante em guerra desde 1870; explicável também porque as questões de mérito objetivo da defesa nacional não geram votos. O despreparo é parte das insuficiências brasileiras, prejudicial porque o preparo militar sadio precisa de um núcleo de políticos, de civis em geral, familiarizados com a defesa nacional.

Vejamos os cenários do nosso tema, restritos ao nível não-nuclear. A arma nuclear serve à contenção mútua dos que a possuem mas, sem flexibilidade operacional, não tem uso racional nos conflitos verossímeis. Para as grandes potências, suas vantagens estratégicas valem menos do que as desvantagens políticas por não tê-la. Índia e Paquistão, idem, com simbologia regional. Qualquer país de segunda ordem que a use estará desafiando irracionalmente o mundo, hipótese só plausível sob ditaduras insanas. Quanto aos Estados Unidos, ela é o ingrediente apocalíptico de sua capacidade de árbitro maior da ordem mundial, que até os “falcões” radicais relutarão em usar.

As guerras generalizadas, com grandes potências em confronto, serão improváveis no futuro imaginável, devido à constrição nuclear e porque não se prevê contenciosos e ideologias mobilizadoras, indutores de antagonismos e objetivos como os que motivaram as Primeira e Segunda Guerras Mundiais e poderiam ter transformado a Fria em Quente. Também porque elas produziriam o caos na economia globalizada e seus custos, exponenciados pela tecnologia moderna, seriam desastrosos. Serão improváveis, enfim, as grandes guerras de violência indiscriminada, como as industriais de massa, do século XX.

Ademais, embora existam vários países relevantes na economia mundial, na segurança os EUA são a única potência capaz de atuação global decisiva. Essa singularidade é apoiada em orçamento militar (2003) da ordem de US\$ 400 bilhões (cerca de 10% disso para pesquisa e desenvolvimento tecnológico), maior do que a soma

dos dez orçamentos militares seguintes, cerca de dez vezes o russo, alemão e francês, maior do que o PIB russo, só explicável pela manutenção da indisputabilidade do *status* de único poder global.

Passo aos conflitos regionais, infranacionais ou internacionais, motivados por problemas ideológicos, religiosos e étnicos, por integrismos nacionalistas (IRA, ETA), ou decorrentes de disputas territoriais e da pressão demográfica sobre recursos limitados.

O ocaso da guerra fria abriu espaço para esses conflitos, principalmente onde a descolonização criou Estados pobres, multiétnicos e multirreligiosos, incapazes de manter a ordem interna, com risco para a internacional, daí serem os Estados flagelados pela miséria, arbítrio e violência, mais perigosos do que os organizados e fortes. Eles preocupam porque a televisão introduz suas tragédias na vida de todos nós e porque estão abertos às armas de destruição de massa, ao alcance de Estados secundários e de organizações criminosas. É de se supor que os Estados conter-se-ão no uso dessas armas, dado o risco da reação das maiores potências, até preventiva, mas a contenção não se aplica com segurança às ditaduras fundamentalistas e ao terrorismo, aos que não se constroem com a morte de sua gente e com o "vale tudo" da violência indiscriminada.

Os conflitos locais entre Estados e suas Forças regulares serão geralmente limitados no espaço e em intensidade, por opção à vista dos objetivos não-radicais envolvidos, ou por incapacidade para intensificá-los. O conflito Peru x Equador na década de 1990 é um exemplo: objetivos que não entusias-

mavam os povos e incapacidade operacional e logística. Mas alguns podem ser intensos, se envenenados por fanatismos inconciliáveis – situação comum nos interiores, não raro genocidas (Ruanda, Camboja, Sérvia). O radicalismo é mais provável sob ditaduras e onde existam condições econômicas e psicopolíticas para sustentá-lo. Assim foi a guerra entre o Irã fundamentalista dos aiatolás e o Iraque do redentorismo ditatorial de Saddam Hussein, países com fanatismo, mídia controlada e receita do petróleo.

Uns tantos contenciosos são mais perigosos em razão do nível dos contendores, de que é exemplo o da Caxemira, territorial, envenenado pela religião. Um singular é o China x Taiwan, em tese regional e para a China, interno, mas que envolve os EUA, razão por que sua solução terá que ser alcançada sem ação militar chinesa.

Na América do Sul são poucos e sem gravidade os contenciosos pendentes e os antagonismos históricos tendem a esmaecer, se prevalecer nela a democracia e houver sucesso nos arranjos econômicos. Conflitos entre o Brasil e seus vizinhos são inverossímeis, embora não impossíveis se acontecerem crises e retrocessos propensos a criar problemas externos para controlar os internos, razão por que o progresso regional com democracia é nossa melhor garantia de tranqüilidade (lembramos dos contenciosos do Canal de Beagle e Itaipu x Corpus, no regime argentino de 1976 a 1983, usados para "aliviar" a situação interna). Embora improváveis, se ocorrerem eles serão limitados devido à inexistência de objetivos radicais e à "falta de fôlego". Mas a implausibilidade se limita aos conflitos en-

tre Estados, não se estendendo aos irregulares, político-ideológicos, da criminalidade organizada e da associação de ambos (Colômbia, hoje), mais prováveis em fronteiras atrasadas, como as da Amazônia.

Passo ao atualíssimo tema das intervenções. Algumas condutas entendidas como atentatórias à humanidade (direitos humanos, armas de destruição de massa em “mãos inconfiáveis”, meio ambiente, “mau” comportamento de fundamentalismos e integristas, criminalidade transnacional), estão tendendo a justificar intervenções militares que, não conclusivas em si, dão às instituições diplomáticas, econômicas e humanitárias as condições de segurança para consecução dos objetivos maiores. Elas podem acontecer sob a égide da ONU, onde dependem do direito ao veto, ou de diretórios regionais. E sob a modalidade unilateral, com ou sem apoios: EUA no mundo (desde que não colida contra grande potência...) ou outra grande potência ou potência média, na área de seu protagonismo (Rússia na Ásia caucásica e central; China em seu entorno; Inglaterra e França em ex-colônias e outras possibilidades menos conspícuas).

As intervenções comprometem os conceitos de soberania e territorialidade, situando as “grandes causas” acima das soberanias clássicas. “Grandes causas” em geral associadas ao interesse econômico, tanto assim que o maior genocídio da década de 1990, o de Ruanda, economicamente irrelevante, não mereceu atenção. O Kuwait e a insanidade de Saddam Hussein teriam justificado os conflitos do Golfo, sem o petróleo? Em contrapartida, é justo admitir que as intervenções por motivos apenas eco-

nômicos carecem hoje de legitimidade pública e exigem que se lhes dê alguma camuflagem ética ou humanitária.

A resistência à intervenção é fadada ao insucesso quando é grande a assimetria estratégica. Mas ela pode ter alguma validade sob circunstâncias adversas para quem intervém, porque as sociedades afluentes e democráticas, com governos sujeitos à pressão da opinião pública e da mídia, são impacientes quanto ao tempo e pouco propensas a aceitar perdas e tragédias humanas, por causas não percebidas como vitais. Conforme palavras de um jornalista, um clichê da CNN, espetacularizado à revelia do julgamento objetivo do evento, afeta a disposição do povo, como afetaram as fotos do desesperado terror da criança fugindo nua de ataque norte-americano com *napalm* a aldeia vietnamita e do General sul-vietnamita atirando na cabeça de vietcong aprisionado (prêmio Pulitzer de fotografia).

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORDEM INTERNA

A esquerda radical vê as Forças Armadas dos países de economia capitalista como garantidoras do domínio burguês; ela pretende o sistema militar como instrumento da classe proletária – um romantismo ideológico, haja vista que nos países comunistas pré-1989 o preparo militar era função dos interesses nacionais e não dos proletários. Para a direita radical, as Forças Armadas devem ser também guardiãs da ordem socioeconômica; ela vê como carga fiscal discutível um sistema militar que não garanta a defesa, internacional e interna, dos esquemas socioeconômicos que lhe convêm.

Nada disto é correto. As Forças Armadas devem servir à defesa nacional e, *de conformidade com o ritual definido no Direito*, também à ordem legal, no controle de ilicitudes que agridam o direito e a segurança do povo além da capacidade policial, quando exigentes de meios e táticas essencialmente militares e onde a ação policial é insatisfatória ou inviável (selva amazônica, mar costeiro, espaço aéreo). Nos Estados Unidos, a integração racial escolar em 1969/70 contou com o Exército onde a Polícia e a Guarda Nacional não bastavam, e em 2001 a televisão mostrou cenas patéticas de crianças católicas sendo protegidas de manifestações protestantes pelo Exército inglês, em Belfast. Mas o emprego das Forças Armadas não deve ser estendido à rotina da segurança pública, o que prejudicaria sua missão precípua e as comprometeria, além do razoável, com questões internas.

ASPECTOS TECNOLÓGICOS

Vejamos, agora, alguns aspectos do cenário tecnológico:

1^o) a tecnologia moderna permite resultados com menos destruição e perdas humanas, relativamente às Primeira e Segunda Guerras Mundiais, Coréia, Vietnã, Irã x Iraque. Em vez de milhares de aviões, centenas de milhares de bombas, muita destruição e mortes indiscriminadas, algumas centenas de aviões com armas “inteligentes” e mísseis de alto desempenho proporcionam as condições necessárias para a ação terrestre decisiva com forças menores do que as usuais no século XX;

2^o) os custos das armas modernas atingem valores astronômicos e a evolução da tecnologia as condena à obsolescência em tempo curto, depois de anos de desenvolvimento caro. No pré-revolução industrial, as armas mantinham eficácia por séculos; do século XIX até meados do XX, por três a cinco dezenas de anos; agora, por 10 a 20 anos, pouco mais, se modernizadas. Para se ter uma idéia dos custos (valores aproximados, indicadores de grandeza relativa): o bom avião P-51 da Segunda Guerra Mundial custava cerca de US\$ 350 mil; um caça atual de bom desempenho, de US\$ 30 a 40 milhões; o F-117, US\$ 100 milhões; o B-1, projetado para bombardear a ex-URSS voando dos EUA, US\$ 400 milhões; o fantástico B-2, mais de US\$ 1 bilhão. O míssil de cruzeiro *Tomahawk*, lançado de navio, US\$ 1,5 milhão. O porta-aviões classe *Nimitz*, cerca de US\$ 4 bilhões. Resultado: os gastos com defesa no mundo se aproximam de US\$ 1 trilhão/ano (ano de referência 2000), dos quais 40% por conta dos Estados Unidos;

3^o) o uso eficaz das armas modernas depende do conhecimento da situação, para programá-las e/ou guiá-las, obtido por sistemas e meios externos (satélites, aviões, sensores eletromagnéticos, óticos, acústicos e térmicos) e por equipamentos das próprias armas (novamente, eletromagnéticos, óticos, acústicos, térmicos); e

4^o) a tecnologia reduz a especificidade dos teatros terrestre e marítimo e das campanhas separadas, naval, terrestre e aérea, e aumenta a interdependência das três Forças, que requer estruturas organizacionais, material e doutrinas adequados. Nos conflitos Ira-

que/Golfo, Adriático/Balcãs e Afeganistão/Índico havia um teatro único. Nas Malvinas, a Argentina foi prejudicada pela fragilidade do comando unificado, por força da tradição de autonomia das suas Forças.

Mas a alta tecnologia, muito cara, está ao alcance de poucos países, efetivamente capazes de coerção militar na indução dos parâmetros da ordem do século XXI. Mesmo as grandes potências não podem, por exemplo, pretender aviões como o B-1; elas se satisfazem com os menos caros, de desempenho inferior. O esforço da URSS para acompanhar o norte-americano, incompatível com sua economia, ajudou a precipitar seu colapso – o que mostra a fragilidade do poder militar sem economia correspondente. De fato: não há país economicamente fraco e militarmente forte; a própria Inglaterra, potência global nos séculos XVIII e XIX, viu decair seu poder militar e seu império após seu desgaste nas duas grandes guerras do XX. A União Européia é capaz de reduzir a distância dos Estados Unidos, se lograr a união adequada; também a Rússia e a China, resolvidos seus problemas internos. Os demais países “que contam” só podem pretender estratégias defensivas contra ameaças limitadas e alguma presença estratégica na ordem regional; para a global, cabe-lhes contribuição coadjuvadora ou simbólica. Em princípio, são eles: Japão (viável como grande potência), Índia, Austrália, Irã, Paquistão, Indonésia e uns poucos mais, entre eles o Brasil.

Para finalizar o tema tecnologia: do século XV ao XIX, a tecnologia da Europa delineou no mundo a ordem eurocêntrica. Agora, a dos EUA, secundada pela de ou-

tras grandes potências, contribui ponderavelmente para delinear a do século XXI, quando esse delineamento depende da força militar. Quando, pois, a contribuição militar é por vezes prescindível porque instrumentos econômicos, financeiros e culturais a substituem com vantagem. Mas, se a contribuição militar for necessária, caberá influência decisiva à assimetria tecnológica.

ILAÇÕES ESTRATÉGICAS E ORGANIZACIONAIS

Em terra, ao contrário do que acontecia nas guerras do século XX, com suas campanhas longas, batalhas e períodos de atrição, hoje os resultados acontecem em campanhas rápidas, protagonizadas por forças móveis, em zonas e não em frentes de batalha, depois de reduzida por ataques aéreos, mísseis e operações especiais a capacidade terrestre inimiga. Nas guerras dos exércitos de massa, as tropas chegavam a milhares de homens por km²; hoje, a poucas centenas, se tanto. Tudo isso sugere dúvidas sobre os imensos exércitos mobilizados e sobre as grandes unidades pesadas (carros-de-combate e artilharia) que, embora presentes nas maiores potências e em alguns países com cuidados regionais, estão deixando de ser o “carro-chefe” dos exércitos – se bem que sempre convenha tê-las em dimensões comedidas, para situações exigentes do poder de choque provido por aquelas unidades (os tanques de Israel em território palestino, dos Estados Unidos e da Inglaterra no Iraque...).

A ênfase atual recai nas forças dotadas de excelente tecnologia, adequadas para rápido deslocamento estratégico, com boa

mobilidade tática (inclusive por helicóptero), empregadas mais ou menos esparsas, com iniciativa, mas coordenadas; e recem também nas forças para operações especiais, a saber: destruição/sabotagem, apreensão, obtenção de "inteligência", resgate e contraterrorismo. Tudo isso significa exércitos menores, mais profissionais, mais caros e menos fundamentados na conscrição universal.

Também no mar serão improváveis as longas campanhas por extenso controle de área marítima (Pacífico, Segunda Guerra Mundial) e de negação do uso do mar (Batalha do Atlântico, idem). O controle de área oceânica extensa não tem propósito objetivo em conflitos limitados e nos maiores conflitos pós-Segunda Guerra Mundial (Coreia, Vietnã, Golfo) o fluxo oceânico não foi ameaçado. Até a Marinha norte-americana, hoje o único poder naval global, a que as grandes potências praticamente abdicaram a tranquilidade nos oceanos, já se preocupa menos com o domínio do mar e enfatiza a projeção sobre terra. Em suma: para os EUA, os oceanos, proteção do seu isolacionismo desenvolvimentista no século XIX e, simultaneamente, barreira protetora e teatro de trânsito da projeção de seu poder no XX, tendem a ser principalmente esse teatro de trânsito no XXI.

Quanto aos meios navais, vejamos primeiro a aviação embarcada. Trata-se de arma para Marinhas com encargos extensos e distantes, importante nas missões de ataque em intervenções, se não existirem bases aéreas próximas, disponíveis para a ação. Ao tempo de seu ufanismo globalista, a URSS pretendeu a Marinha com porta-aviões; e talvez a China precise dele, se quiser estender

sua hegemonia além do alcance da aviação baseada em terra. A aviação embarcada nunca foi usada na defesa da fronteira marítima, em que a contribuição aérea é factível voando de terra, sem expor o porta-aviões (no conflito das Malvinas, o porta-aviões argentino foi mantido na base porque teria sido alvo dos submarinos ingleses).

Os navios de superfície continuam úteis para missões de patrulha, bloqueio, projeção sobre terra (canhões e mísseis); mas a escolta de comboios está em ocaso. Os submarinos são a melhor arma para atuação contra forças navais superiores; já sua missão clássica, o ataque ao tráfego marítimo, que ameaçou a Inglaterra e comprometeu o Japão na Segunda Guerra Mundial, tem pouco cabimento nas conjunturas aventadas, em que o transporte marítimo não é ameaçado ou não é importante, dada a curta duração.

Ainda quanto ao mar: a tecnologia de defesa dificulta hoje os grandes assaltos anfíbios sobre litoral defendido, como os da Segunda Guerra Mundial. Em 1991, apesar de sua superioridade, os EUA não usaram o assalto no litoral do Kuwait, onde o Exército iraquiano teria cobrado alto custo. O plausível agora é o desembarque de forças leves para controlar área litorânea ou no interior, primordialmente por helicópteros, concepção especialmente útil em intervenção. A projeção anfíbia é também viável como incursão de unidades pequenas, com os propósitos já elencados para as operações especiais.

No ar, está descartado o bombardeio aeroestratégico visando desgastar a economia inimiga e o ânimo do povo; ele fez sentido na guerra industrial de massa (Segunda

Guerra Mundial), mas não faria nos conflitos agora plausíveis e não foi praticado no Golfo, nos Balcãs e no Afeganistão, onde teria produzido muita destruição e perdas indiscriminadas, irrelevantes para a decisão. Nos conflitos atuais, o uso de aviões em missões de ataque é adequado para estabelecer a superioridade aérea necessária à segurança da operação terrestre, para preparar essa operação e para apoiá-la. Missões em que se procura não atingir indiscriminadamente o povo e recursos alheios à capacidade militar, o que não acontece com segurança principalmente com alvos urbanos, quando ocorrem destruição e mortes não desejadas.

O espetáculo sensacionalista desse tipo de ação, mostrado pela televisão no Iraque, na Sérvia e no Afeganistão, tem induzido a idéia de que ele resolve, mas o que ele faz é facilitar a solução "no terreno". Seu sucesso depende de tecnologia, condições financeiras e de que o país alvo seja vulnerável a ele. No Afeganistão, apesar dos ataques aéreos, a guerrilha resistiu por meses, ajudada pela topografia montanhosa e pelo atraso afegão – tal como ocorrera antes com a URSS no próprio Afeganistão e com os EUA no Vietnã, onde a dificuldade física era a selva. Já o Exército iraquiano, em país razoavelmente desenvolvido, entrou por duas vezes em colapso com rapidez. Enfim: a alta tecnologia aérea e missilística é eficaz quando o país alvo é vulnerável a ela, mas tem menor valor na guerrilha e outras modalidades não-convencionais, em regiões atrasadas ou de características geofísicas e psicossociais adversas à ação de alta tecnologia (atraso estrutural, ideologia mobilizado-

ra, selva, montanhas). De qualquer forma, a muito baixa taxa de perdas para quem a pratica é fator de sedução para que as potências usufrutórias da assimetria tecnológica decidam empregar a violência tecnologicizada na implementação de seus objetivos.

Analisemos agora o Brasil que, como dito antes, se insere nos países "que contam", *com as restrições do seu nível de desenvolvimento, do seu sufoco fiscal e da ausência de preocupações de defesa*. Iniciemos com alguns condicionamentos da defesa nacional.

1º) O Brasil tem interesses econômicos e é atento às questões humanitárias e ambientais globais mas, na defesa, suas preocupações devem, por ora, cingir-se à América do Sul e ao Atlântico Sul (o ocidental), teatro de seus interesses vitais. Fora dele é razoável admitir que os interesses brasileiros sejam protegidos pela ordem internacional. Em síntese: *a agenda brasileira é global na economia e nas preocupações humanitárias e ambientais, mas a de segurança é regional*. Em coerência com essa limitação, convém-nos o preparo capaz de dissuadir ameaça regional, clássica ou irregular, e de controlá-la rapidamente caso falhe a dissuasão.

2º) Para os EUA, a América do Sul não inspira preocupações além da criminalidade transnacional – motivação que substituiu a do comunismo soviético. O TIAR perdeu sua razão de ser, se é que teve fora do quadro do confronto Leste x Oeste; sua vivificação só seria necessária se houvesse ameaças que justificassem a segurança coletiva tutelada pelos EUA.

3º) Com o fim da ameaça submarina soviética, o Atlântico Sul deixou de preocupar como teatro clássico (o Atlântico Sul e demais oceanos). O Brasil não precisa ter cuidados com ele como teatro de trânsito de ameaça de grande potência que, além de improvável, só seria viável se permitida – ou realizada – pelos EUA. Ocorrerão nele ações irregulares, mas não se imagina que venha a ser teatro de guerra entre forças navais organizadas de Estados.

4º) A prioridade estratégica do Prata perdeu força porque inexistem motivos que a justifiquem e assim continuará se a associação econômica regional tiver sucesso, exorcizando velhas preocupações. A Amazônia merece agora mais atenção; não se trata de ameaças regulares de Estados, mas de irregulares (guerrilha, drogas, contrabando). Intervenções de grande(s) potência(s) por questões ambientais aparentam ser por ora improváveis, até porque para influenciar o comportamento do Brasil na região são mais lógicos os mecanismos econômicos e financeiros de coação, a que somos vulneráveis.

5º) A ordem constitucional e legal (nela incluído o controle da criminalidade organizada) é fator a ser considerado no preparo militar, sempre admitido o respeito ao ritual do direito e a impropriedade do uso rotineiro das Forças Armadas na segurança pública.

6º) Quanto às intervenções justificáveis na ordem do século XXI, se sujeitas a resistência ponderável, a países como o Brasil caberia apenas participação simbólica mas, sob circunstâncias menos radicais, esses países podem ou até devem ter partici-

pação significativa, se envolvidos interesses importantes ou em razão da proximidade, indutora de cuidados e responsabilidades – um problema de que o Brasil não tem como se eximir sem abrir mão da sua posição relativa na América do Sul.

Admitidos esses condicionamentos, estarão corretos nosso ideário estratégico e seu modelo de configuração militar? Esse problema está na agenda do mundo; as revisões têm enfatizado a autodefesa e, com limitações (não os EUA), a projeção de poder. Para o Brasil, a resposta tem que ser restritiva também por força do sufoco fiscal resultante de demandas sociais e econômicas, uma constrição compreensível mas que vem atuando menos por competente opção racional e mais por alheamento político e societário.

A revisão, sem sujeição abúlica às concepções corporativas e missões auto-assumidas, deve esboçar o que se pretende do poder militar e avaliar a capacidade nacional para atender pretensão; deve permitir a reflexão sobre projetos militares, evitando que sejam adotados por mimetismo ou inércia doutrinária. Esses projetos têm que estar vinculados a uma idéia de defesa nacional e a adoção, abandono ou modificação de projetos precisam ser coerentes com a evolução daquela idéia – ou então há algo errado na condução do tema.

VISÃO CONCEITUAL BÁSICA DAS FORÇAS SINGULARES

Convém balizar nosso preparo naval por duas idéias: 1ª) nas improváveis hipóteses externas, apenas parte da fronteira marítima

ma seria objeto de ameaça, porque nosso litoral é grande; os objetivos seriam limitados e, no plano regional, faltaria capacidade para algo maior; 2º) o Brasil não pode, por ora, ser ator naval de peso longe do país, onde a segurança de seus interesses depende da ordem internacional, mas deve sê-lo nas águas próximas, do Atlântico Sul. A concepção de defesa naval assim condicionada não é simpática ao ideário conservador oceânico clássico, mas a realidade fiscal restritiva e a impropriedade para o Brasil da inspiração imperial-marítima de Mahan a vem impondo na prática.

O esboço estrutural para Marinha, coerente com essas idéias básicas e com o dito antes sobre o mar, poderia ser assim aventado: um núcleo com submarinos e navios de combate para o controle do mar, conveniente à defesa da fronteira marítima, complementados por capacidade de minagem para a defesa de áreas sensíveis, em extensão de costa limitada pela conjuntura; os submarinos, convencionais para a defesa próxima, e de propulsão nuclear, para a distante. Caberia a esse núcleo cooperar no controle da ordem no Atlântico Sul.

Além desse núcleo: força anfíbia para integrar forças de intervenção, coadjuvantes se em cenários de intervenção resistida, bem como para incursões rápidas e operações especiais. Também são necessárias forças especializadas (navios/embarcações, helicópteros, fuzileiros navais) na Amazônia e no Rio Paraguai, para a defesa territorial e controle e implementação da lei e da ordem, bem como navios e embarcações para o controle rotineiro do mar sob jurisdição brasileira – tarefa típica de

guarda-costa. Finalmente, aviões de patrulha e para ataque a navios em cenários de defesa da fronteira marítima: os de patrulha, úteis ao controle rotineiro a que acabo de me referir, preferencialmente navais, embora voando de bases da Força Aérea, mas, se da Força Aérea, operacionalmente vinculados à Marinha.

Esse esboço não preconiza nem descarta o porta-aviões. A questão é: novas responsabilidades e preocupações requerem projeção transoceânica em cenário exigente de aviação de combate, fora de força internacional em que os EUA ou outra grande potência exerce o papel principal? Se a resposta for sim, requerem, a omissão está errada. Se a resposta não endossar a atuação distante com responsabilidade protagônica, a omissão está certa.

O Exército está pondo em curso duas orientações. 1ª) atenção à Amazônia; 2ª) concentração do preparo de melhor nível em unidades selecionadas. As demais permanecem em nível inferior; além de reserva ativa, elas exercem a presença territorial historicamente relacionada com a integração nacional e a ordem interna, preocupação ainda válida, mas cujo modelo pode ser revisto em razão da melhora das comunicações e dos transportes, ocorrida desde a época em que o modelo foi adotado.

O esboço estrutural agora apresentado está em implantação lenta, em razão das restrições orçamentárias: um núcleo moderno, de unidades convencionais leves, com boa mobilidade, um subnúcleo de carros-de-combate e artilharia, para missões improváveis mas não impossíveis no cenário sul-americano, e unidades de operações

especiais. Também vêm merecendo atenção prioritária as unidades aprestadas para a Amazônia, visando à vigilância e defesa territorial e, respeitados os parâmetros legais, à implementação da lei e da ordem, com capacidade antiguerilha e para a guerilha (atuação defensiva, no caso da improvável ação intervencionista).

A Aeronáutica prossegue enredada na sua dualidade civil-militar, da doutrina do poder aeroespacial unificado (aviação civil, aeroportos, indústria aeroespacial, segurança da navegação aérea), que teve sua época correta da década de 1940 à de 1970, mas hoje algumas de suas facetas são discutíveis. Apesar dos percalços da dualidade, a Aeronáutica militar avança em rumo compatível com a idéia de defesa nacional e as considerações sobre a guerra aérea, que aventei anteriormente. A defesa e a superioridade aérea são pensadas em termos seletivos e o ataque ao solo, essencialmente o de interesse operacional-militar. Também estão merecendo atenção a vigilância e o controle rotineiro do espaço aéreo, inclusive o imenso espaço amazônico.

A estrutura adequada pode ser assim esboçada: um núcleo de aviões de bom desempenho para missões de superioridade aérea/defesa aérea, em áreas limitadas em função da conjuntura, e de aviões para ataque a objetivos militares em teatro operacional de defesa do território e de interesses brasileiros. Além disso, aviões para transporte estratégico, para controle e imposição da lei no espaço aéreo (onde se inserem os aviões de controle do espaço aéreo e de "polícia aérea" do SIVAM) e para obtenção de "inteligência".

Na implementação do preparo o Brasil deve aproveitar o não estar sujeito a ameaças críticas para buscar a tecnologia compatível com seu *status* e suas possibilidades, dentro da idéia de que a compra de armas, sem a correspondente capacidade de mantê-las e usá-las, não é garantia de defesa. Merece realce o que proporcione escala industrial sustentável, assegure o uso soberano dos meios (*software* operacional, por exemplo) ou for julgado importante, mas cujo fornecimento é vedado pelas políticas restritivas das maiores potências (missilística, guerra eletrônica, propulsão naval nuclear).

Há que se considerar também que a eficácia pode ser freqüentemente atendida pela integração, mediante esquemas organizacionais definidos pela situação. A integração depende da superação do vírus histórico das autonomias corporativas – problema igualmente vivido por outros países. Um bom incentivo seria a criação transitória de comandos integrados experimentais, para planejamentos, exercícios, identificação e solução de dificuldades. Talvez um permanente, na Amazônia ocidental, por exemplo, onde o potencial do SIVAM seria útil – além de se tratar de teatro naturalmente combinado.

O exposto até aqui sugere a viabilidade de redução de efetivos, com um senão: a tecnologia reduz a necessidade de combatentes, mas exige mais pessoal de manutenção, que só parcialmente precisa ser militar (os EUA usam não apenas pessoal civil orgânico das Forças, mas até terceirizam a manutenção). Defensores das dimensões alentadas argumentam que nossos efetivos são pequenos no mundo (relação militar-

habitantes). O argumento é discutível, pois não é razoável dimensioná-los pelo tamanho da população e sim em função das ameaças verossímeis e vulnerabilidades. Dimensionar o poder militar em função da própria população é aceitar o controle do povo como razão de ser dos exércitos.

Também é conveniente a revisão do serviço militar obrigatório, que não responde bem à tecnologia moderna (o serviço militar curto não habilita o imaturo e despreparado recruta para o uso eficiente de material complexo), mantido o direito legal ao recrutamento em caso de necessidade, universal ou de categorias profissionais especificamente necessárias por suas qualificações.

Esse tipo de revisão está em curso nas maiores potências e em países “que contam”, onde tendem a prevalecer Forças Armadas menores, tecnologizadas e preponderantemente profissionalizadas. Ela introduz no orçamento militar um complicador: o soldado profissional qualificado tem que ser adequadamente remunerado e a maior remuneração só em parte é compensada pelo menor número. E induz um problema: os exércitos de massa eram motivados pela emoção cívica; os menores, profissionais, tendem a sê-lo pela racionalidade dos objetivos e do emprego da força. Nas grandes democracias, tudo isso já se reflete na redução do interesse pelo serviço profissional voluntário, em que cresce a proporção dos menos favorecidos.

A finalidade constitucional das Forças – “(...) destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” – é correta mas insuficiente como ori-

entação para o preparo militar. A política de defesa de dezembro de 1996 deveria ter coberto a lacuna; entretanto, formulada no vácuo da apatia nacional pelo tema, o resultado foi uma política de consensos fáceis, vagos como orientação. Exemplificando: a propensão pacífica do Brasil; o incremento científico e tecnológico; a proteção da Amazônia; o desarmamento global; a contribuição militar para a integração nacional, defesa civil e desenvolvimento econômico; o controle da faixa de fronteira, das águas brasileiras e do espaço aéreo nacional; o fortalecimento dos sistemas de transporte, comunicações e energia e a presença na Antártica (!); o aprimoramento material e organizacional das Forças; a dissuasão e a estratégia defensiva.

A questão da apatia sugere uma consideração. Na nossa história, o sistema militar sempre esteve pautado pelo bem do país – o que não significa imunidade a erros, é claro –, mas agora ele está sendo empurrado para uma insólita desimportância, do agrado de parte do universo político e da *intelligenza*, que procura desenfaturar as Forças Armadas “ignorando” a utilidade delas, instituições resistentes às crises, para a manutenção de uma sociedade nacional solidária e protegida – utilidade que pode ser comprometida pela desimportância insensata. Há um sintoma sugestivo da involução para a desimportância: na votação do orçamento, a outorga ou negação de recursos independe do objetivo da aplicação. Não se deve pretender do Congresso uma dedicação detalhada ao tema, mas o fato é que os recursos são concedidos ou negados absolutamente à revelia dos efeitos sobre a defesa

nacional, pela qual, numa democracia, o Congresso é também responsável.

Já que foi citado o orçamento, abramos um parêntese para ele: nosso orçamento militar é um dos menores do mundo “que conta”, em percentual do PIB. A pequena participação é compreensível à vista das dificuldades socioeconômicas do país e da ausência de problemas críticos de defesa, mas seu perfil é assustador: em 2003, situação similar à de anos anteriores, apenas cerca de 20% do orçamento, sobre os quais incidem os contingenciamentos, estão livres de destinação compulsória e são aplicáveis nas despesas de capital e custeio corrente, ou seja, no preparo e emprego das Forças! A continuar o agravamento desse perfil, provável à vista da pressão crescente das despesas compulsórias, em poucos anos o sistema militar estará dramaticamente comprometido (na verdade, já está).

A ameaça é grave porque a capacidade fiscal de um Estado depende da riqueza nacional, da sua apropriação pública e do modelo de dispêndio do apropriado. Países ricos e de *welfare state* modesto podem usar recursos vultosos no preparo militar (EUA). Países ricos e de pesado *welfare state* também podem, mas abaixo do nível daqueles (Europa ocidental). Países não ricos e pressionados por carga social (Brasil) têm que ser parcimoniosos nos gastos militares. Dispêndio militar elevado sem riqueza compatível e com mau atendimento do povo, só com autoritarismo (China e Coréia do Norte). A solução do problema é complicada, mas é preciso planejá-la e deslanchá-la, para que se resgate a defesa nacional do ostracismo que a vem caracterizando um tanto psicoticamente.

O Ministério da Defesa é, em tese, útil à condução da “questão defesa nacional”. Para concretizar seu potencial é preciso que ele consiga administrar as fluidas conexões entre a política, a burocracia e a defesa nacional em todos os seus aspectos: a política militar e seus corolários estratégicos, logísticos, administrativos e os assuntos relativos à indústria, tecnologia e infra-estrutura de interesse para a defesa. É preciso que ele seja capaz de rever facetas discutíveis de concepções tradicionais, de promover a integração possível e de inspirar confiança nas Forças, não as deixando sentirem-se funcional e psicossocialmente órfãs. A situação é passível de correção, se houver intenção política de corrigi-la e se o Ministério for “tripulado” por militares e civis adequados, quesito mais complexo no tocante aos civis, dado o tradicional descaso civil pela defesa nacional.

Para finalizar: a evolução do mundo está afetando radicalmente as concepções de defesa. Prudentemente, mas sem apego dogmático ao passado, é preciso rever seus fundamentos e desdobramentos estratégicos, operacionais, organizacionais e logísticos – o que não é fácil, pois somos prisioneiros da herança cultural e relutamos diante da mudança, que só acontece rapidamente sob acicate autoritário ou revolucionário. Há cem anos, o Primeiro Lorde do Mar, Almirante Fisher, disse o seguinte, referindo-se à resistência de almirantes de visão imperial à concentração da Marinha na Inglaterra, às vésperas da Primeira Guerra Mundial: “Eu desconfio das cabeças que não mudam quando as circunstâncias mudam.” A frase é válida hoje, quando adeptos

tos de idéias discutíveis, em vez de adaptá-las às circunstâncias para procurar respostas à nova realidade, imaginam circunstâncias pouco plausíveis, úteis ao conservadorismo, mistificam a realidade para corroborar a cultura estabelecida.

O resultado é desalentador, pois ninguém se predispõe a pagar o custo da inércia dissonante da realidade, do preparo para a defesa do que não é entendido como ameaçado ou verossimelmente susceptível de vir a sê-lo. O preparo militar é condicionado pela aceitabilidade da lógica que o inspira, só é seguro quando coerente com o presente e os parâmetros verossímeis do futuro. Tanto assim que, provavelmente, a opinião brasileira compreende e aceita hoje o ônus dos cuidados com a Amazônia, mas não se deve esperar o mesmo do preparo para uma difusa defesa abstrata ou para a atuação militar distante. Pode até “engoli-lo” por indiferença, ignorância ou impotência, mas não o apoiarão com convicção e o provável é a rotina da sufocante sobrevivência orçamentária.

Nossa situação pode ser assim resumida: o Brasil prestigia os ideais da cultura ocidental, mas entende que a correlação de forças, inclusive a militar, influencia a serventia daqueles ideais. O preparo militar para o exercício de influência realista na ordem do século XXI requer que atenemos para as ameaças plausíveis e nossas vulnerabilidades a elas, sobriamente confrontadas com as possibilidades fiscais, enfatizando-se as hipóteses de segurança, ordem e estabilidade regional, admitida, com engajamento tanto menos significativo quanto maior a distância do Brasil e

menor o interesse brasileiro, a cooperação para a ordem global.

Caracterizado por capacidade militar expressiva e credível no contexto regional e no subestratégico (onde se inserem a segurança parapolicial e a ordem interna), além de sinalizadora de custos para qualquer agressor, estimuladora de soluções pacíficas, esse quadro deve prevalecer enquanto construimos um país socialmente mais feliz e economicamente mais forte. Na medida em que se realize esse avanço, nossa projeção estratégica aumentará naturalmente, e com ela a presença brasileira na regulação da arquitetura do mundo (insere-se aí a participação no Conselho de Segurança da ONU, hoje pretensão mais ufanista, para “consumo” interno, do que objetivamente factível e útil).

Assim aconteceu com os Estados Unidos que, da independência na década de 1770 ao fim do século XIX, se desenvolveram cultivando política econômica globalista e política de segurança mais atenta ao seu território e adjacências imediatas, com projeção estratégica crescente na medida em que iam se desenvolvendo – uma característica da dinâmica da história que, nos limites regionais, é válida no século XXI para uns tantos países dotados do potencial conveniente. Entre eles o Brasil, que deverá crescer estrategicamente sem atropelos ilusórios; deverá desenvolver-se ao amparo de dois níveis de segurança: o regional e interno – o regional, admitindo associação com países vizinhos; o interno, autônomo. E o global, basicamente assegurado pela ordem internacional, para o qual a contribuição brasileira deve ser por ora discreta, aumentando com o desenvolvimento brasileiro.



O Ideário da Revolução de 31 de Março



Carlos de Meira Mattos *

Resumo: Palestra proferida pelo autor em sessão do IGHMB comemorativa do 39º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964. Ressalta as razões da intervenção militar no processo político do País nessa oportunidade e os princípios que traduziram os ideais eleitos como guias de todos os atos revolucionários, identificando-os nos resultados alcançados.

Palavra-chave: Revolução.

Há 39 anos passados a nossa Revolução de 1964 explodia vitoriosa em todos os recantos do Brasil.

Em 31 de março, um grupo de brasileiros civis e militares, apoiado pela grande maioria do povo, tomou uma decisão corajosa e implantou um novo regime político, inspirado nos ideais revolucionários que vinham se purificando através de vários movimentos anteriores. A balança da decisão naquela hora – “entre o bem e o mal,” de que nos fala Abraham Lincoln – não nos deixava margem de dúvida: para a salvação do País entregue ao aventureirismo irresponsável e corrupto, só nos restava tomar uma atitude revolucionária.

Não se pode negar os méritos da Revolução de 1964. Veja-se o que era a mediocridade deste país em 1963, que jamais

havia merecido figurar em estatísticas internacionais de poder. Compare-se ao Brasil de 1985, quando a Revolução considerou-se terminada, confiante nas promessas de excelência de um poder civil pleno. O Brasil de 1985 estava presente, pelo seu conceito e peso específico, em todas as equações de poder referentes aos assuntos políticos e econômicos de dimensão mundial.

Os revolucionários vitoriosos de 1964 traziam *um ideário*, por ele lutaram, enfrentaram todos os riscos da ruptura com o sistema de governo vigente e, o que é mais importante, souberam transmitir esse ideário à grande maioria da população brasileira que, de norte a sul, de leste a oeste, aplaudiu vigorosamente e rejubilante a mensagem salvadora do movimento de 31 de março.

Qual era essa mensagem?

Em síntese, traduzia o caldeamento de aspirações, que se vinham robustecendo

* General-de-Divisão. Sócio emérito do IGHMB.

através dos anos e que haviam estimulado os movimentos militares dos anos 20, a Revolução de 30, a restauração democrática de 1945 e que, diante da situação de caos paralisante e da ameaça comuno-socializante dos anos de 1962, 1963 e princípio de 1964, se reascenderam no coração dos patriotas.

Mas, como poderemos sintetizar estas aspirações? Desembocavam elas em duas grandes caudais: abrir espaço ao impulso irresistível de construir um Brasil-Nação que correspondesse às imensas potencialidades de seu povo e de seu território; garantir a vocação brasileira de um viver democrático, com ordem e progresso.

Em que pesem as crises internacionais suportadas durante o período da gestão revolucionária – os dois choques de petróleo e a recessão mundial – não se pode ignorar que, no balanço desses 21 anos, nosso país revelou um impulso de desenvolvimento que impressionou aos mais renomados analistas estrangeiros, que não tiveram dúvidas em classificar-nos como uma potência emergente, entre os quais citaremos o belga Michel Schooyans, os norte-americanos Ray Cline, Wayne Selcher, Ronald Schneider, todos professores de ciências políticas de famosas universidades européias e norte-americanas.

Mas, o tema que escolhemos para a nossa comemoração de hoje é a permanência dos ideais patrióticos e democráticos que povoaram nossas mentes e aqueceram nossos corações nos idos de 1962, 1963 e

1964, e que ainda aí estão, ainda os sentimentos bem vivos, preservados e intocados.

O movimento de 31 de março impediu que sucumbisse a nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um processo de subversão sistemático e programado, que chegou a proporcionar o espetáculo degradante do comício da Central do Brasil, em 13 de março, com a presença do Presidente da República e do Ministro do Exército, onde uma massa mobilizada através de toda sorte de facilidades de transporte e alimentação gratuita mostrava

O movimento de 31 de março impediu que sucumbisse a nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um processo de subversão sistemático e programado.

os seguintes cartazes, entre muitos outros:

“Jango assina a reforma e nós faremos o resto”

“Osvino taca a faca nos trustes”

“Armai-vos uns aos outros”

“Os trabalhadores querem armas para defender o governo”

“Jango, defenderemos suas reformas à bala”

“Cadeia para os gorilas”

“Todo o poder à CGT”

“Legalidade ao PC”

“Na marra ou na bala” .

Tais cartazes mostram de maneira irrefutável o grau explosivo de subversões apoiado pelo Palácio do Governo.

Depois, nesse mesmo mês, veio a “revolta dos marinheiros”, chefiada por um cabo e, em seguida, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, mobilizada pelo Palácio das Laranjeiras.

Nessa mesma hora de pregação subversiva comuno-sindicalista, incentivada pela

cúpula do governo, vejamos o que nós, os “gorilas”, proclamávamos em nossa propaganda anti-subversiva.

Em um documento denominado *Reflexões*, de autoria coordenada dos Generais Ulhoa Cintra e Cordeiro de Farias, destinado a “orientar a concepção estratégica de uma resposta eficiente ao movimento subversivo que está sendo preparado no Brasil”, as palavras que transcendem fé e entusiasmo revelam o extremo desvelo em preservar a vontade de viver democraticamente do povo brasileiro, tão ameaçada naquela hora em que aproveitadores e esquerdistas, de mãos dadas, apregoavam aos quatro ventos as virtudes do regime socialista, as excelências da “democracia cubana”.

Outro documento histórico, de 1963, cuja redação final coube ao então Tenente-Coronel Octavio Costa e amplamente distribuído entre os oficiais em serviço nas escolas, particularmente na ECEME e na EsAO, foi o chamado *Decálogo*. Testemunha este documento, de maneira inequívoca, os nossos ideais de há duas décadas passadas.

Ei-lo:

Decálogo do Militar Brasileiro

1. LUTAR – para que, realmente, “todo poder emane do povo e em seu nome seja exercido” (Constituição Federal);

2. LUTAR – pela “inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (Constituição Federal);

3. LUTAR – pela verdadeira legalidade, preservando realmente “a república representativa”, a “federação”, “a indepen-

dência e a harmonia dos poderes” (Constituição Federal);

4. LUTAR – pela “organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho” (Constituição Federal);

5. LUTAR – para que, “dentro do processo legal e do espírito da doutrina social da Igreja, seja concedido a todo brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana”;

6. LUTAR – para que imperem na vida brasileira os princípios de irrepreensível moralidade administrativa e de respeitabilidade funcional dos homens públicos;

7. LUTAR – pela soberania e pela ativa participação do Brasil no mundo livre;

8. LUTAR – para que as Forças Armadas se mantenham intransigentemente fiéis à sua destinação de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem;

9. LUTAR – por Forças Armadas realmente institucionais e democráticas, regidas pelo legítimo império das leis e dos regulamentos, atentas ao imperativo da modernização de seus equipamentos e constantemente empenhadas em seu aperfeiçoamento moral e profissional;

10. LUTAR – pela dignidade profissional e pela justa posição das Forças Armadas na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade brasileira.

A famosa Circular de 20 de março de 1964, do Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castello Branco, documento considerado decisivo no posicionamento quase unânime das Forças Armadas no Movimento de 1964,

é uma pregação democrática e legalista. Alerta para os perigos das tentativas de levar as Forças Armadas a apoiarem a subversão comuno-sindicalista em marcha, inspirada pelo palácio presidencial. Num de seus períodos afirma que os quadros das Forças Armadas devem “estar prontos para defender a legalidade, a saber: pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive o de assegurar o processo eleitoral e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública de ser movida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas”.

Através desses pronunciamentos, nós, preocupados com perigos que rondavam a democracia brasileira, procuramos polarizar adeptos para a nossa causa. Além destes, muitos outros pronunciamentos, do mesmo teor, precederam a irrupção do movimento vitorioso. Com tais idéias da mais pura convicção democrática fazíamos nós o nosso proselitismo, enquanto os arautos do socialismo vermelho daquela época – entre eles muitos que hoje ocupam postos do Governo, mudando a coloração de seu socialismo – estimulavam os trabalhadores a um regime totalitário, que diziam sindicalista.

Nos seus cartazes se lia: “todo o poder à CGT”, “na marra ou na bala”.

A largada revolucionária foi dada pelos corajosos pronunciamentos do Governador

Magalhães Pinto (MG) e do General Olímpio Mourão, Comandante da 4ª Região Militar, cujas tropas se puseram em marcha, direção ao Rio.

A vitória militar foi fácil. O governo fugiu na primeira hora. De seus “valentes” partidários, da sua “invencível força sindical e arrasador dispositivo militar” não apareceu ninguém que quisesse lutar...

Vitoriosa, a Revolução não se embriagou com a soma de poder que veio às suas mãos. Foram mantidos os partidos políticos, foi mantido em funcionamento o poder legislativo e intocado o poder judiciário.

O Ato Institucional nº 1 manteve a vigência da Constituição de 1946.

No primeiro, como nos demais, presidentes e vice-presidentes da República foram eleitos pelo Congresso. Ao tomar posse o inesquecível Presidente Castello Branco, no auge do poder que in-

tui uma revolução vitoriosa na plenitude da aceitação popular, não foi de arbítrio e arrogância a sua fala no Congresso Nacional, mas de respeito à lei. Repitamos as suas palavras:

“Meu governo será o das leis do País e permanecerá em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente

Ao tomar posse o inesquecível Presidente Castello Branco, no auge do poder que intui uma revolução vitoriosa na plenitude da aceitação popular, não foi de arbítrio e arrogância a sua fala no Congresso Nacional, mas de respeito à lei.

voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e de aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido de nossa história política e social”.

Nessas palavras de posse do Presidente Castello Branco estão os dois veios do ideário que inspirou a Revolução – Democracia e Desenvolvimento.

“Abertura”, nome que os brasileiros deram ao processo de ampliação gradual dos compromissos democráticos da Revolução, compromissos que foram temporariamente limitados, mas nunca cancelados, foi uma concessão livre e espontânea da Revolução, fiel aos que inspiraram o Movimento de 31 de março.

Essa “abertura democrática” representou, antes de tudo, o compromisso do Movimento de 31 de março, e o cumprimos. Não fora a vitória do Movimento de 1964, não fora sua fidelidade ao seu ideário, longe estaríamos hoje de alcançar esta abertura. Veja-se o exemplo de Cuba, cujo modelo nos queriam impingir.

Há uma peça preciosa da figura inatacável de liberal que foi o Dr. Milton Campos, então Ministro da Justiça do primeiro governo revolucionário, em discurso pronunciado em 20 de setembro de 1964, a 6 meses da vitória de 31 de março. Fixa, o grande jurista, aquele momento que vivia a Revolução, por ser Revolução e por ser democrática:

“Estamos numa fase revolucionária e ao mesmo tempo instituímos um governo constitucional. A vitória das armas foi fácil não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participa-

ção e pelo consentimento das forças políticas e populares.

“Em correspondência, o poder revolucionário se limitou a si mesmo e promoveu a eleição do governo nos termos da Constituição. Vossa Excelência ficou sendo um Presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação democrática. Mas, cumpre não esquecer que o ponto de partida foi a Revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e das expectativas anteriores. Daí a necessidade de comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr em curso tranquilo as águas antes revoltas. Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e de avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia.

“Por esse dom de equilíbrio, que caracteriza os homens de Estado nas horas difíceis e não se confunde com o equilíbrio dos detentores de posição, é que se pode transpor a quadra convulsiva para se instaurar a fase de reconstrução.

“Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam de suas crises e lançam as linhas vitorio-

sas de sua história. Essa é, em nosso país, a pesada e grandiosa tarefa que cabe a Vossa Excelência, Presidente Castello Branco.”

Mas, não fica na figura sempre respeitada de Milton Campos a compreensão do fenômeno revolucionário brasileiro.

Um ano após a Revolução dizia, na Universidade da Paraíba, o estadista ilustre Dr. José Américo de Almeida:

“Vamos ser justos. Proclamemos os benefícios já produzidos por essa revolução. Se não promoveu todo o bem, evitou todo o mal. Imaginemos o que seria a nossa primeira guerra ideológica, a mais atroz e catastrófica luta entre irmãos. E levantemos as mãos para os céus agradecidos pela tranqüilidade que voltou depois de tantos sobressaltos; pelo sangue que não se derramou; pelo restabelecimento da unidade das classes armadas, garantia da paz interna; pela felicidade de ter o brasileiro deixado de passar pela vergonha de ser considerado o mais corruptor e corrupto de todos os povos.”

Mais ou menos na mesma época, o renomado jurista paulista Dr. Miguel Reale, dizia:

“Ora, quando as Forças Armadas nacionais, dando sentido operacional aos ditames da opinião pública, em repulsa às maquinações do esquerdismo subversivo e corrupto, instauraram o processo revolucionário, desde logo pressentiram que havia, como ainda há, toda uma tarefa ‘ideal’ a ser realizada.”

Selecionamos, para realçar o intuito desta palestra, apenas pronunciamentos de ine-

gável conteúdo democrático que marcaram nossas posições nos períodos pré-revolucionários e nos dois primeiros anos de governo revolucionário. Valem pelo indiscutível testemunho original.

Nosso objetivo ao comemorar os 39 anos da Revolução de Março é o de enfatizar, em termos de processo revolucionário, a permanência dos ideais democráticos que constituíram e constituem, ao lado do desenvolvimento nacional, o centro de gravitação das aspirações dos revolucionários.

Por isto mesmo, por decisão própria, por convicção, e não por pressão, os dois últimos governos revolucionários se impuseram o dever de, gradualmente, resgatar à Nação a plenitude de seus compromissos democráticos. Por isso mesmo, por decisão própria, os dois últimos governos revolucionários foram extinguido, um a um, os instrumentos legais de que dispunham, característicos de um regime revolucionário. Por isso mesmo estamos em plena abertura democrática. A isso chegou a Revolução voluntariamente, por convicção e vocação.

O processo revolucionário de 1964 extinguiu-se, por vontade própria, por vocação original fiel ao seu compromisso democrático.

Há 39 anos alcançamos, conclamando alto os nossos ideais, conter a mais perigosa tormenta antidemocrática que este país já assistiu. Foi a sociedade brasileira que se levantou na sua expressão mais significativa e autêntica. Essa atitude solidária do povo brasileiro, tão solidária que nos levou a uma vitória sem lutas – caía a farsa armada pelo

chamado poder comuno-sindical —, correspondia inegavelmente a uma ampla consonância popular com nossos compromissos de Desenvolvimento e Democracia.

Também não traímos o nosso compromisso desenvolvimentista. Elevamos a economia nacional de 48ª do mundo em 1963 à posição de 8ª em 1985. Nada mais comprobatório de que a Revolução de 64 cumpriu o seu compromisso com o Desenvolvimento Nacional do que o depoimento do saudoso economista Mário Simonsen à revista *Exame* (abril de 1997).

Diz Mário Simonsen:

“Em vinte anos de esforço concentrado, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário, apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos de 48ª para 8ª economia mundial, passamos de uma exportação de 1,5 bilhão para 27 bilhões de dólares, conseguimos o crescimento médio de 6% ao ano. Asseguramos emprego, educação, saúde e trabalho sempre crescentes a uma população que durante o período revolucionário cresceu de 60 milhões de habitantes, equivalente a duas Argentinhas. Realizamos um colossal projeto de energia, telecomunicações e interiorização. Estes nossos méritos desenvolvimentistas foram reconhecidos pelo Banco

Mundial e pelo FMI que, em seus relatórios estatísticos, nos apontaram como uma potência emergente.”

Se esse extraordinário avanço da Nação não teve continuidade, se o otimismo nacional foi substituído pela descrença, criando no país as dificuldades atuais, a culpa não é da Revolução de 31 de março.

A democracia em que hoje vivemos foi alcançada pela perseverança da Revolução em resgatar a sua dívida liberal. Em 1964, se tivesse vencido o movimento síndico-comunista, teríamos sido arrastados ao alinhamento Moscou-Havana. Este país teria se transformado numa grande Cuba e agora estaríamos amargando o mesmo drama dos satélites de Moscou.

Orgulhamo-nos da Revolução de 1964. Reafirmamos hoje, com o mesmo entusiasmo de 39 anos passados, o calor de nosso ideário. Ele conduziu, há 39 anos, a um extraordinário alçamento da Nação, que conosco coincidiu nos anseios de um Brasil grande (desenvolvimento) e democracia. A Revolução de 1964 fez desses anseios seu compromisso e os resgatou à Nação.

Patriotas e idealistas, temos a consciência clara de que cumprimos nossa missão histórica na hora irrecusável da luta.

Fiéis a tais ideais, nossa posição foi, e será de alerta pelo destino do Brasil. 

“Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.”

Palavras do jornalista Roberto Marinho em 7 de outubro de 1984
(Transcrito em *Folha de São Paulo*, 07.08.2003)

Caxias no Prata: da Guerra da Cisplatina à da Tríplice Aliança

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto*

Resumo: Texto de palestra do autor, em 29 de julho de 2003, no auditório do IGHMB, desenvolve, em resumo bem elaborado, as ações do Duque de Caxias na guerra, nos limites estabelecidos no título.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

CAXIAS E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO NO PRATA

O Rio da Prata constituiu-se em área estratégica para o Império do Brasil, quer por nessa região haver ameaça potencial à sua integridade territorial, quer por ser contraponto republicano, quando, até meados da década de 1840, o Estado monárquico enfrentou movimentos separatistas que adotavam a república como paradigma político. Essa importância está demonstrada em acontecimentos históricos impactantes como a Guerra da Cisplatina (1825-1828), o envolvimento do Governo

imperial na queda de Oribe, no Uruguai (1851), e de Rosas, na Argentina (1852), além da própria Guerra do Paraguai.

Esses conflitos fazem parte da própria construção e fortalecimento do Estado monárquico brasileiro e delas participou Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. Sua carreira militar se confunde com a própria trajetória do Império do Brasil. Na independência lutou contra as tropas portuguesas na Bahia; na consolidação do Estado monárquico combateu as rebeliões provinciais e, no esforço para manter a integridade territorial brasileira, participou das guerras no Prata. Ao partir para a Bahia, em 1823, Caxias era tenente; ao comandar o Exército brasileiro na Guerra do Paraguai atingira o posto mais alto da Força, o de marechal. Retornando ao Rio de Janeiro,

* Professor no Curso de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. É autor do livro *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (Companhia das Letras), a partir do qual este artigo foi parcialmente elaborado.

em 1869, recebeu o título de duque e presidiu o Ministério entre 1875 e 1877. Quando faleceu, em 1880, simbolicamente também se debilitava o Estado monárquico.

Para ambos, a Monarquia brasileira e Caxias, o Rio da Prata era motivo de cautela, objeto de preocupações. Estas se tornam inteligíveis se analisadas as origens e a evolução da política brasileira nessa região. No período colonial, a metrópole portuguesa planejou instalar-se no Rio da Prata. Para tanto, fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento, para se contrapor à presença espanhola na margem ocidental do Prata, representada pela cidade de Buenos Aires. Sacramento, após longo período de disputas militares e diplomáticas entre Portugal e Espanha, acabou por ficar em posse da Coroa espanhola. Desse modo, grande parte da margem oriental do Rio Uruguai passou a fazer parte do Vice-Reino do Rio da Prata, sendo conhecida como Banda Oriental.

Refugiado no Brasil após a invasão francesa de Portugal, o Príncipe Regente D. João ordenou a ocupação de Montevidéu em 1817. Quatro anos depois, a Banda Oriental foi anexada ao Império luso-brasileiro com a designação de Província Cisplatina, tornando-se, após 1822, parte do Império do Brasil. Em 1825, 33 orientais iniciaram movimento armado contra o domínio brasileiro e o Congresso de Buenos Aires proclamou a incorporação da Banda Oriental ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata. A resposta do Imperador Pedro I foi a declaração de guerra a Buenos Aires e o bloqueio naval dos portos argentinos. Iniciou-se, em 1825, a Guerra da Cisplatina e em todo o conflito, que se estendeu por três anos, par-

ticipou o Capitão Luiz Alves de Lima e Silva. Ao retornar ao Rio de Janeiro, em 1828, foi promovido a major.

O território oriental não coube, afinal, a nenhum dos dois contendores, ficando independente graças à ação da Grã-Bretanha. A interferência britânica levou os governos brasileiro e argentino a assinarem, em 1828, o Tratado Preliminar de Paz. Por esse documento, a Banda Oriental tornou-se um país soberano, a República Oriental do Uruguai, com o Brasil e a Argentina assumindo o compromisso de defenderem a independência e a integridade do novo Estado. A interferência de Londres nessa questão deveu-se aos grandes interesses comerciais britânicos na região, os quais necessitavam de paz para prosperarem. Ao mesmo tempo, não convinha a Londres uma ampliação territorial, quer do Brasil, quer da Argentina, pois um desses países, em se tornando poderoso e incorporando a Banda Oriental, controlaria a navegação dos rios platinos, podendo, eventualmente, criar obstáculos às atividades do comércio europeu na área. Era conveniente à Grã-Bretanha a existência, nessa região, de um pequeno país, dependente da sua proteção, com um bom porto, como o de Montevidéu.

Após a abdicação de Pedro I, em 1831, o Império imergiu em lutas internas, o que o levou a retrair-se em relação aos acontecimentos do Rio da Prata. De todas as revoltas do período regencial, talvez a que se apresentou como o maior desafio à construção do Estado nacional centralizado tenha sido a da Farroupilha. Iniciada em setembro de 1835, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, três anos de-

pois, em 1838, era proclamada a República Riograndense, seguida da República Juliana, em Santa Catarina. O poder central apresentava-se aos farrapos como opressor, por elevar impostos sobre a província e por não apoiar os interesses dos pecuaristas gaúchos contra a importação de charque do Rio da Prata. O bloqueio naval da costa riograndense, imposto pela Marinha imperial, levou os rebeldes a se utilizarem do porto de Montevideu para suas exportações e recebimento de munições.¹

A articulação da Farroupilha com o exterior era possível porque no Prata existia uma polarização de forças que se digladiavam. No Uruguai havia uma guerra civil, na qual duas facções disputavam o poder: os *colorados*, ligados aos comerciantes e às potências européias, aceitando as idéias liberais, contra os *blancos*, compostos principalmente de proprietários rurais, herdeiros da tradição autoritária espanhola, que se opunham às intervenções européias no país.²

Estava envolvido na luta uruguaia o Governo da Confederação Argentina. Nesta, a principal característica do processo de construção do Estado nacional foi a luta entre *unitários* e *federais*. Os primeiros, compostos basicamente por comerciantes de Buenos Aires, defendiam um modelo centralizado, sob a hegemonia da capital do antigo Vice-Reino. Tal modelo beneficiaria a cidade pelo monopólio do comércio exterior, que controlaria o porto e a sua alfândega. Já os *federais*, constituídos fundamentalmente pelas oligarquias regionais, eram

favoráveis ao Estado descentralizado, com o qual, por meio de um pseudo federalismo, pudessem dar continuidade a seu poder local.³

Em 1829, assumiu o poder na Província de Buenos Aires, numa vitória federalista, Juan Manuel de Rosas, rico estancieiro. Dois anos depois, ele organizou a Confederação Argentina, recebendo das demais províncias a delegação formal para representá-las externamente, tornando-se, na prática, o seu governante. Líder dos produtores de charque para exportação de Buenos Aires, Rosas cooptou o apoio de comerciantes e financistas portenhos, monopolizadores do tráfico interno e externo de mercadorias. Fechou o Rio Paraná à navegação de barcos mercantes estrangeiros, concentrando todo contato com o exterior no porto de Buenos Aires. Assim, sob a aparência de uma Confederação, foi estabelecido um poder centralizado, favorecendo a hegemonia portenha sobre o país. As agressões militares da França e da Grã-Bretanha, visando a conseguir a livre navegação do Rio Paraná e, desse modo, a ter acesso direto ao mercado consumidor argentino do interior, desencadearam um forte nacionalismo na Confederação, fortalecendo Rosas.⁴

A existência desse Estado argentino permitia e, simultaneamente, exigia para sua viabilização, que Rosas interviesse no Uruguai. Sendo o porto de Montevideu uma possível alternativa ao de Buenos Aires, para o comércio das províncias do litoral fluvial

1 LEITMAN, Spencer. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*, p. 11, 36.

2 BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco, 1839-1875*, p. 6.

3 KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*, p. 211-213.

4 BARRÁN, José Pedro, op. cit., p. 16-17.

argentino – Entre Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba – com outros países, tal ameaça seria afastada com o estabelecimento do “sistema americano”, no qual a capital da Confederação seria o centro que submeteria também o Paraguai e o Uruguai. Assim, houve a intervenção argentina na “Grande Guerra” uruguaia, a qual se estendeu de 1839 a 1851, apoiando a facção *blanca*, liderada por Manuel Oribe, que lutava contra os *colorados* seguidores de Fructuoso Rivera. Este, por sua vez, contava com o apoio das potências européias, o que lhe permitiu resistir cercado na capital oriental pelo inimigo que contava, inclusive, com forças argentinas.⁵

Em 1843, o ditador da Confederação estava ameaçado por uma intervenção anglo-francesa, para obrigá-lo a retirar suas tropas de solo uruguaio, e, ainda, por uma sublevação contra si da província de Corrientes. Rosas propôs, então, uma aliança ao Governo brasileiro, com o objetivo de agir contra Rivera, que se aliara aos rebeldes farroupilhas. A proposta acabou por ser aceita devido à pressão do Parlamento para que se assumisse uma posição frente ao desfecho do conflito oriental, o qual, tudo indicava, seria favorável a Oribe.⁶

Assinado pelo Governo imperial, em março de 1843, no Rio de Janeiro, o tratado foi enviado a Buenos Aires. Surpreendendo a diplomacia imperial, Rosas recusou-se a ratificá-lo. Dispensava a aliança porque o quadro regional se lhe tinha tornado favorável: a ameaça de intervenção

anglo-francesa fora afastada e, internamente, havia vencido seus opositores, enquanto no Uruguai os *blancos* mantinham Montevideú solidamente sitiada.⁷

O Governo imperial optou, então, por uma política de isolamento de Buenos Aires no Rio da Prata. Necessitava, para tanto, contar com a unidade interna brasileira, ou seja, a paz doméstica. Apresentava-se a solução da questão platina, portanto, como uma necessidade e, ao mesmo tempo, como um instrumento na consolidação do Estado nacional brasileiro centralizado. Com a derrota de Rosas e a preponderância do Império nessa região da América do Sul, futuros movimentos rebeldes no Brasil meridional inviabilizar-se-iam ao não contarem com o apoio externo. A hegemonia brasileira passou a ser, portanto, uma necessidade para a própria manutenção do modelo de Estado monárquico centralizado.

O Estado monárquico temia o surgimento de uma poderosa e bem-sucedida república no Sul, construída e liderada por Buenos Aires, na medida em que esta poderia incentivar, por seu sucesso, movimentos republicanos dentro do Brasil. Ao Império, a melhor garantia de que o vizinho argentino não se tornaria uma ameaça concreta estava na existência do Paraguai e Uruguai como Estados independentes e, ainda, com governos livres da influência de Buenos Aires. A existência desses dois Estados era, também, a segurança de que os rios platinos não seriam nacionalizados pela Argentina, fato que seria uma ameaça à sua livre navegação. Tal liberdade era essencial ao Rio de Janeiro para ter acesso, por via flu-

5 BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O Expansionismo Brasileiro*, p. 71.

6 Idem, *ibidem*, p. 115.

7 Idem.

vial, a Mato Grosso, única forma de contato regular com essa província.

Nesse contexto, o fim da Farroupilha era fundamental e, para obtê-lo, o Governo imperial enviou Caxias para o Rio Grande do Sul, em 1841, para presidir a província e comandar as forças legalistas. Ele teve a favorecê-lo as discórdias que grassavam nos altos círculos do governo rebelde, mas a luta de guerrilha dos farroupilhas impedia uma vitória decisiva das tropas imperiais. Os farroupilhas haviam resistido anteriormente a iniciativas pacificadoras do Governo imperial, mas já sem chances de vitória, resistiam para arrancar concessões do poder central, como a anistia, vantagens financeiras e a dispensa do serviço da Guarda Nacional.⁸

Essas concessões foram obtidas em 1º de março de 1845, quando Caxias e o General farroupilha Canabarro assinaram a paz. Por ela os revoltosos foram anistiados e incorporados às forças imperiais, com a mesma patente que ostentavam no exército rebelde. Além disso, as dívidas contraídas pela República que findava passaram à responsabilidade do Governo imperial.

Terminada a Farroupilha, obtida a unidade interna, o Império voltou-se para o Prata. O novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que assumira o cargo em 1849, Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, elaborou uma estratégia para isolar e derrubar Rosas e tornar o Brasil hegemônico em relação a seus vizinhos. Esse chanceler procurou construir uma política para o Prata que se contrapusesse ao recuo da Inglaterra e da França frente ao lí-

der da Confederação, agora mais fortalecido ainda com as relações amigáveis que essas potências passaram a ter consigo.⁹

Para reverter esse quadro, Paulino de Souza tratou de apoiar financeiramente os *colorados* no Uruguai e aproximou-se de setores que, na Confederação Argentina, se opunham a Rosas, além de assinar uma aliança com o Paraguai em 1850. Com os *colorados* o Império assumiu, secretamente, o compromisso de fornecer empréstimos mensais, utilizando-se para tanto do banqueiro Irineu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá. Pelo tratado secreto de 6 de dezembro de 1850, assinado no Rio de Janeiro por Andrés Lamas e por Irineu Evangelista de Sousa, o referido Governo teve garantido o recebimento de 18 mil pesos mensais a juros anuais de 6% até agosto de 1851.¹⁰

A situação interna da Confederação favoreceu o Império. Rosas buscou ampliar o controle sobre as províncias do rico litoral fluvial, prejudicando a economia de Entre Rios, cujo Governador, Justo José Urquiza, baixou decreto, em 1º de maio de 1851, reassumindo o exercício das atribuições delegadas a Rosas de representação externa das províncias argentinas. Urquiza assinou uma aliança com o Brasil, na qual foram aceitas as condições determinadas por Paulino de Souza. Essas eram no sentido de um rompimento público de Urquiza com Rosas; a garantia por parte do governador entrerriano das independências do Paraguai e do Uruguai e, ainda, a retirada das tropas argenti-

9 BESOUCHET, Lidia. *Mauá e seu Tempo*, p. 52.

10 MAUÁ, Visconde de, *Exposição aos Credores de Mauá & C. e Ao Público* in GANNIS, Cláudio, *Visconde de Mauá: Autobiografia*, p. 122-123.

8 LEITMAN, Spencer, op. cit., p. 45-46.
BANDEIRA, Luiz A. Moniz, op. cit., p. 114.

nas de território oriental, bem como a manutenção do *colorado* Eugenio Garzón na Presidência do Estado uruguaio.¹¹

A aliança ofensiva e defensiva entre os governos do Império, de Montevideu e de Entre Rios foi assinada em 29 de maio de 1851. O objetivo declarado da aliança era o de manter a independência e promover a pacificação do Uruguai por meio da expulsão, de seu território, de Oribe e das tropas de Buenos Aires que o apoiavam. Ficou estabelecido que se a realização desse objetivo tivesse como obstáculo o governo de Rosas, a aliança voltar-se-ia, automaticamente, contra ele. As operações militares foram iniciadas por Urquiza, ao entrar com suas forças em território uruguaio em 8 de julho de 1851, enquanto o General Garzón atacava as tropas avançadas de Oribe, localizadas próximas da capital oriental.

Do lado brasileiro, Caxias era o comandante-em-chefe da tropa de 16.200 homens, além de presidente do Rio Grande do Sul. Repetia-se a bem-sucedida experiência, no combate à Revolta da Farroupilha, de concentrar em uma só pessoa o poder político regional e a liderança militar. O plano era de o Uruguai sofrer bloqueio naval da Marinha brasileira, enquanto as forças imperiais invadiriam o país, em ação coordenada com as tropas comandadas por Urquiza. Caxias, porém, não confiava no caudilho entrerriano e temia eventual falta de uma ação coordenada entre as tropas brasileiras, as argentinas e as dos *colorados* uruguaio, comandadas pelo General Garzón. Para evitar a falta de harmonia en-

tre essas forças, o comandante-em-chefe enviou o Coronel Osório para combinar as operações com Urquiza. Escreveu Caxias em suas instruções:

O Sr. Ten. Cel. Osório deverá ter muito em consideração que o plano de operações de campanha deve ser feito de modo que, quando se mover o nosso Exército para invadir o Estado Oriental, não reste dúvida do movimento das forças dos demais aliados, no mesmo sentido, de forma que não possam recuar e deixar as forças imperiais comprometidas.¹²

A invasão se deu de forma coordenada, porém Urquiza, que se encontrava mais próximo das forças de Oribe, aceitou negociar com este a rendição. O líder entrerriano não esperou a chegada das forças brasileiras e nem consultou Caxias sobre as condições da paz. Tudo indica que Urquiza não desejava a participação do Império nessa negociação, embora ela só tenha sido aceita por Oribe devido à iminência de ser atacado por tropas brasileiras. Tratando diretamente com o caudilho entrerriano, Oribe pôde capitular, em 8 de outubro de 1851, sem perder a liberdade, refugiando-se, doente, em sua propriedade rural.¹³

Rosas havia declarado guerra ao Brasil em 18 de agosto. Dois meses depois, em 21 de novembro, ainda de 1851, foi assinado novo tratado de aliança entre o Império, o Governo uruguaio e as províncias de Entre Ríos e Corrientes. Declarava-se que a finalidade da aliança era a de fazer guerra a Rosas, ressaltando-se que não era combatida a Confederação, mas, sim, seu go-

11 SOARES DE SOUZA, José Antônio. *O Brasil e o Rio da Prata*, p. 238-240.

12 CARVALHO, Affonso de. *Caxias*, p. 181.

13 Idem, *ibidem*, p. 191-193.

verno; ficou determinado que os gastos seriam financiados pelo Império.

As forças de Caxias marcharam para o sul e acamparam na Colônia do Sacramento. A esquadra imperial transportou a infantaria uruguaia e a artilharia enterrerriana para que pudessem se juntar a Urquiza em Diamante, ponto de concentração do Exército aliado. De Sacramento marchou para Diamante a divisão brasileira sob o comando do Brigadeiro Manoel Marques de Souza. O plano aliado era o de atacar Rosas pela margem direita do Rio Paraná, enquanto Caxias permaneceria de prontidão em Sacramento, com a maior parte das forças brasileiras, e, se houvesse necessidade, atacaria Buenos Aires em ação coordenada com a esquadra imperial. Na passagem de Toneleros, a bordo do navio capitânea *D. Afonso*, ao lado do Almirante Greenfell, encontravam-se o General Marques de Souza, Bartolomeu Mitre, Wenceslao Paunero e Domingo Sarmiento; os três primeiros iriam reencontrar-se uma década mais tarde, novamente como aliados, lutando contra o Paraguai de Solano López.¹⁴

Rosas foi batido na batalha de Monte Caseros, localidade próxima a Buenos Aires. O ditador refugiou-se em um navio britânico, que estava no porto, e exilou-se na Inglaterra. As tropas brasileiras marcharam nas ruas de Buenos Aires, sob ovação dos anti-rosistas, e o Conde de Caxias foi recebido com honras militares por ordem de Urquiza. Ao retornar ao Brasil, Caxias foi promovido a tenente-general e recebeu o título de Marquês.

¹⁴ Idem, p. 203.

A partir da queda de Rosas, o Império exerceu sua hegemonia no Prata, impondo seus objetivos aos países da região. Esses objetivos foram atingidos totalmente com o Uruguai pelos tratados de 1851, que praticamente criaram um protetorado brasileiro sobre o país, enquanto com a Confederação Argentina não se conseguiram definir os limites. Apesar disso, a Confederação não criou obstáculos à influência da diplomacia imperial na região platina.

TENSÃO NO PRATA

Com o surgimento do Estado argentino centralizado em 1862, após a vitória militar de Bartolomeu Mitre sobre Justo José Urquiza, a oposição federal, para se contrapor a ele, estreitou relações com os *blancos* no país oriental e com o Governo paraguaio. Em abril de 1863, o caudilho *colorado* Venancio Flores invadiu o Uruguai com tropas organizadas em Buenos Aires e com o beneplácito do Governo argentino, para derrubar o governo *blanco* do Presidente Bernardo Berro (1860-1864).¹⁵

A situação política no Uruguai catalisou as divergências platinas. As províncias de Entre Ríos e Corrientes utilizavam o porto de Montevideu como alternativa ao de Buenos Aires para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabeleceu relações com a resistência federalista a Mitre, encabeçada por Urquiza, o qual, por sua vez, também as mantinha com o chefe de Estado paraguaio, Francisco Solano López. O Paraguai passava, então, pela

¹⁵ BURTON, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, p. 157.

modernização de atividades ligadas basicamente à defesa, importando, com essa finalidade, tecnologia e técnicos estrangeiros, principalmente britânicos. Para financiar a continuidade dessa modernização era necessário ampliar as exportações guaranis, o que contribuiu para o Paraguai romper sua política de abstenção dos assuntos platinos, pois necessitava de uma saída segura para o mar, que parecia ser o porto de Montevideú.

No Uruguai, por outro lado, o Presidente Berro recusou-se a renovar, em 1861, o Tratado de Comércio e Navegação assinado em 1851 com o Brasil. O Governo *blanco* eliminou, assim, os privilégios comerciais do Império e atingiu os interesses de estancieiros gaúchos, produtores de charque, ao instituir imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul.¹⁶ Esses pecuaristas contituíam-se, há duas décadas, em “grupo de pressão” sobre a política externa brasileira no Prata. Conseguiram que seus interesses específicos fossem adotados pelo Governo imperial, transformando-os em objetivos da política brasileira em relação ao Uruguai.

O Presidente Berro indis pôs-se, desse modo, tanto com a Argentina quanto com o Brasil. Ciente do risco que corria, o Governo uruguaio buscou apoio do Paraguai, cuja política externa parecia estruturada no sentido de enfrentar as pressões tanto do Rio de Janeiro quanto de Buenos Aires.

Nessa nova realidade, o Paraguai alertou à Argentina que seu respaldo aos *colorados* de Flores, na guerra civil uruguaia, teria efeito “desastroso” sobre os interes-

ses paraguaios.¹⁷ O Governo argentino, contudo, não se preocupou, pois acusado oficialmente pelo Uruguai de ser o instigador da revolta *colorada* com o fim de anexar o país, deu explicações tranqüilizadoras ao Brasil.¹⁸ No início de 1864, as crescentes tensões nas relações bilaterais levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre o Uruguai e a Argentina.

A essa altura, a política externa do Império brasileiro estava desarticulada, em virtude da instabilidade ministerial que se seguiu à ascensão do Partido Liberal ao poder. Enquanto isso, na Câmara brasileira denunciaram-se supostas violências contra súditos do Império cometidas por autoridades uruguaias. Ao mesmo tempo, os pecuaristas gaúchos queixavam-se de desordens na fronteira, reclamavam do governo Berro e buscavam o apoio do Rio de Janeiro. O Governo imperial temia perder o controle da situação, o que ocorreria com os estancieiros gaúchos iniciando ação militar contra Montevideú, por sentirem-se desamparados pelos governantes brasileiros.¹⁹

Em abril de 1864, o Governo imperial enviou José Antônio Saraiva em missão especial ao Uruguai, acompanhado de esquadra comandada pelo Vice-Almirante Tamandaré. Suas instruções eram de exigir do Governo oriental o respeito aos direitos dos

17 Nota do Chanceler paraguaio José Berges a seu colega argentino Rufino de Elizalde, Assunção, 6.9.1863. *Archivo del General Mitre* [doravante:AGM]. Buenos Aires: La Nación, 1910, v. II, p. 41.

18 Rufino de Elizalde para o Ministro Plenipotenciário em Londres, Mariano Balcarce, Buenos Aires, 9.10.1863. *Archivo Rufino de Elizalde – el doctor Rufino de Elizalde y su epoca vista atraves de su archivo* [doravante: ARE], v. IV, p. 100.

19 NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista no Império*, v. II, p. 163.

16 BARRÁN, José Pedro, op. cit., p. 70

brasileiros residentes no país e a punição dos funcionários públicos locais, que teriam abusado de sua autoridade.²⁰ Na realidade, o Rio de Janeiro tratava de criar condições que justificassem a intervenção na vizinha república e ganhar tempo, enquanto organizava e distribuía a força brasileira na fronteira.²¹ Saraiva convenceu-se, porém, de que o Império poderia atingir seus objetivos promovendo a paz interna no Estado oriental e obtendo a reestruturação do Governo uruguaio, com o afastamento daqueles que se opunham aos interesses brasileiros.²²

O Governo uruguaio não se deixou intimidar e o Presidente Atanásio Aguirre, sucessor de Bernardo Berro, buscou ajuda do Paraguai enviando, em julho de 1864, Antonio Carreras em missão a Assunção. Confiando no respaldo paraguaio, Aguirre recusou-se a substituir os ministros *blancos* por políticos *colorados*. Saraiva apresentou, então, um ultimato ao Governo uruguaio, em agosto, para que fossem punidos os funcionários uruguaios responsáveis por agressões a cidadãos brasileiros, sob pena de tropas imperiais entrarem no Estado oriental para garantir os direitos dos súditos do Império. Saraiva retirou-se para Buenos Aires, onde encontrou-se com Rufino de Elizalde e ambos assinaram um Protocolo declarando que seus governos poderiam agir contra o

de Aguirre, respeitada a integridade e independência do Estado oriental.²³

Aguirre rompeu relações com o Brasil, enquanto o Governo de Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças do Império. Estas, afirmava o protesto, atentariam contra o equilíbrio entre os Estados do Prata, de interesse do Paraguai. O Governo paraguaio alertava não assumir a responsabilidade pelas consequências de qualquer ato de represália brasileiro.²⁴ Em 12 de setembro, em decorrência do ultimato, tropas brasileiras penetraram em território uruguaio. Em 20 de outubro, o Vice-Almirante Tamandaré, que substituíra Saraiva como representante político do Império no Uruguai, assinou o Acordo de Santa Lúcia com Venâncio Flores, estabelecendo a cooperação entre aquele caudilho e as forças brasileiras.

Em 10 de novembro, o vapor brasileiro *Marquês de Olinda* foi aprisionado por canhoneira paraguaia, horas após ter saído de Assunção rumo a Mato Grosso. O Governo guarani entregou, então, uma nota,

23 *Protocolo firmado por el Señor Ministro de Relaciones Exteriores de la República Argentina y el Señor Consejero Don J. Antonio Saraiva, Plenipotenciario de S. M. el Emperador del Brasil en que se consignan las declaraciones que hacen a nombre de sus respectivos Gobiernos de que en cualquier eventualidad que pudiese resultar de sus cuestiones con el Brasil, serán mantenidos los tratados que garanten la independencia, soberanía e integridad territorial de la República Oriental del Uruguay*, Buenos Aires, 22.8.1864. In Centro de Estudios de Derecho Internacional Público, *La política exterior de la República Argentina*. Buenos Aires, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 1931, p. 65-66.

24 Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira em Assunção, 30.8.1864. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* [doravante: RRNE], 1865, p. 173-174.

20 Instruções da Missão Confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva, Rio de Janeiro, 20.4.1864. In: LOBO, Hélio, *Antes da guerra (a Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1914, p. 292-294.

21 Saraiva para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Montevidéu, 14.5.1864. Idem, ibidem, p. 305.

22 Idem, p. 299-300.

datada do dia anterior, rompendo relações com o Império.²⁵ No mês seguinte, em 23 de dezembro, tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso. Solano López planejava bater as forças brasileiras que estavam operando no Uruguai e obrigar o Império a assinar a paz²⁶ em condições favoráveis ao Paraguai.

Caxias, o general brasileiro mais graduado e senador pelo Partido Conservador, apresentou seu plano para enfrentar essa emergência. Previa a organização de um exército de 50 mil homens, sendo 35 mil de infantaria, 10 mil de cavalaria e 5 mil de artilharia. A invasão do Paraguai seria feita por 45 mil soldados, permanecendo outros 5 mil como reserva no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Seriam três as colunas invasoras: a primeira, de 25 mil homens, em ação combinada com a Marinha imperial, entraria em território paraguaio pelo Passo da Pátria, no Rio Paraná, quase confluência com o Paraguai – seus objetivos seriam anular a fortaleza de Humaitá e, em seguida, ocupar Assunção. A segunda coluna, de 10 mil soldados, agiria no Mato Grosso, em Miranda, protegendo a cavalaria e o gado aí existentes e distraíndo a atenção do inimigo, para levá-lo a transferir tropas para o norte, facilitaria o ataque a Humaitá. A terceira coluna, com outros 10 mil homens, organizados no Rio Grande do Sul, agiria no ponto mais próximo do Paraguai, em São Borja, para, ao mesmo tempo, impedir a concentração de tropas inimigas em Humaitá e evitar que fosse cortada a retirada da

força brasileira que atacaria pelo Passo da Pátria, caso malograsse esta ação.²⁷

O plano pecava pelo fato de o território entre São Borja e o Paraguai estar sob soberania da Argentina, país formalmente neutro, embora fosse reivindicado por Assunção. Talvez Caxias considerasse vigorar acordo assinado entre o Império e a Confederação Argentina, em 1857, que garantia o livre trânsito de tropas brasileiras por território argentino, em caso de guerra entre o Brasil e o Paraguai. A situação interna argentina, porém, não permitiria que Mitre reconhecesse, naquelas circunstâncias, a vigência desse acordo.²⁸ Os planos de Solano López começaram a se inviabilizar quando, ao terminar o mandato presidencial de Anastácio Aguirre, sucedeu-o Tomás Villalba. Este assinou, em fevereiro de 1865, o Protocolo de Paz de Villa Unión, resultado da diplomacia imperial, pelo qual Flores assumiu a presidência do Uruguai.²⁹

Apesar da rendição de Montevidéu e a tomada do poder no Uruguai pelos *colorados*, Solano López manteve a decisão de atacar o Rio Grande do Sul. Para tanto, pediu permissão ao Governo argentino para passar por território argentino, com as tropas que marchariam sobre essa província brasileira. Pretextando neutralidade, o Pre-

25 Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira, Assunção, 12.11.1864. Idem, 1865, p. 180.

26 Apud. SAGASTUME, José, in: LOBO, Hélio, op. cit., p. 276.

27 Comentário de SOUSA DOCCA, E. F. in GAY, João Pedro, Cônego, *Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai*, p. 176-177.

MARTINS, Hélio Leôncio, Vice-Almirante. *A Estratégia Naval Brasileira na Guerra do Paraguai (com algumas observações sobre suas ações táticas e o apoio logístico)*, p.60.

28 Solano López para o General Resquin, Humaitá, 10.8.1865, às 23:30 horas. Archivo Nacional de Asunción, v. 343, n. 43.

29 Protocolo de Negociação da Paz celebrada em Vila de União, em 20.2.1865. RRNE, 1865, p. 157.

sidente Mitre negou a autorização e, como consequência, Corrientes foi invadida por tropas paraguaias em 13 de abril de 1865.

Solano López fez o jogo de Mitre, que buscava, desde o ano anterior, estabelecer uma aliança estratégica com o Império, para estabilizar politicamente a região e, assim, retirar um eventual apoio externo para a oposição federalista.³⁰ O Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em Buenos Aires em 1º de maio de 1865, entre Argentina, Brasil e Uruguai, resultou do erro político-militar de Solano López de invadir Corrientes. Na perspectiva do setor do liberalismo argentino que ocupava o poder, essa Tríplice Aliança não deveria se esgotar ao atingir seus fins militares. Vencido o Paraguai, pensava o Chanceler argentino Rufino de Elizalde, a Argentina e o Brasil deveriam estabelecer convênios complementares, que desenvolvessem a aliança estabelecida em 1º de maio de 1865. O objetivo maior era *que hagamos una alianza perpétua, basada en la justicia i en la razón que ha de ser bendecida por nuestros hijos*.³¹

CAXIAS E A GUERRA DO PARAGUAI

Os paraguaios que invadiram o Rio Grande do Sul, em junho de 1865, encontraram pouca resistência, mas, ao entrarem em Uruguaiana, acabaram cercados. Devido à desorganização militar e política no Rio Grande do Sul, comprometedor da resis-

tência contra os invasores, D. Pedro II dirigiu-se a essa província, tendo Caxias como membro da sua comitiva.

Durante o cerco aliado a Uruguaiana, Caxias recusou convite para comandar as tropas brasileiras na guerra, feito pelo então presidente do Conselho de Ministros, Conselheiro Furtado. A recusa decorreu da inimizade existente entre ele e o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana.³²

A invasão paraguaia foi contida, com a derrota dos navios paraguaios na batalha do Riachuelo, com a rendição dos invasores paraguaios em Uruguaiana, e com a contenção, em Corrientes, da coluna invasora do General Wenceslao Robles, a qual retornou ao Paraguai em novembro de 1865. A dinâmica da guerra se inverteu quando as tropas aliadas invadiram o Paraguai, em abril de 1866, no Passo da Pátria. O plano aliado era o de destruir o sistema defensivo paraguaio, que tinha como epicentro a poderosa fortaleza de Humaitá, que controlava a navegação do Rio Paraguai, e, assim, abrir o caminho fluvial para ocupar Assunção, capital inimiga. Contudo, os aliados desconheciam o terreno, pois não havia mapas do interior do país, como consequência dos anos de seu isolamento em relação ao exterior. A região em torno de Humaitá caracterizava-se por pântanos, lagos, riachos, povoados por animais peçonhentos, em meio a densa, quase impenetrável, vegetação, cortada por poucos caminhos secos, de conhecimento unicamente dos paraguaios. Desse modo, as condi-

30 Ver DORATIOTO, Francisco. *De Aliados a Rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)*.

31 Elizalde para José Maria da Silva Paranhos, Buenos Aires, 25.2.1866. AMRECEC, *Guerra d la Triple Alianza*. Caixa 1, fl. 30.

32 JACEGUAY, Barão de. *Reminiscencias da Guerra do Paraguay*, p. 295.

ções naturais impediram o avanço aliado, embora a familiaridade com ela não tenha garantido sucesso aos paraguaios, conforme comprova a grave derrota que sofreram ao atacar, em maio de 1866, o acampamento em Tuiuti.

Às dificuldades do terreno e ao sistema defensivo paraguaio somava-se, como obstáculo às operações aliadas, as desavenças entre os três generais comandantes brasileiros e de dois deles com o comandante-em-chefe, Bartolomeu Mitre, presidente licenciado da Argentina. As forças brasileiras eram constituídas pela esquadra, comandada pelo Visconde de Tamandaré, e dois corpos de exército, chefiados pelos generais Conde de Porto Alegre e Polidoro Quintanilha Jordão. Os três tinham a mesma hierarquia, resultando na falta de unidade de comando. Tamandaré e Porto Alegre pertenciam ao Partido Liberal, no poder no Brasil, e não tinham relações harmoniosas com Quintanilha Jordão, membro do Partido Conservador. Ademais, os dois primeiros não confiavam no General Mitre – Polidoro sim –, cujo plano de isolar Humaitá por terra e pelo rio implicava em que a esquadra ultrapassasse a fortaleza, sob o fogo dos seus numerosos canhões. Suspeitavam que o verdadeiro objetivo de Mitre, com esse plano, era o de destruir parte da Marinha imperial para, terminada a guerra, o Brasil estar sem condições de reagir militarmente a um expansionismo argentino no Rio da Prata. Pode-se hoje, após pesquisas em arquivos, afirmar que essas suspeitas eram improcedentes, mas, à época, elas refletiam décadas de rivalidade entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires pelo predomínio no Prata.

O resultado mais impressionante dessas disputas e desconfianças, bem como da falta de coordenação entre os chefes militares aliados, foi a derrota aliada no ataque a Curupaiti, em 22 de setembro de 1866. Os atacantes eram 20 mil, com os efetivos brasileiros e argentinos praticamente se equivalendo, e morreram 4 mil soldados imperiais e outros tantos aliados. Os paraguaios perderam apenas 54 soldados.

Essa derrota teve grandes repercussões. A idéia de paz com Solano López se robusteceu na Argentina, embora Mitre a rejeitasse e, no Brasil, aumentou a desconfiança quanto ao resultado do conflito e, principalmente, tornou-se mais difícil obter efetivos para ir para o Paraguai, quer como voluntários, quer como convocados por sorteio. No plano militar, após Curupaiti, o relacionamento entre Tamandaré e o comandante-em-chefe argentino ficou ainda mais abalado, pondo em risco a própria condução da guerra.

Para pôr fim às discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando, decreto do Governo imperial de 10 de outubro de 1866 nomeou o Marquês de Caxias para o cargo de comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai. O reconhecimento da necessidade de unificar o comando das forças brasileiras no Paraguai, bem como a escolha de Caxias para comandá-las, só foi possível graças à postura do chefe de governo, Zacarias de Góes e Vasconcelos. Este, um liberal “progressista”, colocou as necessidades da guerra acima da questão partidária e convidou Caxias para comandar as forças brasileiras no conflito. Para que o convite fosse acei-

to, Zacarias afastou Silva Ferraz do Ministério da Guerra, substituindo-o por João Lustosa da Cunha, Marquês de Paranaguá. Também foi demitido o presidente do Rio Grande do Sul, Pereira da Cunha, que era adversário não só de Caxias, como também de Osório. Este, embora liberal, gozava da simpatia pessoal e respeito militar do futuro comandante-em-chefe, que o encarregou de constituir o Terceiro Corpo de Exército, para ser enviado ao Paraguai, recompondo o poder ofensivo do Exército brasileiro no teatro de operações.³³

Caxias encontrou as tropas brasileiras no Paraguai em condições precárias. A maior parte da cavalaria estava a pé, pois os animais tinham morrido após comer vegetação imprópria, arrancada dos campos alagados. Sob o comando de Caxias começou-se a repor os animais perdidos e dar-lhes alfafa e milho, a alto custo, pois dependia-se de comerciantes – os “fornecedores” – que traziam a forragem da Argentina. Os dois corpos de exército imperiais no teatro de operações eram totalmente diferentes um do outro, parecendo pertencer a dois países, pois tinham contabilidade, critérios de promoção e de pagamento próprios. Foi necessário reorganizar tudo, de modo a economizar dinheiro, treinar e disciplinar a tropa, tornando-a combativa. Nessas tarefas, afirmou Caxias no Senado, em julho de 1870, passaram-se 14 meses.

Temia o comandante-em-chefe brasileiro que Mitre suspendesse as operações em decorrência de eventual paz em separado da

Argentina com o Paraguai, ou, então, viesse a retirar-se com o Exército argentino, em virtude de alguma revolta contra Buenos Aires, pois continuavam as dificuldades internas na República aliada. Para essa eventualidade, Caxias tinha ordens de prosseguir as operações militares somente com as forças brasileiras, “para conseguirmos o que nossa honra exige, ou a derrota de López numa batalha ou seu rendimento sem condições”. Mitre, por sua vez, leal aliado do Império, contentou-se com a chegada de Caxias, que “era o meu candidato para o comando e o era no modo e forma em que foi nomeado”.

Mitre manteve seu plano de cercar Humaitá e insistiu junto a Caxias para que a esquadra tentasse passar pela fortaleza, de modo a isolá-la. Argumentou ser esse o principal objetivo militar a ser alcançado, para viabilizar a ocupação da capital inimiga. Caxias respondeu que o Tratado da Tríplice Aliança não dava ao general argentino o comando da força naval e que a ultrapassagem de Humaitá teria sido feita, se fosse humanamente possível. Mitre foi surpreendido pois, pelo Tratado da Tríplice Aliança, era o responsável pela direção da guerra em território inimigo, e pensava ter a esquadra sob seu comando quanto às operações a se fazer para pôr fim à guerra.³⁴ O fato é que também Caxias desconfiava que, ao insistir para que a esquadra forçasse a passagem de Humaitá, o presidente argentino buscava destruí-la, para eliminar o elemento de preponderância do Império no Prata.³⁵

33 Zacarias, Sessão do Senado, 8.6.1868. *Anais do Senado*, 1868, v. II, p. 114.

TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, v. III, p. 192-193.

34 Mitre para Marcelino Ugarte, Tuiú-Cuê, 5.1.1868. *Archivo Inédito del General Mitre*, doc. 5785.

35 Caxias para o Ministro da Guerra, ofício reservado, Tuiú-Cuê, 11.9.1867. Arquivo Nacional [doravante: AN], *Guerra do Paraguai*, caixa 811, pacote 1.

Em dezembro de 1867, morreu o Vice-Presidente argentino Marcos Paz, obrigando Bartolomeu Mitre a retirar-se do Paraguai, em 14 de janeiro de 1868, para reassumir a Presidência do seu país, passando o comando-em-chefe das forças aliadas para o Marquês de Caxias. No mês seguinte, Humaitá foi ultrapassada pela esquadra brasileira, submetendo a fortaleza a cerco terrestre e naval, o que não impediu que dela se retirasse Solano López, acompanhado da maior parte dos seus defensores. Humaitá foi totalmente evacuada pelos paraguaios em julho de 1868, quase simultaneamente à queda, no Brasil, do governo liberal e à ascensão do Partido Conservador ao poder.

Caxias, ao ter no Governo imperial seus companheiros de partido, externou francamente suas opiniões quanto à guerra. Assim, em agosto de 1868, escreveu ao Barão de Muritiba, Ministro da Guerra, que ao inimigo só restava refugiar-se no interior do país, obrigando o Exército imperial a persegui-lo, o que custaria ao Brasil mais perdas humanas e gastos financeiros. Caxias considerava que as “injúrias” de Solano López contra os aliados já haviam sido vingadas, apontando para as grandes perdas paraguaias como prova de sua asserção. Como conseqüência, propunha que se negociasse a paz.³⁶

Essa proposta refletia uma avaliação pragmática da situação militar, pois o Paraguai, após a ocupação de Humaitá, deixara de constituir uma ameaça militar para o Im-

pério. D. Pedro II respondeu, porém, que a guerra devia prosseguir, terminando somente com a expulsão de Solano López do Paraguai.³⁷ Ambos tinham razão: Caxias do ponto de vista militar e o Imperador no aspecto político. O final da guerra, sem a derrota completa de Solano López, poderia estimular outros países a ações militares contra o Império, que tinha suas fronteiras apenas parcialmente demarcadas. Ademais, a própria Monarquia ficaria abalada se, após três anos de guerra, com enorme custo humano e financeiro, não conseguisse terminar vitoriosamente o conflito.

Caxias continuou, disciplinadamente, a guerra. Solano López montou outro sistema defensivo, nos moldes de Humaitá, de modo a impor ao Exército aliado, novamente, a desgastante guerra de trincheiras. Assim, construiu uma posição fortificada em Angostura, às margens do Rio Paraguai, entre Humaitá e Assunção, de modo a dificultar a ação da esquadra brasileira. Trincheiras foram construídas nas adjacências, para enfrentar a tropa aliada que deveria vir do sul e, ainda, proteger o quartel-general de Solano López, localizado na retaguarda, em Itá-Ivaté, uma das Lomas Valentinas. Caxias, porém, não se deixou aprisionar pela lógica do inimigo, ao contrário, surpreendeu-o com a estratégia de atacá-lo pela retaguarda. Com esse objetivo, ordenou a construção, no território pantanoso do Chaco, na margem do Rio Paraguai oposta às fortificações inimigas, de uma estrada feita com troncos de madeira.

O Chaco parecia intransponível para a passagem de um exército que levasse con-

36 Caxias para o Barão de Muritiba, ofício confidencial, “Paré-cué, em frente a Humaytá”, 14.8.1868. AN, códice 924 (*Reservadas e Confidenciais – Correspondência do Comandante-em-Chefe*), v. 4, p. 131-134.

37 Idem, *ibidem*.

sigo armas pesadas, animais de tração, cavalos e suprimentos. Por esse motivo, Solano López não construiu posições defensivas nesse território. Em 3 de dezembro, o Exército brasileiro foi desembarcado, pela Marinha, no Chaco e marchou, dia e noite, sob chuva, durante quarenta e oito horas, em meio ao lodo, charcos e matagais. No dia 5, foram reembarcadas nos navios brasileiros, que transportou quase 20 mil homens até San Antonio, na retaguarda paraguaia.

Seguiram-se então as grandes batalhas de dezembro de 1868, a chamada “dezembrada”, que destruiu o poder militar paraguaio e custou pesadas baixas ao Exército brasileiro. Essas batalhas se deram na ponte de Itororó, no dia 6; próximo ao riacho de Avaí, em 11 e, entre os dias 21 e 27, em Lomas Valentinas. Angostura, última posição fortificada paraguaia à retaguarda aliada, se rendeu em 30 de dezembro de 1868. Em Lomas Valentinas, Solano López conseguiu escapar no dia 27, acompanhado de alguns poucos homens. Estava aberto o caminho para a ocupação de Assunção, o que foi feito por 1.700 homens, sob o comando do Coronel Hermes da Fonseca, transportados em navios de guerra. Em 1º de janeiro de 1869, eles desembarcaram na capital praticamente deserta, pois fora evacuada por ordem de Solano López.

A ocupação da capital não era, afinal de contas, o objetivo da guerra. Ele era, de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, tirar do poder Solano López e expulsá-lo do Paraguai. O Exército aliado encontrava-se exaurido após a “dezembrada” e falhou ao não enviar uma forte vanguarda atrás do ditador paraguaio. Este pôde refugiar-

se nos montes do interior, na cordilheira, região de difícil acesso às tropas aliadas, por estar distante das vias fluviais. Solano López conseguiu mobilizar velhos e adolescentes que, juntamente com o que restara de tropa experiente, compuseram um precário exército.

Na manhã do dia 17 de janeiro, Caxias desmaiou enquanto assistia missa na catedral de Assunção, sob sufocante calor, penanecendo meia hora sem sentidos. Atendendo a conselho do seu médico para se retirar, devido ao clima paraguaio, o comandante brasileiro partiu para Montevidéu, no dia 19, para esperar a resposta do Governo imperial “a respeito da demissão que pedi”, passando, pela Ordem do Dia número 273, o comando para o General Guilherme Xavier de Souza.³⁸

O desmaio e a retirada de Caxias do Paraguai eram consequência de um longo processo de desgaste físico e psicológico. O Marquês estava cansado da guerra em cuja continuidade não via motivo. Além disso, passava pelos sofrimentos físicos de um quase septuagenário que, estoicamente, enfrentava os rigores do clima paraguaio. Encontrava-se abalado psicologicamente com a carnificina dos combates de dezembro e com a baixa combatividade das tropas brasileiras.³⁹ No dia 24 de janeiro, Caxias chegou a Montevidéu tão abatido que, do curto espaço do desembarque até o hotel mais próximo, deslocou-se nos braços do

38 Caxias para Muritiba, Montevidéu, 24.1.1869. AN, cód. 924, v. 5.

Ordem do Dia n. 273, Assunção, 18.1.1869, in *Exército em Operações...*, v. 4, p. 389.

39 Paranhos para Muritiba, particular n. 1, reservada, Assunção, 27.2.1869. AN, caixa 805, pacote 1.

Senador Silveira da Motta, que lá se encontrava, e do Barão de Mauá.⁴⁰

De volta ao Brasil, Caxias recebeu honrarias inéditas a qualquer outro brasileiro: o título de Duque e o Grão-Colar da Ordem de D. Pedro I. Além de uma homenagem pessoal ao militar – era, afinal, o “homem que mais pelejara pela integridade do Brasil” e que gozava de “imensa moral” no Exército⁴¹ –, tais honrarias eram um forma de valorizar, perante o país, a luta no Paraguai, por meio do ex-comandante brasileiro na guerra.

Caxias foi comandante competente, bem-sucedido, embora também tenha cometido equívocos. Sua coragem também é destacada por diferentes testemunhos de época, estando ao alcance do fogo inimigo em diferentes ocasiões, e mesmo colocando em risco a própria vida, como ocorreu ao comandar uma carga sobre a ponte de

Itororó. Se algumas das críticas, feitas à época, ao comando do Duque no Paraguai tinham origem em aspectos estritamente militares, a maior parte delas tinha motivação política, feitas pelos liberais, ou, então, causadas por inveja pessoal.⁴²

Na reflexão de Dionísio Cerqueira, na guerra “vence o que menos erra”.⁴³ Caxias jamais perdeu uma campanha e seus erros foram menores do que os do comando inimigo. No Paraguai, mais do que em qualquer de suas atuações anteriores no Prata, Caxias transcendeu suas limitações, impôs-se grandes sacrifícios pessoais e incorporou em si a responsabilidade de cumprir o objetivo do Estado monárquico de destruir Solano López, de modo a eliminar definitivamente o agressor, para que não voltasse a ser ameaça ao Império.



FONTES

A) PRIMÁRIAS

1 – Manuscritas

Archivo Inédito del General Mitre – Museo Mitre, Argentina.

Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Exterior y Culto, Argentina.

Archivo Nacional de Asunción, Paraguai.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

2 – Impressas

Archivo del General Mitre, Buenos Aires: La Nación, 1910, v. II.

Archivo Rufino de Elizalde – el doctor Rufino de Elizalde y su época vista a través de su archivo, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1974.

40 Paranhos para Cotegipe, particular, Montevideu, 7.2.1869. Arquivo do Barão de Cotegipe, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 920, pasta 133.

41 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, p.299.

42 SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 69.

43 CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*, p. 274.

- BURTON, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, General, Duque de. *Exército em Operações na República do Paraguay sob comando-em-chefe de todas as forças de S. Ex. o Sr. Marechal-de-Exército Luiz Alvez de Lima e Silva*. V. 4. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco Alvez de Souza, 1877.
- GAY, João Pedro, Cônego. *Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: IEL; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- IMPÉRIO DO BRASIL. *Anais do Senado*.
 ——. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*.
- JACEGUAY, Arthur Silveira da Motta, Almirante, Barão de. *Reminiscencias da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: s.n., 1935.
- MAUÁ, Visconde de. Exposição aos credores de Mauá & C. e ao público in GANNS, Claudio. *Visconde de Mauá: autobiografia*.

B) SECUNDÁRIAS

- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-75*. Montevideu: Ediciones de La Banda Oriental, 1982.
- BESOUCHET, Lidia. *Mauá e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1978.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO. *La política exterior de la República Argentina*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 1931.
- DORATIOTO, Francisco. De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876). In: *Múltipla*. Brasília: UPIS, ano 4, v. 4, n. 6, p. 21-40, jul./1999.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARTINS, Hélio Leôncio, Vice-Almirante. A estratégia naval brasileira na Guerra do Paraguai (com algumas observações sobre suas ações táticas e o apoio logístico). In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 117, n. 7/9, jul./set. 1997.
- NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo – Um estadista no Império*. São Paulo: Progresso, v. II, 1946.
- SCHULZ, John. O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOARES DE SOUSA, José Antônio. O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1967, t. II, v. 3.
- TASSO FRAGOSO, Augusto, General. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934-1935, 5v.

A Atualidade das Razões e dos Ideais de Tamandaré

Arlindo Vianna Filho *

Resumo: Reprodução de palestra proferida pelo autor em 9 de dezembro de 2003, procura demonstrar a atualidade perene dos ideais e dos sentimentos, do saber político e da genialidade estratégica, dos valores éticos, do ânimo patriótico soberano e independente de Tamandaré.

Palavras-chave: Marinha do Brasil, Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha.

Atendo a um irrecorrível chamamento cívico, do Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, para participar de homenagem ao Patrono da Marinha do Brasil, Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, em justo preito de reconhecimento, de gratidão e respeito por suas contribuições para a independência, união e soberania nacionais.

Com os corações agitados por sentimentos de gratidão e respeito, admiração e reconhecimento, reunimo-nos nesta histórica Casa,¹ onde o passado e o presente se tocam a cada instante.

* Almirante-de-Esquadra.

¹ Casa de Deodoro na Praça da República, Rio de Janeiro, atual Sede do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Aqui a memória nacional, que tem ouvido a história de nossos heróis, não permite que o crepúsculo do passado oculte, em sua neblina, aqueles que construíram a Pátria e traçaram os rumos seguros de nosso futuro, com estoicismo e desprendimento, entusiasmo e amor pátrio, honra e dignidade.

Não tenho a pretensão de, nesta histórica Casa e para este sodalício, predicar História.

Sou, apenas, um homem do mar, um marinheiro que sempre esteve mais à vontade no tijupá, nos conveses de nossos navios e, mesmo, navegando em imersão que em um pódio de orador.

Reconheço, porém, que a Lógica recomenda e adverte que há um imperioso sentido prático em associar-se ações e fatos

do passado histórico a ensinamentos de experiências vividas para a compreensão de situações atuais e para a construção de cenários prospectivos, que possibilitem a obtenção de êxitos na travessia das sociedades, das nações.

No passado histórico estão, fortes e imperiosos, os valores perenes dos anseios e ideais primeiros, as motivações e os exemplos dos legítimos intérpretes, dos artífices e defensores maiores da autêntica Vontade Nacional.

As razões e os ideais daqueles que, preclaros, construíram nossa união e independência não deixaram de existir. Foram o começo.

Que distâncias poderemos navegar que não estejam contidas na extensão de seus ideais? Que esperanças, que sonhos, que anseios, que horizontes e verdades podem estar além de suas visões?

Eis que encontramos, na vida e no exemplo daquele que homenageamos, a energia da autêntica Vontade Nacional e a corrente indestrutível da unidade e independência de nossa Nação.

O Marquês de Tamandaré foi, seguramente, um intérprete da Vontade Nacional e protagonista da consolidação de nossa Pátria, nossa Nação livre, independente, soberana.

Reconhecimento de profundo simbolismo encontramos ao abrir o Boletim dos

Oficiais de Marinha e deparar, em sua primeira página, iniciando a relação dos oficiais em serviço ativo, o nome do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré.

É que, tão ativa, profícua e generosa, a vida do Almirante Marquês de Tamandaré, com sua incomparável contribuição para a Marinha e para o Brasil, sempre inspira e estimula, orienta, ancora e municia todas as energias que sustentam o patriotismo dos marinheiros brasileiros. Afinal, Tamandaré

fez inabaláveis a união, a independência e a soberania do Brasil.

Tamandaré, e ninguém mais que ele, percebeu nitidamente o valor do uso dos mares para a independência e unicidade, para a grandeza e soberania brasileiras. Seus valores éticos – hombridade, dignidade e justiça, patriotismo, honra e coragem,

altivez, sinceridade e singeleza – não são princípios ultrapassados, não são costumes do passado: são valores da autêntica sociedade brasileira.

Neste sentido, Tamandaré estará sempre a serviço da Pátria.

Efetivamente, as expressões de saber político, as demonstrações de sensibilidade estratégica, os ideais, as razões e os valores éticos do Almirante Joaquim Marques Lisboa são atuais, perenes e seguras orientações para nossas expectativas, para nossos sonhos e aspirações

No passado histórico estão, fortes e imperiosos, os valores perenes dos anseios e ideais primeiros, as motivações e os exemplos dos legítimos intérpretes, dos artífices e defensores maiores da autêntica Vontade Nacional.

de sociedade justa e nação independente e soberana.

Repetimos insistentemente independência, soberania e patriotismo por ser motivo de orgulho cívico e valores inalienáveis de nossa Sociedade Nacional.

Infelizmente, na atualidade, vivemos tempos nos quais a “esperteza”, a “malandragem” e a “sagacidade” são valorizadas e substituem os princípios éticos; o patriotismo é visto como sentimento ultrapassado; guerrilheiros derrotados de ideologias fracassadas preterem os expedicionários da liberdade e os defensores dos autênticos valores democráticos.

Vivemos tempos nos quais a Bandeira Nacional – “pavilhão da esperança, símbolo augusto da Pátria” – não é reverenciada em data nacional; nos quais se inibe cultivar a memória de brasileiros covardemente assassinados por se oporem a ideologias totalitárias.

Vivemos tristes tempos nos quais as Forças Armadas são menosprezadas.

Vivemos tempos nos quais, em reais sinecuras sustentadas pelo Tesouro Nacional, ex-exilados e pseudo-exilados são privilegiados e distinguidos por ostentar em seus tristes currículos assaltos, seqüestros, assassinatos e atos terroristas. E há insensatos que os chamam de heróis!

É hora de indagar, perplexos e ansiosos: onde a virtude e a honestidade, a dignidade, a hombridade e a coragem moral, onde o patriotismo? Onde a ética, a verdade, a justiça e a honra?

Encontramos, então, na vida e nas ações, nos ideais e nas razões, no exemplo do Almirante Joaquim Marques Lisboa a

força da moral, da dignidade, da honra, da virtude e do civismo, da nobreza de caráter. Marinheiro intemorato, legou a cada um de nós e a todos nós brasileiros razões e motivações para sustentar a saga da grande e soberana Nação brasileira.

Joaquim Marques Lisboa nasceu no dia 13 de dezembro de 1807, em Rio Grande, às margens do generoso canal que liga o mar ao interior, como cordão umbilical que transmite vida ao ser gerado. A torrente do canal lhe indicaria o mar por destino; o oceano lhe imporá o navio por vocação.

Os oceanos, que chamam a si todas as oportunidades, clamaram por aquele menino que crescia à beira-mar, sondando as distâncias à espera de seu navio.

As águas dos mares, em sua imensidão, refletiam seus sonhos e pensamentos.

Quantas vezes sua impaciência juvenil deve ter em seus sonhos navegado!

Na vocação daquele menino, as oportunidades, os horizontes grandiosos e nobres da Pátria que ajudaria a libertar, a unir e manter-se soberana.

É que os homens do mar, em seus navios, propiciam, histórica e efetivamente, descobertas, circulam riquezas, transportam demonstrações de amizade e, não nos esqueçamos, também cobiças, afastam os temerosos e aproximam os diligentes, polinizam cultura, unem as partes em labor incessante, mesmo quando a Terra adormece.

Jovem ainda, atento ao marulhar dos oceanos, atento “ao som do mar” que sugere independência e liberdade, Joaquim Marques Lisboa, em 4 de março de 1823, apresenta-se voluntário Praticante de Pilo-

to na fragata *Niterói*, da Esquadra que consolidaria a Independência – tão jovem quanto a grande Nação, destinado a ser um dos artífices-mores da brasilidade, seguiu o inevitável impulso espontâneo e escolheu a Marinha para servir à Pátria.

Quando os nossos anseios de independência e de unicidade nacional tornaram-se irrecorríveis, o mar foi o caminho natural onde navegaram os navios e os marinheiros que os realizaram.

Abertos os caminhos dos mares, abrem-se os rumos da liberdade e do progresso.

O labor e o patriotismo dos marinheiros brasileiros, inspirados pelos ideais, razões e exemplos de Tamandaré têm sido, a um só tempo, a âncora e a branca superfície vélica; a um só tempo segurança e força impulsora do progresso com dignidade.

A unidade e a soberania da emergente Nação seriam ameaçadas por equívocos de opiniões e por mesquinhas ambições, da Guerra da Independência à Campanha do Prata, das sedições internas à Guerra da Tríplice Aliança.

O Tenente Marques Lisboa, na Campanha do Prata, teve seu primeiro comando no mar, a escuna *Constança*. Logo depois, o comando da escuna *Bela Maria*, da Divisão Naval que, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra João

Antônio de Oliveira Botas, bloqueava o Rio Salado.

É fato histórico desta campanha, digno de recordar: aproveitando-se do denso nevoeiro, o brigue-escuna argentino *Ocho de Febrero* tentou furar o bloqueio. Comandava-o a bravura e a galhardia de um dos mais brilhantes oficiais da Armada argentina – Tomás Domingos Espora.

Em duelo de nobres, engajaram-se em combate a escuna *Bela Maria* e o brigue-escuna *Ocho de Febrero*.

Canhonearam-se durante dez horas!

Mais de cinco disparos por minuto!

Esgotada a munição, impossível prolongar a resistência, Tomás Espora rende-se dignamente e, com emoção, apresenta-se ao Primeiro-Tenente Marques Lisboa, comandante da *Bela Maria*.

Estende as mãos, entregando a espada ao vencedor.²

Compreendendo a dura emoção do leal adversário, respeitando a dor que a derrota provoca nos corações briosos, Marques Lisboa, nobre cavaleiro-marinheiro, inspirado pela sensibilidade dos homens do mar, permite-lhe conservar a espada.

(...) os homens do mar, em seus navios, propiciam, histórica e efetivamente, descobertas, circulam riquezas, transportam demonstrações de amizade e, não nos esqueçamos, também cobiças, afastam os temerosos e aproximam os diligentes, polinizam cultura, unem as partes em labor incessante, mesmo quando a Terra adormece.

2 Um poeta popular da época em que os fatos históricos eram inspiração, versejou:
"Orça a nave de pano desfraldado,
Rompendo fogo com os canhões de proa.
Espora, com seu brigue destruído,
Entrega-se ao audaz Marques Lisboa."

Na seqüência histórica, a paz e o progresso de Recife entibiaram-se com quarteladas. A Setembrizada, em 1831, e a Abri-lada, no ano seguinte, foram contidas com a contribuição de ações, que hoje seriam caracterizadas como “projeção do poder naval em terra”, lideradas pelo Primeiro-Tenente Joaquim Marques Lisboa, comandante da escuna *Rio da Prata*.

Do mar também seria contida a Cabanada – o Tenente Marques Lisboa no comando do brigue *Cacique*.

Por duas vezes o Capitão-Tenente Marques Lisboa combateria os sediciosos da Sabinada, derrotando-os em Monteserrate.

Quando a Balaiada foi reconhecida como grave ameaça à unidade nacional, o Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Lisboa, comandante do brigue *Três de Maio*, foi nomeado Comandante das Forças Navais em Operações na Província do Maranhão. Foi, no mar e em ações típicas de operações anfíbias, segurança para o pacificador do Maranhão, Coronel Luiz Alves de Lima e Silva.

Prossegue a heróica travessia.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Marques Lisboa recebera na Inglaterra a fragata *D. Afonso*, logo digna do respeito mundial pelo socorro, sob grandes riscos, dos naufragos do *Ocean Monarch*.³

Na travessia para o Brasil, o destino do comandante da *D. Afonso* faria com que aportasse no Recife, onde a ação dos ma-

rinheiros, liderados por Marques Lisboa, seria decisiva para sufocar a Praieira.

A soberania seria ameaçada. Antagonismos estranhos desafiariam a lógica intenção de crescer juntos.

Aos navios, nas águas dos mares e dos rios, caberia transportar a exemplar motivação de progresso comum.

A intervenção na Banda Oriental teria que ser realizada. A força foi chamada para substituir os nobres argumentos que não convenciam os obstinados. Distinguido com título nobiliárquico, o Vice-Almirante Barão de Tamandaré,⁴ estadista, dialoga com saber político. Não ouvidos seus argumentos, reconhece, em suas palavras, que “pela honra nacional já não era possível, conveniente nem decoroso deixar de cumprir o indeclinável dever da Pátria em defesa de seus cidadãos”.

Estrategista, desenvolve ações navais, do bloqueio à tomada a viva força de Salto e Paissandu.⁵

3 O mesmo poeta também se inspirou no socorro aos naufragos do *Ocean Monarch*:

“O Monarca do Oceano se esboroa
No incêndio em pleno mar desencadeado.
O nosso Capitão sobre ele aproa,
Indo salvar vidas no Oceano irado.”

4 D. Pedro II, ao outorgar título nobiliárquico ao Almirante Marques Lisboa, lembrou-se que ele, como comandante da Força Naval que o conduzira ao Nordeste, solicitara permissão para transladar a bordo os restos mortais do irmão, major republicano morto em Tamandaré, Pernambuco, em combate contra a Monarquia.

O topônimo Tamandaré é vocábulo de origem indígena. A coincidência com a vida de nosso herói é dos predestinados: na lenda de nossos silvícolas, Tamandaré é “o guerreiro sobrenatural que chegou com o dilúvio, que veio com as águas”.

5 Sobre o bloqueio naval, com sabedoria e dignidade, Tamandaré observara: “Pelos princípios absolutos dos Direitos das Gentes, sei bem que o bloqueio é um perfeito ato de guerra; mas os precedentes da França, Inglaterra e Rússia em 1838, na Turquia, pela França, somente, no México, pela França e Inglaterra, ora separados, ora reunidos, no Rio da Prata, nos autorizam também a empregá-lo como um meio coercitivo, como uma ameaça agravada. Se o Governo Imperial entender que não obrei

Segue a heróica travessia.

Os brasileiros tiveram que se defender contra as hostilidades de Solano López. O comandante-em-chefe da Força Naval do Brasil no Rio da Prata, Visconde de Tamandaré, formalizou, em 3 de março de 1865, o Plano de Campanha para a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Tal documento histórico, mantido no Arquivo Nacional, constitui inestimável lição sobre Política, Estratégia, Logística, Liderança, Planejamento Militar, Operações Combinadas de Forças Armadas.

Hoje, com profundidade científica e lógica racional, ao buscar na História brasileira os mais confiáveis ensinamentos para ancorar concepções e conceitos político-estratégicos e administrativos, coerentes com a realidade brasileira e cenários prospectivos, destaca-se a coordenação sistêmica das Forças terrestres e navais preconizada e adotada com êxito por Tamandaré, clarividente gênio estratégico.

A História tem demonstrado e o desenvolvimento das ciências, das tecnologias e das metodologias esclarecem que a eficácia e a eficiência da condução de atividades complexas, como as das Forças Armadas, são decorrentes de coordenação sistêmica de conceitos que orientem o planejamento e a realização de ações sinérgicas.

Com o passar dos tempos, nada se torna cada vez mais anacrônico que a centralização administrativa (muitas vezes preconceituosa) de Forças Armadas, com suas

decorrências perversas político-estratégicas, econômico-financeiras, administrativas, militares e, mesmo, emasculadoras da Sociedade Nacional.

Seguramente, o pensamento político-estratégico militar contemporâneo encontra nos conceitos estratégicos e logísticos desenvolvidos por Tamandaré, da consolidação da Independência à defesa da Soberania, uma das mais valiosas lições da Arte da Guerra.

Em síntese, a eficácia das Forças Armadas é função da coordenação sistêmica de seus conceitos de emprego e sinergia planejada de suas ações; a Logística interage com a Estratégia e a Tática; a guerra não é somente fogo e sangue, embate moral da dignidade nacional, munícia-se de direitos e deveres cívico-sociais, de vontades, de renúncias pessoais, de sentimentos e nas razões, na inspiração e na hombridade, na honra e na liderança daqueles que motivam as formidáveis energias do patriotismo.

Joaquim Marques Lisboa, Almirante Marquês de Tamandaré. Ninguém mais que ele motivou e inspira as formidáveis energias do patriotismo.

Um dia, menino ainda, partiu, cheio de sonhos, anseios e ideais, de sua pequena ribeira natal para participar da realização de todos os sagrados valores daquela que seria a vigorosa Nação brasileira.

Escolheu os caminhos do mar. A multiplicidade das vias marítimas e os horizontes oceânicos sugeriam as ilimitadas possibilidades da jovem Nação.

Um ideal incontível habitava o seu pensar: navegar, unir, crescer livre e independente.

em regra, seguindo este procedimento, está perfeitamente livre para desaprová-lo; porque fiz esta notificação de modo a deixar-lhe salva toda responsabilidade, mas eu creio que consultei com ele a dignidade nacional."

Utilizou-se dos navios para servir-se das oportunidades que os mares oferecem aos fortes, bravos e diligentes. Aproximou e uniu as partes do grande todo. Levou resolutamente a navegar, nos conveses viris de seus navios, mensagens de Honra, de união, de soberania e de independência, de justiça e paz.

Evidente que sua saga lhe custou desmedidos esforços, renúncias e frustrações; sacrifícios e aflições. Também vigor e coragem, força física e moral,⁶ ventura e desprendimentos; amor e patriotismo.

A alma forte do Almirante Marquês de Tamandaré foi mais que uma exigência da vida no mar, foi mais que o espírito forjado nas lides navais rudes e enobrecedoras. É a própria alma indomável dos navios, sempre em busca do futuro, do horizonte inatingível, inconformada com espias que, inutilmente, querem impedir seus movimentos.

6 Tamandaré, além de forte de caráter, era forte fisicamente e excelente nadador. No Rio Pará, socorreu o Tenente Barroso, futuro herói de Riachuelo. No Rio de Janeiro, então chefe-de-divisão, salvou dois escravos, náufragos de uma canoa que afundara na Praia de Santa Luzia. Tendo recebido insistentes pedidos do senhor dos escravos para aceitar os escravos, aceitou-os e, imediatamente, os libertou. Aos 72 anos de idade, acompanhando D. Pedro II em visita ao Arsenal de Marinha, socorreu o imperador que caiu n'água. Um trovador popular registrou em versos:

“Sua Majestade, no Arsenal,
Caiu n'água, foi ao fundo.
E todos os peixes gritaram:
Viva D. Pedro Segundo!

Logo, rápido como um peixe,
Não o deixou cair a ré,
Do pouco esperado banho,
Salvou-o Tamandaré.

Joaquim Marques Lisboa, Almirante Marquês de Tamandaré, sempre estará a serviço da Pátria.

Permitam dirigir-me diretamente aos marinheiros e lembrar-lhes orientação preclara de nosso Patrono.

Quando aspirantes a guardas-marinhas faziam visitas de respeito e reconhecimento cívico ao grande almirante, Juiz do Conselho Superior Militar de Justiça, ouviam dele conselhos que estarão sempre a motivar os marinheiros brasileiros, a nos motivar:

“Honre a família e mantenha seu nome no apreço mais elevado.”

“Se for injusto, seja por ter perdoado, nunca por ter castigado.”

“Honre sua Pátria, defenda-a em qualquer terreno, em qualquer ocasião e sem vacilações.”

E exorto aos prezados Presidente, Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, Vice-Presidente, Almirante Hélio Leôncio Martins e aos confrades do valoroso Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, guardiães do mais sagrado e digno que a História Pátria reclama preservar: *Macte animo: sic itur astra*. Mantenham o ânimo com coragem e patriotismo; assim se chega aos astros, à vitória.

Um só rumo, a honra; um só norte, a Pátria.

Brasileiros, tripulamos a nave forte e resoluta que Tamandaré pôs a navegar, conduzindo o nosso entusiasmo e a nossa esperança, as nossas dignidade e honra e nosso patriotismo.

Tudo pela Pátria!





A Arte da Guerra na Era Napoleônica

Nilson Vieira Ferreira de Mello *

Resumo: Texto de palestra proferida pelo autor no auditório do IGHMB, em 28 de maio de 2002, condensa a biografia de Napoleão Bonaparte e apresenta uma síntese das características da Arte da Guerra do seu tempo.

Palavra-chave: Napoleão.

ANTECEDENTES

Napoleão Bonaparte nasceu em Ajácio em 15 de agosto de 1769. No ano anterior, a Córsega passara ao domínio da França pelo tratado firmado entre a República de Gênova e o Rei Luís XV. Nasceu, portanto, legitimamente francês, embora conservasse o sentimento patriótico corso durante a juventude.

Segundo filho de uma família de 12 irmãos, dos quais oito chegaram à idade adulta (cinco homens e três mulheres), eram seus pais Carlo Maria Buonaparte e Letizia Romalino.

Sua mãe era uma autêntica *mamma* italiana: alternava doçura maternal com rigor

e energia na educação dos filhos. Sóbria e econômica, conduzia a casa com coragem e austeridade, tanto na opulência como na adversidade.

O pai, bem-apegoado e extrovertido, era algo boêmio. Descendente de uma família da pequena nobreza lombarda, estudou Direito em Piza e em Roma, chegando a praticar a advocacia, por algum tempo, em Ajácio. Hábil no jogo político, logo viu-se envolvido com as idéias do patriota corso Paoli nas lutas pela independência da Córsega. Todavia, quando firmou-se o domínio francês sobre a ilha, transferiu sua lealdade à França e entrou para a administração local, na qual progrediu, culminando com sua indicação para representar a sua província em Paris, como deputado à Assembléia dos Nobres. Por essa época tor-

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio honorário do IGHMB.

nara-se amigo de Marboeuf, governador da Córsega, com quem conseguiu bolsas de estudos para seus dois filhos mais velhos: José, para o Colégio de Autun, e Napoleão, para a Escola Real Militar de Brienne.

Brienne era uma das 12 escolas militares fundadas em 1776 por iniciativa do Conde de Saint-Germain, Ministro da Guerra de Luís XVI, para educar os filhos da aristocracia francesa. Dirigida por frades menores da Ordem de São Benedito (como ocorria com as escolas públicas, entregues ao saber e ao zelo de religiosos, ao tempo em que a Igreja estava ligada ao Estado), exigia dos candidatos à matrícula prova de ascendência nobre.

Ao ingressar em Brienne, Napoleão tinha apenas 10 anos de idade. Bolsista pobre entre colegas ricos, franzino e falando muito mal o francês, reagiu ao ambiente tornando-se taciturno e pouco sociável. Seu nome soava estranhamente aos ouvidos dos seus colegas e, na tentativa de afrancesá-lo, pronunciava “Napaillonê”, com acento tônico na última sílaba. Seus colegas logo o apelidaram de *la paille au nez* (a palha no nariz), despertando nele reações coléricas. Porém, à medida que o tempo passava, o pequeno corso foi se impondo, graças à sua personalidade, forte e decidida.

Diz-se que os grandes homens nem sempre foram bons estudantes. Napoleão foi excelente aluno em Matemática, apaixonadamente devotado em História e Geografia, e desinteressado em gramática e latim. Indicado por Laplace, que o examinara em Matemática, em primeiro lugar entre os candidatos à Artilharia, logrou apenas um medíocre 42º lugar no conjunto da sua turma.

Napoleão cursou a escola de Brienne durante cinco anos, após o quê foi transferido para a Escola Militar de Paris, renomado estabelecimento pelo rigor do ensino e pelo luxo das instalações. Com mais um ano de estudos, foi nomeado segundo-tenente de Artilharia e classificado no Regimento de La Fère, aquartelado em Valente, no vale do Ródano.

O HOMEM

Napoleão não era bonito. Pequeno, magro e um tanto desajeitado, ainda assim impressionava os artistas, como Jacques Louis David, um dos mais famosos da época. David dizia que Napoleão tinha perfil de moeda antiga e não se cansou de retratá-lo de variadas maneiras, a maioria das quais em lances épicos que pouco tinham de verdadeiro. De temperamento seco e pouco amável, intimidava os que dele se aproximavam com seu olhar frio e penetrante. Não obstante, galvanizou multidões com sua sensibilidade para aplicar, de forma espontânea, técnicas de psicologia das massas de que nos falou, magistralmente, o Dr. José Eugênio de Macedo Soares, em recente palestra neste Instituto. Pessoalmente, impunha-se por um conjunto raro de qualidades, entre as quais destacavam-se as de cunho intelectual, como inteligência, memória e presença de espírito, servidas por uma personalidade forte e dominante. Dotado de invulgar capacidade de trabalho e de poder de concentração, processava mentalmente uma quantidade enorme de dados e informações, chegando a soluções rápidas para problemas complexos.

Esse conjunto magnífico de atributos iria transformar sucessivamente, em pouco mais de vinte anos, o tímido bolsista de Brienne em oficial do rei, revolucionário de Toulon, general vitorioso na Itália, demolidor da frágil república do Diretório, cônsul único e vitalício, imperador e vencedor de dezenas de batalhas memoráveis para, finalmente, ser esmagado pelo inverno russo e derrotado por um general medíocre, em Waterloo.

Construindo sua fama ao ritmo de frequentes sucessos, acabou por levantar as monarquias européias contra as suas ambiciosas pretensões, que nele viam o usurpador de uma posição que, por direito divino, cabia somente às castas dinásticas hereditárias.

Ao fim e ao cabo, Napoleão iria entrar para a História aureolado de glória, mas manchado de sangue que o martírio de Santa Helena não foi capaz de limpar.

A OBRA

Governamental

O fulgor das vitórias napoleônicas tem ofuscado a apreciação da sua obra administrativa. Seu governo sob o Consulado foi dos mais ricos em realizações, mesmo considerando o conjunto da história da França.

Muitas delas perduram ainda hoje, como certos princípios do Código Civil, incorporados à legislação de países ocidentais, entre os quais o Brasil.

No Império, sua atenção foi desviada para assuntos externos. Sua ambição e seu sonho, algo utópico, de unir a Europa numa espécie de confederação sob a égide da França motivaram a oposição armada de sete coligações de países europeus.

Napoleão legou à França quadros administrativos e jurídicos de excelente qualidade e que assim ainda se conservam. Criou o Tribunal de Contas e o Banco da França, atribuindo a este o monopólio da emissão da moeda. Definiu as atribuições dos *préfets* (governadores de estado na organização brasileira) e dos *maires* (prefeitos municipais na nossa organização), assegurando a continuidade da administração pública em amplitude

nacional. Instituiu a Legião de Honra, respeitável instituição venerada pelas francesas desde então, e popularizou o *baccalauréat*, exame a que se submetem os concludentes do ensino médio, realizado nos excelentes *lycées*. Propôs a *Concordata* ao Papa Pio VII, eliminando assim o cisma na Igreja Católica da França e neutralizando um dos argumentos dos realistas para a restauração da monarquia. Sobretudo, promulgou o Código Civil, primeiro estatuto dessa

Seu governo sob o Consulado foi dos mais ricos em realizações, mesmo considerando o conjunto da história da França. Muitas delas perduram ainda hoje, como certos princípios do Código Civil, incorporados à legislação de países ocidentais, entre os quais o Brasil.

natureza na Idade Moderna, que regulou as relações sociais, profundamente alteradas pela Revolução Francesa. Do ponto de vista meramente técnico, a elaboração desse diploma legal coube aos juristas, mas nele a influência de Napoleão foi reconhecidamente importante. Propondo idéias gerais, conciliando pontos de vista conflitantes ou impulsionando a redação do texto (presidiu 36 das 84 sessões do Conselho de Estado para tratar do assunto), é justo ter esse portentoso trabalho passado à História como Código Napoleônico.

O entusiasmo popular com a Concordata e, sobretudo, a paz com a Inglaterra, assinada em Amiens em 1802, abriu a Bonaparte a possibilidade de tornar-se cônsul vitalício, com a faculdade de indicar seu sucessor. Assumia, destarte, as prerrogativas de um monarca cabeça de dinastia, ao qual ficavam apenas faltando o trono e a coroa, que a conspiração de Cadouval e o fuzilamento do Duque d'Enghien em breve dar-lhe-iam. Assim, em maio de 1804, um *senatus consulto* promulgava a 6ª Constituição da França em 13 anos, a qual criava o Império. Napoleão, gerado para a notoriedade no ventre da Revolução, não poderia adotar os títulos da dinastia Bourbon, afogada em rios de sangue. Fez-se Imperador dos Franceses e não da França, como os reis que o antecederam, assinalando assim que o título que assumia provinha do povo.

A Revolução, choque de forças políticas levado ao extremo da mais desabrida violência, teve no Consulado e teria agora no Império a sua negação. A síntese imediata desse processo será a restauração da

monarquia, algo realmente impensável para os contemporâneos da queda da Bastilha.

Militar

O furor revolucionário abalara todas as estruturas nacionais francesas. O sistema militar da Monarquia foi severamente afetado, não obstante a simpatia de significativas parcelas do Exército pelas idéias nacionalistas, patrióticas e libertárias. Os oficiais do *ancien régime*, oriundos da nobreza, ou foram executados, ou tiveram de emigrar para não morrer. Poucos permaneceram na França, sujeitos à humilhação do meio soldo ou até mesmo nas fileiras, particularmente os de postos mais baixos.

Mas a Revolução não podia prescindir de uma força militar que garantisse sua continuidade. Urgia substituir o velho Exército de profissionais da Monarquia por outro, de voluntários, o que implicava profundas modificações na organização e no emprego das forças.

A primeira grande modificação ocorreu nos efetivos. A idéia de “nação em armas” inaugurava, de certa forma, o conceito moderno de guerra total, vale dizer, a guerra nacional que mobiliza todos os recursos do país que se lhe façam necessários. O voluntariado em massa, resposta ao brado de *la nation en danger* lançado pelo Diretório, permitiu a constituição, já em 1794, de um Exército de 750 mil homens. Esse enorme contingente deveria compensar, pela quantidade, o que lhe faltava em qualidade. Às deficiências individuais de instrução opunham os revolucionários o patriotismo (no-

ção relativamente nova) e o ardor cívico; é o *élan*, tão valorizado pelos franceses, e que viria a ser uma das causas das tremendas carnificinas verificadas na Primeira Guerra Mundial. Entregavam-se grandes formações de tropa, às vezes exércitos inteiros, a jovens alçados instantaneamente dos postos inferiores da hierarquia ao generalato.

Essas graves deficiências de treinamento e de comando conduziram a uma mudança nas operações militares.

Até o século XVIII, o objetivo das operações de guerra era colocar o inimigo, por uma série de marchas e contra-marchas, vale dizer, pela manobra, em uma posição insustentável, verdadeiro cheque-mate. Valmy – vitória de Dumouriez e de Kellermann contra os prussianos, em 1792 – talvez tenha sido a última batalha desse tipo. Doravante, o objetivo buscado seria a destruição das forças do inimigo.

A tática revolucionária, estribada nos grandes efetivos, desprezava a manobra e o fogo, que seus inexperientes generais não sabiam conjugar em proveito da vitória. Evitavam, portanto, a batalha planejada e conduzida, substituindo-a por uma espécie de combate de encontro, lançando as grandes massas de que dispunham sobre o adversário, na esperança de que o *élan* lhes garantisse a vitória. E, quando isto não ocorria, ainda havia a vantagem de, nesse tipo de combate, a derrota não ser necessariamente decisiva.

A BATALHA NAPOLEÔNICA

No cenário militar que esboçamos é que Napoleão vai realizar suas notáveis proezas guerreiras, valendo-se dos instrumentos disponíveis. Na realidade, ele nada inventou em matéria de arte da guerra. Salvo a criação dos corpos-de-exército, nível de coordenação intermediário entre o comandante-em-chefe e as divisões, ele deve a série brilhante de vitórias conquistadas a alguns poucos princípios, genialmente observados.

Nem mesmo quanto ao aperfeiçoamento do material sua contribuição foi significativa, não obstante seu interesse pelas ciências, sendo mesmo membro do Instituto de França por esse setor. Desprezou a máquina a vapor como meio de propulsão de engenhos bélicos, desinteressou-se do

uso de aerostatos como observatórios e deu pequena extensão às linhas de telegrafia aérea.

Quanto ao armamento, suas vitórias devem muito à velha baioneta, empregada pela primeira vez em Bayonne, no século XVII, ao canhão, aperfeiçoado por Gribeauval em 1776, e à artilharia a cavalo, criada por Frederico II e adotada na França desde 1792.

Suas espetaculares vitórias explicam-se pela rapidez nos deslocamentos, capacidade manobreira e pela superioridade da sua ação de comando sobre a de seus opositores.

Para Napoleão, a arte da guerra é simples e toda de execução.

Ela não se aprende em tratados, mas no estudo dos grandes capitães da História e na própria experiência.

Para Napoleão, a arte da guerra é simples e toda de execução. Ela não se aprende em tratados, mas no estudo dos grandes capitães da História e na própria experiência. Ao assumir o comando do Exército da Itália, aos 27 anos de idade, sua experiência de guerra era pequena, mas seu gênio militar estava fortalecido com meditadas leituras dos clássicos da História.

Não se pode falar propriamente num sistema de guerra napoleônico, mas numa maneira peculiar de agir, segundo princípios inteligentemente observados. O primeiro deles é a *iniciativa* para impor ao adversário o local do combate e obrigá-lo a expor sua idéia de manobra. O segundo é a *rapidez* nos deslocamentos e nas mudanças de dispositivo, visando a *surpresa* e a *concentração* de um máximo de poder *no ponto decisivo*. Ele próprio reconhecia que ganhava as batalhas com as pernas dos seus soldados. Outro é o de *economizar forças* atribuídas aos setores secundários para garantir a supremacia de meios no ponto decisivo.

Todos esses princípios são familiares a qualquer oficial de estado-maior. Porém, empregá-los com o fulgurante sucesso das campanhas napoleônicas é privilégio dos gênios.

A esses princípios cumpre acrescentar a ação psicológica que Bonaparte exercia sobre as tropas amigas e, também, sobre o inimigo. Utilizando habilmente as proclamações, recompensas e a propaganda, como nos ensinou o Dr. Macedo Soares, criava um clima favorável às suas ações, mesmo para as mais difíceis e penosas.

Outro aspecto a salientar na forma de Napoleão fazer a guerra é a sua preocu-

pação com o que chamava de “linha de operações”, corredor por onde fluíam os suprimentos e evacuavam-se os feridos e por onde, em caso de insucesso, seria efetuado o retraimento. Em suma, era o que hoje chamamos de estrada principal de suprimento (EM).

As manobras napoleônicas eram extremamente variadas, pois se conformavam com as circunstâncias, sempre cuidadosamente analisadas. Numa tentativa de esquematização, citaremos os seguintes tipos:

- *manobra sobre a retaguarda* para cortar as comunicações do adversário, levando-o a uma *batalha de frente invertida*, como em Ulm, na campanha de 1805, e em Iena, na de 1806;
- *manobra em posição central*, que poderia ocorrer por golpe ofensivo, como em Millesimo (1796), ou por uma atitude defensiva, uma *expectativa estratégica*, como em Mantua (também em 1796), ou ainda por um ataque ao flanco do inimigo, partindo de uma posição central, como em Austerlitz (1805).

Austerlitz é uma obra-prima de audácia na concepção e de maestria na condução, e figura entre as mais belas batalhas napoleônicas.

A *manobra sobre a retaguarda*, quando bem-sucedida, é decisiva. Já a *manobra em posição central* nem sempre o é porque o inimigo, mesmo batido, poderá sempre retrair.

Napoleão coroava a vitória com a *perseguição estratégica*, preconizada por Frederico. Todavia, este jamais conseguiu realizá-la satisfatoriamente pois seus exércitos,

mais pesados e presos aos armazéns, eram menos ágeis. Já Napoleão, mestre no emprego da cavalaria *antes e durante* a batalha, o era também *após* a batalha, realizando profundas perseguições. As batalhas, que poderíamos chamar de conjugadas, de Iena e Auerstaedt são disso um bom exemplo. Em outubro de 1806, durante a 4ª Coligação, *la Grande Armée* encontrava-se diante do Exército prussiano de Brunswick. O Imperador tendia a superestimar o Exército prussiano em virtude da sua grande admiração por Frederico II.

Mas, as forças que a ele se opunham eram um exército antiquado, que manobrava como em ordem unida, e cujos comandantes eram generais idosos, especialmente se comparados com os franceses. Do lado prussiano, Brunswick tinha 71 anos de idade, Hohenlore, 60, Blücher, 64, Moellendorf, 81. Do lado francês: Napoleão, 37, Davout, 36, Soult, Lannes e Ney, 37. Vencidas as batalhas, abria-se diante dos franceses o caminho para Berlim. Aproveitando o êxito, o Imperador lança Murat com a sua cavalaria em tenaz e profunda perseguição, longa de centenas de quilômetros (800km em 24 dias), que só terminaria em Berlim, de onde Murat enviou a Napoleão a seguinte mensagem: “Sire, o combate terminou por falta de combatentes” (inimigos, obviamente).

Aniquilado o poder combativo do Exército prussiano, em cujo Estado-Maior ser-

via um promissor oficial chamado Klaus von Clausewitz, Napoleão foi visitar o túmulo do seu ídolo. Na penumbra da pequena capela que guardava os restos mortais de Frederico, o Imperador permaneceu longos minutos, silencioso e em atitude reverencial, como absorto em profunda meditação.

Iena era uma cidadezinha tornada conhecida pela fama de sua Universidade. Nela habitava Hegel (1770-1831), filósofo alemão que deprezava a Prússia e ad-

Na penumbra da pequena capela que guardava os restos mortais de Frederico, o Imperador permaneceu longos minutos, silencioso e em atitude reverencial, como absorto em profunda meditação.

mirava Napoleão, como também Goethe e Beethoven, pelas idéias libertárias que ele encarnara no passado e por combater as monarquias absolutas. Na Introdução do seu livro *Fenomenologia do Espírito*, Hegel escreveu: “Esta manhã vi passar debaixo da minha janela a História, montada a

cavalo.” Era o Imperador dos franceses, em rota para a capital prussiana.

Podemos resumir a ação de comando de Napoleão dizendo que ele, inicialmente, analisava as circunstâncias do campo de batalha (estudo de situação) e levantava alternativas (linhas de ação), enquanto aguardava as informações buscadas pelos meios de reconhecimento (cavalaria ligeira). Devidamente informado sobre o terreno e o inimigo (atitude, valor, dispositivo e possibilidades), tomava logo a iniciativa das ações, visando à surpresa. Contra um adversário dividido em dois grupamentos,

manobrava velozmente para impedir sua reunião e, então, batia-os separadamente. Se reunido numa única massa, ameaçava suas linhas de comunicação, levando-o a combater com a frente invertida. Suas batalhas, portanto, variavam muito, não seguiam um padrão único: manobra sobre a retaguarda em Marengo (segunda campanha da Itália, junho de 1800; nesta batalha morreu o artífice da vitória, o General Desaix); rebatimento pivotando sobre uma das alas, como em Ulm (3ª Coligação, outubro de 1805); desbordamento em Smolensk (campanha da Rússia, 1812); ataque convergente e ação de alas em Iena/Auerstaedt (outubro de 1806); manobra para dividir o inimigo em Rivoli (primeira campanha da Itália, 1796) e em Friedland (4ª Coligação, 1807); manobra em posição central, como na campanha da França, em que lutou com enorme inferioridade de meios (1814).

A carreira de comandante de exércitos, conquanto excepcionalmente brilhante, não foi para Napoleão unicamente um rosário de vitórias.

Ocorreu-lhe, como é humano, cometer erros, o último dos quais, em Waterloo, lhe foi fatal. Mestre no emprego da cavalaria, esta Arma, que desempenhou relevante papel em muitas das suas batalhas, esteve com ele na sua última refrega. Em Waterloo, o fracasso teve início quando Ney, julgando Wellington em retirada, deslocou prematuramente a sua cavalaria, inclusive os regimentos da reserva do Exército francês. O terreno, desfavorável à carga, obrigou aquela grande massa de cavalarianos (cerca de cinco mil) a marchar ao trote, joelho com joe-

lho, tornando-a vulnerável ao fogo da infantaria inglesa. Um oficial inglês, porta-estandarte dos Reais Granadeiros a Pé, assim registrou esse dramático momento:

“Nenhum dos homens presentes que tenha sobrevivido poderá esquecer, enquanto viver, a grandeza dessa carga. Percebia-se, à distância, o que parecia ser uma avassaladora e longa linha móvel que, avançando, coruscava como uma gigantesca onda de tempestade, escondendo a luz do sol. As hostes montadas faziam trepidar a terra, batida por sua estrondosa marcha. Dir-se-ia que nada poderia resistir ao impacto dessa terrível massa em movimento.”

PALAVRAS FINAIS

Antes de concluir esta desprezenciosa palestra, permitam-me os senhores sair um pouco do seu tema principal para relembrar as ligações da era napoleônica com o nosso país. Recentemente, a Biblioteca do Exército, a Casa que hoje generosamente nos acolhe, publicou interessante livro, de autoria do Embaixador Donatello Grieco, que trata pormenorizadamente o assunto. Como sabemos, após a queda de Napoleão em 1815, um grande contingente de militares deixou a França. Para os Estados Unidos da América do Norte foram cerca de dez mil oficiais do Exército e da Marinha. Alguns destes, ardorosamente leais ao Imperador decaído, puseram-se a planejar a retirada do prisioneiro de Santa Helena. Cogitavam instalá-lo na grande república americana do Norte, ou mesmo no nosso país, onde a Revolução Republi-

cana de 1817 parecia oferecer condições favoráveis. O insucesso desta frustrou os planejadores da audaciosa tarefa, alguns dos quais viveram então perigosas aventuras no Brasil.

São, também, curiosas as ligações de parentesco das duas primeiras imperatrizes do Brasil com as duas esposas de Napoleão. Maria Leopoldina, primeira mulher de Pedro I, e Maria Luiza, segunda de Napoleão, eram ambas filhas do Imperador Francisco I, da Áustria. Além disso, D. Amélia, segunda mulher da D. Pedro I, era neta de Josefina de Beauharnais, primeira esposa de Napoleão.

Em 1812, fracassou uma tentativa de Claude François Mallet, general republicano, de depor o Imperador dos Franceses. Preso, julgado sumariamente e fuzilado, sua família buscou asilo na Bélgica, de onde um ramo, constituído pelo casal Jean Antoine Mallet e Julie-Marie Joseph Mallet e seus filhos, veio para o Brasil. Entre os filhos desse casal estava Emílio Luís Mallet, herói de guerra em Tuiuti, marechal do Exército brasileiro e patrono da nossa Arma de Artilharia.

Finalmente, a repercussão mais importante da era napoleônica para o Brasil: a invasão de Portugal pelas tropas francesas sob o comando de Junot, em 1807, e a conseqüente vinda da Corte e do governo do Príncipe Regente D. João para o Rio de Janeiro, em 1808. Esse fato histórico facultou ao nosso país um acentuado desenvolvimento e contribuiu fortemente para a independência, em 1822.

Retornando a Napoleão, diremos que sua derrota final era inevitável. Sua ambição desmedida foi a sua perda, pois não se pode lutar indefinidamente contra vários inimigos a um só tempo. Enquanto crescia o número dos seus inimigos, decrescia o poder de seus exércitos, exauridos na campanha da Rússia e reconstituídos com soldados cada vez mais jovens e inexperientes, e completados com corpos estrangeiros de pequeno valor combativo, quando não inclinados à traição.

O fulgor das suas vitórias criou uma lenda que, após Santa Helena, transformou-se em mito.

Em Paris, sua presença é enorme. Além do *tombeau* dos *Invalides*, onde repousa em companhia dos marechais de França, os *boulevards* e as grandes avenidas que convergem para o Arco do Triunfo, cujas paredes ostentam os nomes de suas vitórias, recordam sua glória militar.

Mas, essas vitórias e essa glória cobraram o seu preço. Napoleão deixou a França territorialmente menor do que quando a recebera. Seu efêmero império ocasionou duas invasões do solo pátrio. Em suas guerras incessantes, o sangue verteu copiosamente, encharcando os campos de batalha do continente. Pela ambigüidade da sua obra, é apaixonadamente idolatrado e, na mesma medida, implacavelmente odiado, decorridos 181 anos desde sua morte no desolado rochedo vulcânico, perdido no Atlântico.



"Livre-me Deus dos amigos, porque dos inimigos me livrarei eu."

Napoleão Bonaparte

O Estamento Militar na Guerra de Independência do Brasil na Bahia

*Sérgio Roberto Dentino Morgado **

Resumo: O autor discorre sobre o estamento militar luso que participou da independência do Brasil na Bahia, "buscando iluminar suas origens, acompanhar as influências que determinaram a evolução de sua organização e melhor compreender sua participação no processo de nossa emancipação" política.

Palavras-chave: Guerra; Independência do Brasil.

Era o 2 de julho. A pugna imensa travada nos cerros da Bahia chegara ao fim. Um tiro de espingarda, espoucado no Fortim da Lagartixa, anunciara a partida da tropa portuguesa, deixando a cidade do Salvador liberta de seu jugo. Na Lapinha, onde terminava a Estrada das Boiadas, começava, no mesmo instante, uma marcha triunfal em direção ao centro da cidade. Era a parada da vitória, simbolizando a posse definitiva do Brasil pelos brasileiros. Era a consagração do esforço abnegado de soldados de vários quadrantes da Pátria e de muitos matices que, durante um ano, cinco meses e treze dias, não mediram esforços e ofere-

ceram seu suor, seu sangue e sua vida pela independência do Brasil.

É nosso desejo discorrer sobre o estamento militar que participou desse fato histórico, buscando iluminar suas origens, acompanhar as influências que determinaram a evolução de sua organização e melhor compreender sua participação no processo de nossa emancipação.

Começemos recuando no tempo e tomemos, como marco, a restauração portuguesa em 1640, quando os lusos se reafirmaram como Estado-Nação e, durante vinte e oito anos, lutaram contra espanhóis e batavos para manter sua soberania, na Europa e nas colônias, agora sob a égide da dinastia dos Bragança, que vai durar duzentos e setenta anos.

* General-de-Brigada. Sócio titular do IGHMB.

Estabelecemos essa referência cronológica para estudarmos a evolução da arte da guerra a partir dessa origem – porque é dessa época a introdução da arma de fogo no campo de batalha, fato que vai mudar a concepção da preparação e do emprego da tropa nos combates.

Assim procedemos para comparar essa época com o período da guerra contra os holandeses, que aqui grassou nos idos de 1624 e assinalou as origens, seja de uma reação nativista que começava então a vicejar, em função do trabalho árduo dos colonos que, mais que frutos, produzia raízes de uma nova forma de combater, surgida dos contatos e das refregas do eficiente aparato militar luso das conquistas ultramarinas com a arte da guerra dos nossos índios, e que, pela miscigenação, vai nos matizar e atravessar nossa história – a guerra irregular, a guerrilha ou “guerrilha”, a guerra brasileira. Ela começou aqui perto, no velho arraial do Rio Vermelho.

Carlos Selvagem, historiador português, divide a História Militar lusitana em quatro grandes ciclos.

No primeiro, que vai do século XI ao século XV, são criadas as milícias municipais que vão combater os mouros. O segundo corresponde à época das grandes navegações e das conquistas ultramarinas. É nesse tempo que Dom João III cria as ordenanças, que retoma o serviço militar obrigatório para as classes sociais a quem cabia servir o rei em caso de guerra. As ordenanças reais vão perdurar por mais de dois séculos e vão organizar o sistema militar português até meados do século XIX.

Durante esse período, empenhado nas guerras de expansão ultramarina, Portugal não acompanhou a evolução da arte da guerra que ocorria na Europa, resultante dos progressos industriais da Renascença.

As guerras de religião tomaram conta do velho continente, envolvendo a Espanha, a França, a Alemanha e os Países Baixos.

A proeminência espanhola criou o terço de seis mil homens, formação calcada nas falanges gregas, que tinham no choque e na disciplina o seu poder de combate. A introdução do arcabuz e de uma incipiente artilharia começavam a interferir na sorte da batalha.

O terço era composto por doze companhias (ou bandeiras) de quinhentos homens, divididos em duzentos piqueiros, sendo o pique usado como defesa contra as cargas de cavalaria inimiga, com arcabuzeiros, que permitiam atingir o inimigo a distância, e duzentos rodeleiros armados de espadas curtas e dardos, que realizavam o combate corpo a corpo.

O exército típico da época era formado por dois terços (doze mil homens), colocados lado a lado e separados por quarenta passos, que se escalonavam em três grupos sucessivos de cinco, três e duas companhias, respectivamente. A cavalaria, composta por dois bandos de seiscentos homens, posicionava-se nos flancos, e a artilharia, com cerca de quarenta peças, era colocada à frente do dispositivo, cobrindo toda a linha.

Em 1580, Portugal é incorporado ao Império espanhol e seu estamento militar começa a se degradar.

A restauração portuguesa marca assim o início do terceiro ciclo, que vai de fins do

século XVII ao começo do século XIX. Datam desse período as Guerras de Sucessão Espanhola e a Guerra dos Sete Anos, a Revolução Francesa, a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, a transmigração da família real para o Brasil e a sua conseqüente elevação a Reino, a Revolução Constitucionalista do Porto e a Independência do Brasil. Carlos Selvagem o definiu como o tempo do absolutismo lusitano, quando entram em cena os exércitos regulares e permanentes.

O historiador português refere-se ainda a um quarto ciclo, que vai da nova restauração lisboeta de 1820 aos nossos dias e que foge ao nosso interesse imediato.

Essa digressão servirá de apoio para caracterizar a mudança ocorrida no Exército português no início do século XVIII, porque é importante distinguir o Portugal camoniano, da dinastia de Avis, do Portugal bragantino, surgido da restauração e libertado do mando espanhol. O primeiro, como vimos, tirava suas forças do cidadão-soldado, do povo em armas, de seus feudos, e sua glória estava mais no mar, na carreira das Índias, de onde vinham sua fortuna e seus heróis. O Portugal do século XVIII lutara para se reafirmar como nação e impedir que a Ibéria se transformasse em berço unicamente espanhol.

Nos primórdios desse tempo, houve um primeiro projeto de retirada da família real para o Brasil, ocorrido no decurso da guerra de restauração. Dom João IV havia morrido, em 1656, e o príncipe herdeiro tinha apenas 13 anos, sendo inválido. Era iminente a invasão espanhola que, tendo acertado a paz com a França, em 1659,

pelo Tratado de Pirineus, via-se livre para reconquistar Portugal.

Segundo o Padre Antônio Vieira, a nomeação de Francisco de Brito Freire para o governo de Pernambuco, em 1660, resultara da preocupação da Rainha regente, D. Luísa de Gusmão, de preparar refúgio para si e para seus filhos, no caso de concretização da ameaça. A escolha do Recife teria sido feita por terem os holandeses transformado aquela cidade em uma praça-forte, considerada a mais segura da América portuguesa. A idéia só foi descartada com a assinatura do tratado de aliança luso-britânico, em 1661, que garantiu a independência de Portugal.

Mas a morte de Carlos II, rei de Espanha, em 1699, sem deixar descendente, deu origem a uma disputa entre a França e a Áustria pelo cobiçado trono espanhol. O equilíbrio de poder europeu ficou ameaçado e formou-se a Grande Aliança, com adesão da Inglaterra e dos Países Baixos, que entraram em guerra com a França e a Espanha. Os portugueses aderiram à causa austríaca e viram-se novamente em guerra contra os espanhóis.

Essa adesão confirmou a influência inglesa em Portugal, tornando-se, então, a Inglaterra, a grande protetora do imenso patrimônio colonial lusitano, do qual melhor passou a usufruir, como senhora dos mares, principalmente a partir de 1703, com a assinatura do Tratado de Methwen, que lhe concedia excepcionais favores.

A guerra teve início no ano seguinte, em 1704, e durou nove anos, terminando com a paz assinada em Utrecht em 1713.

No Brasil, nesse início de século, a ação militar desloca-se para o sul, onde se vai lutar pela posse do Rio da Prata, onde os lusos estabeleceram, em 1680, uma colônia denominada de Santíssimo Sacramento, como importante ponto de apoio no estuário daquele grande eixo de penetração fluvial para o interior do continente que, de certa forma, dividia o território colonial ibérico entre os dois grandes impérios – o português e o espanhol.

Nesse ínterim, os franceses, em represália, atacaram o Rio de Janeiro por duas vezes, em busca do ouro das Gerais. A primeira em 1710, com Du Clerc, que foi preso e depois assassinado; um ano depois, em 1711, com Du Guay-Trouin, corsário famoso e prestigioso almirante, que saqueou a cidade e ainda recebeu polpudo resgate, a despeito da enorme guarnição lusa existente, que não reagiu por inépcia de seu governador.

Pois foi no início desse século, em 1707, durante a guerra, que D. João V reorganizou o Exército lusitano com base na doutrina francesa e transformou o velho terço, de origem espanhola, em regimento. A ordem profunda, onde imperavam o pique e o choque, estava sendo substituída pela ordem linear, assentada no poder da arma de fogo, que impunha o fracionamento dos meios para deixar o combatente menos exposto à ação dos tiros dos fuzis, sucedâneo do arcabuz, ao qual se aplicava, na ponta, uma

baioneta, que o transformava num novo pique para o combate corpo a corpo.

Essa mudança marcou, também, o início da profissionalização dos homens em arma, em Portugal, e modificou o sistema de recrutamento.

Na Europa foi o tempo dos regimes absolutistas, que recrutavam mercenários para organizar seus exércitos, tornando a guerra muito dispendiosa. Mas Portugal nadava em ouro, vindo das minas do Brasil.

Em meados do século XVIII surgiu na Prússia um novo ator, Frederico II, que iria revolucionar a arte da guerra. Rei de um pequeno Estado do Norte da Europa, iniciou um processo de expansão conquistando a Silésia à Áustria, dando origem a uma nova guerra que duraria sete anos, entre 1756 e

Na Europa foi o tempo dos regimes absolutistas, que recrutavam mercenários para organizar seus exércitos, tornando a guerra muito dispendiosa. Mas Portugal nadava em ouro, vindo das minas do Brasil.

1763. Tendo a seu lado a Inglaterra, enfrentou a Áustria, a França, a Rússia, a Suécia e a Espanha. A guerra continental antepôs prussianos e ingleses contra franceses, austríacos, russos e suecos. A Espanha, tendo feito uma aliança militar com a França, conhecida como “Pacto de Família”, enfrentou os ingleses nos mares e acabou por perder Havana e Manila. Os ingleses ainda ficaram de posse do Canadá e da Índia.

Portugal manteve-se neutro até 1762, quando foi coagido a entrar na guerra para privar a Inglaterra de suas bases navais no Atlântico. O Marquês de Pombal, condes-

tável luso, repeliu a intimação e começou a preparar seu Exército para lutar.

Tratemos, então, da arte da guerra de Frederico e de sua influência em Portugal. São explicações necessárias porque, como veremos adiante, elas embasam a ação militar lusitana durante os combates travados na Bahia de 1821 a 1823.

Voltemos à Guerra dos Sete Anos e à ação de Pombal que, recusando aliar-se à França e à Espanha, recorreu aos ingleses para defender-se. Foi quando chegou a Lisboa, proveniente de Londres, o Conde Guilherme de Schaumburg Lippe, um general prussiano contratado para organizar e comandar o Exército português e que era discípulo dileto de Frederico II.

A importância do Rei da Prússia decorre das modificações que introduziu na preparação do combatente e nos métodos de aplicação tática decorrentes. Esses métodos exigiam uma rigorosa disciplina, que permitia transformar o exército em instrumento onde ninguém pensa, todos executam, como uma só mente e uma só vontade – só o chefe raciocina.

Tais parâmetros permitiam obter da tropa uma excepcional mobilidade tática, perícia na mudança da ordem de marcha para ordem de combate, serenidade sob fogo e completa obediência aos comandos. A reputação do Exército prussiano, na observação de um general inglês, “se devia à variedade e precisão de seus movimentos e à velocidade com que atirava”. Descreve-o ainda como “uma grande e ajustada máquina, que tinha maior capacidade de manobra do que qualquer outra tropa”, ao destacar que o problema tático básico dos

exércitos do século XVIII era o de conseguir poder de fogo superior e que isso dependia da capacidade de as tropas desdobrarem-se para o combate em linhas de batalha, a partir das colunas de marcha e da velocidade com que recarregavam e disparavam. E acrescentava: “A velocidade com que o prussiano recarregava triplicava seu poder de fogo e o igualava a três adversários.”

Foram esses métodos que o Conde de Lippe trouxe para aplicar no Exército português.

Mas a Guerra dos Sete Anos logo acabou e, em 1763, pelo Tratado de Fontainebleau, a paz foi assinada entre Portugal e Espanha. O Marquês de Pombal, entretanto, considerando o valor de um bom e eficiente exército para afirmar, perante outras potências, a existência real da nação, manteve a contratação de Lippe para organizar os lusos ao estilo prussiano.

As principais reformas introduzidas por Lippe foram nos métodos de instrução, na disciplina e no sistema defensivo das fronteiras. Os regulamentos militares prussianos foram traduzidos e adotados no Exército português, entre eles o famoso *Regulamento para o Exército e Disciplina dos Regimentos de Infantaria de Sua Majestade Fidelíssima*, que tratava de tudo – serviços diários, formaturas, uniformes – e cujo capítulo 26, referente a disciplina, foi o que lhe deu fama.

No Brasil, a despeito da assinatura de paz em Fontainebleau, as lutas no Sul continuavam. Em 1763, entre outras razões, para melhor apoiar as ações contra os espanhóis, a capital do Vice-Reino é

transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. A Bahia se esvaziava de meios e de tropas.

O novo Vice-Rei, Conde da Cunha, encontrou o Rio de Janeiro em situação calamitosa: as fortalezas abandonadas, a tropa reduzida, indolente, indisciplinada, formada principalmente de açorianos e por filhos da terra. O Conde informou a Pombal a situação encontrada e lhe pediu auxílio. No ano seguinte, em 1764, chegaram ao Rio de Janeiro cinquenta oficiais portugueses para enquadrar a tropa.

Três anos depois, foi nomeado “Comandante de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia em qualquer parte do Brasil onde se encontrassem e da inspeção geral delas” o Tenente-General João Henrique Böhn, prussiano e auxiliar direto de Lippe.

Com ele vieram três regimentos experientes e um trem de artilharia completo. Eram tropas de Bragança, Moura e Estremoz, que o General Aureliano Pinto de Moura, um estudioso no assunto, descreve como um conjunto de criminosos, desertores retirados das prisões e velhos enfermos, com o material usado em quatro campanhas na Europa. Pouco mais de três mil homens que, junto com as tropas de ordenanças aqui existentes, compunham o Exército Restaurador que o General Böhn dispôs para expulsar os espanhóis do Rio Grande.

O Marquês de Pombal, entretanto, considerando o valor de um bom e eficiente exército para afirmar, perante outras potências, a existência real da nação, manteve a contratação de Lippe para organizar os lusos ao estilo prussiano.

Esses regimentos permaneceram no Brasil, participaram da reação contra a Conjuração Mineira em 1789, e se aquartelaram definitivamente na capital com novas designações. São parte da tropa que o Príncipe D. João e sua comitiva vão encontrar quando da transmigração da família real para o Brasil, em 1808.

Esse fato histórico assinala, igualmente, uma nova inflexão na formação militar portuguesa e trará reflexos para a organização das forças militares existentes no Brasil.

Como se sabe, Portugal não aderiu à causa napoleônica de bloquear o acesso inglês ao continente europeu e aos seus impérios coloniais. Em consequência, foi invadido por tropas francesas comandadas pelo General Junot, um embaixador da França nas Cortes de Lisboa. Milhares de soldados portugueses foram incorporados ao Exército

napoleônico e combateram por toda a Europa, inclusive na Rússia.

Mas a reação ibérica não se fez esperar e Carlos Selvagem, citando um historiador espanhol, nos diz que a nova restauração “não foi obra da vontade de um monarca ou de um governo, nem da ação exclusiva de um exército subordinado a esse poder único, mas sim obra da vontade, sentimentos, interesses e ação da nação inteira, e foi, portanto, uma guerra essencialmente popular” E prossegue: “Cada região, cada

província, cada cidade combatia à lei do acaso, como, quando e onde melhor se lhe adequava ao caráter e aos recursos, quer levantando tropas regulares quer apelando para as guerrilhas, quer afrontando o inimigo em campo aberto, detrás das muralhas das cidades ou pelos alcantis dos montes. Esses caracteres de fragmentação e desordem (...) forçaram o inimigo a dispersar esforços.”

A insurreição na península levou a Inglaterra a intervir, designando o Tenente-General *Sir* Artur Wellesley, juntamente com um corpo expedicionário de nove mil homens, para organizar os contingentes ibéricos e combater o Exército francês de ocupação. Wellesley, agraciado pelo sucesso na guerra peninsular com o título de Visconde de Wellington, viria a ser, nos campos de Waterloo, o vencedor de Napoleão.

As bases do processo de nossa emancipação política estão na transferência da sede do Império português de Lisboa para o Rio de Janeiro.

A abertura dos nossos portos ao comércio mundial e a posterior elevação do Brasil à categoria de Reino conformaram essa bases e criaram as condições necessárias para que nos tornássemos uma Nação independente.

Da mesma forma, nesse mesmo fato está o germe do conflito que caracteriza essa guerra pela nossa independência, pois as elites lusas, principalmente as que ficaram na Europa, nunca aceitaram a posição subalterna a que Lisboa fora submetida, e obraram para transformar novamente o Brasil em colônia, pela força, se assim fosse necessário.

A montagem desse cenário, embora ganhe vulto com a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, tem parte de suas origens nos fatos históricos que ocorreram entre 1808 e 1821, período que define a presença de D. João VI entre nós.

Uma das primeiras medidas tomadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, verdadeiro inspirador da transmigração e nosso primeiro Ministro da Guerra, foi criar a Academia Real Militar, onde seriam formados os nossos oficiais. Até então, esse ofício só se exercia em Portugal onde, ao tempo do Conde de Lippe, fora instituído o Real Colégio dos Nobres, que funcionava com oficiais estrangeiros contratados, sucedâneo das diversas academias instaladas no território português, datadas do início do século XVIII, e que não passavam de singelas aulas ministradas nos corpos de tropa, para ensinar aos vassallos a doutrina militar necessária à defesa dos Estados portugueses. Até então, era só ali que se formavam profissionalmente os homens de armas, privilégio concedido a muito poucos brasileiros.

A nossa academia, datada de 1810, era uma cópia da que fora criada vinte anos antes em Lisboa, em 1790: a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, que sistematizava o ensino técnico para oficiais. Fruto da reforma universitária pomalina, fertilizada no ideário iluminista, além de oficiais formava também engenheiros, para atender aos reclames dos serviços públicos civis.

Jehovah Mota, ao estudar a formação do oficial do Exército brasileiro, afirma que a visão de D. Rodrigo se assentava na imensidão do nosso território, que pedia estra-

das, pontes e portos, “daí a idéia que a mesma escola que cuidasse das técnicas da guerra militar cuidaria, por igual, dessa outra guerra que se traduzia em construir estradas, pontes e canais”.

Não há dúvidas de que a intenção era estabelecer um novo império na América, um imenso Portugal, como afirma Evaldo Cabral de Melo. A opinião de D. João, de que a fronteira histórica e natural do Brasil era o Rio da Prata, confere-lhe visão geopolítica, confirmada nas atitudes que tomou para preservar as lindes que alcançara e se contrapôs às intenções inglesas e castelhanas em torno do espólio representado pela implosão do império colonial espanhol na América.

Talvez percebesse mais longe, quando recebeu no Rio de Janeiro uma divisão naval inglesa, pronta a levá-lo a Portugal para atender aos reclames da Junta de Governadores de Lisboa que pedia sua volta, ao intuir que o apoio inglês aos movimentos de emancipação na América, inclusive no Brasil, acobertavam o real interesse dos britânicos de privar as potências colonizadoras de matérias-primas que com as suas concorriam.

O escritor inglês Eric Hobsbawn, ao tratar do período que vai de 1789 a 1848, ao qual denomina de “A era das revoluções”, reafirma o prosseguimento da rivalidade franco-britânica no período, antepondo duas revoluções, uma econômica e outra políti-

ca, e integrando o liberalismo britânico ao absolutismo europeu restaurado. Foi por isso que Tayllerand, representante francês no Congresso de Viena, aconselhou Portugal a transformar o Brasil em Reino.

Também por isso, um ano depois, em 1816, D. João mandou organizar em Lisboa a Divisão de Voluntários Reais – cinco mil expedicionários voluntários escolhidos entre os mais experientes veteranos das campanhas européias contra o Exército napoleônico – e designou para comandá-la um

Uma das primeiras medidas tomadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, verdadeiro inspirador da transmigração e nosso primeiro Ministro da Guerra, foi criar a Academia Real Militar, onde seriam formados os nossos oficiais.

de seus melhores cabos-de-guerra, o General Carlos Frederico Lecor. Eles vieram se juntar aos dois mil lusobrasileiros que já estavam estacionados no Rio Grande de São Pedro, sob o comando do General Joaquim Xavier Curado, para manter a posse do território cisplatino que Gervásio

Artigas, nacionalista uruguaio ligado aos interesses de Buenos Aires, buscava libertar.

No ano seguinte, explodiu em Pernambuco uma revolta de cunho liberal republicano, dominada a força pelo Conde dos Arcos, Governador da Bahia, empregando tropas de sua província. Essa tentativa de sedição, inspirada nas revoluções americana e francesa, motivou a vinda de mais tropa lusitana, a Divisão Auxiliadora, comandada pelo General Jorge de Avilez, com 4.500 homens de primeira linha, também veteranos e experientes. O término da guerra na Europa levou Portugal a se

reorganizar e a diminuir seu Exército para cerca de quarenta mil homens, tendo, naquela época, uma população de três milhões de habitantes.

O agravamento da guerra na Província Cisplatina levou o governo no Rio a pedir mais recursos a Lisboa. A resposta dos governantes portugueses, registrada por José Hermano Saraiva na sua *História de Portugal*, é sintomática. Responderam eles a El-Rei, em ofício datado de 2 de junho de 1820:

“Digne-se Vossa Majestade tomar em consideração que Portugal é um reino de pequena extensão e escassamente povoado; que a sua agricultura está pouco adiantada pelos imensos gravames que pesam sobre os agricultores; que o ramo mais útil da mesma agricultura, que é o vinho, se acha em decadência pela abertura dos portos do Brasil aos vinhos de todas as nações, pelo aumento da introdução dos vinhos da Espanha e Inglaterra e pelo favor que esta nação tem dado à importação dos vinhos do Cabo da Boa Esperança; que a nossa indústria se paralisou consideravelmente com a livre entrada em Portugal e no Brasil da mão-de-obra inglesa, com cujos preços a nossa não pode competir; que o comércio decaiu extraordinariamente, não só pela mencionada abertura dos portos do Brasil, que privou Portugal do comércio exclusivo com aquele reino, mas pela concorrência de todas as nações marítimas a quem a paz franqueou a liberdade dos mares, e mais que tudo pelas perdas que nos têm causado os corsários insurgen-

tes, seja apresando-nos os navios ou obrigando os negociantes a assegurar os seus cabedais com prêmios exorbitantes que as fazendas não podem, sendo muito para rezear que, se as coisas assim continuarem, desapareça brevemente dos mares a bandeira portuguesa; que para o Brasil vai anualmente porção muito considerável das rendas deste reino, bastando a importância dos bens patrimoniais e da coroa e ordens pertencentes a fidalgos para formar uma avultada soma, que falta aqui na circulação interior e nos vai empobrecendo continuamente.”

Esse longo texto é esclarecedor do ambiente de profundo descontentamento existente em Portugal com a transferência da Corte para o Brasil e reflete o estado d'alma registrado pelo jornal *O Português*, que declarava, já em 1816, que “o imobilismo de Portugal está posto no humilde, injurioso e incômodo estado de colônia”.

A Revolução de 1820, no Porto, é muito consequência desse descontentamento, mais foi, certamente, fruto da influência francesa através da franco-maçonaria, que ligou a Revolução de 1817, no Recife, à tentativa, na mesma época, de uma sedição militar liderada pelo General Gomes Freire de Andrade, dominada com rigor pelo Marechal Beresford, o inglês que D. João VI nomeara Regente de Portugal por interveniência dos ingleses.

A substituição do regime absoluto pelo sistema constitucionalista foi uma consequência natural da evolução que ocorria no mundo ocidental e, como sabemos, repercutia no Brasil, obrigando D. João a retor-

nar para Lisboa, fazendo de Portugal novamente o centro do Império e, conseqüentemente, transformando o Brasil de novo em mera Colônia.

Não seria uma empresa fácil e requeria poder econômico e militar. Os cofres lusos não tinham os recursos necessários e os interesses comerciais estrangeiros seriam grandemente atingidos com a volta ao *status quo*. Restava a possibilidade do uso da força militar estacionada no Brasil, com cuja lealdade esperavam contar os novos condutores da política lusa, representados nas Cortes recém-estabelecidas em Lisboa.

Avaliemos a sua presença no nosso território a partir do juramento de obediência à futura Constituição lusa, feito por D. João VI, em 26 de fevereiro de 1821, no Paço Municipal do Rio de Janeiro, e o seu conseqüente retorno a Lisboa, em 25 de abril do mesmo ano.

Os maiores e mais qualificados efetivos se encontravam estacionados no Sul, na Província Cisplatina, representados pela Divisão de Voluntário Reais, que contava naquela época com um efetivo de 3.678 homens. O General Lecor, seu comandante, não aderiu aos interesses lusos e ficou ao lado dos brasileiros. Eles foram neutralizados pela ação das tropas brasileiras que, com cerca de quatro mil e quinhentos homens, mantiveram-nos confinados em Montevideu até novembro de 1823, sem condições de apoiar as ações do General Madeira em Salvador.

No Rio de Janeiro, a Divisão Auxiliadora, com 2.700 homens, conseguiu pressionar D. João VI a retornar a Lisboa, mas não teve a capacidade de obrigar o Prínci-

pe D. Pedro a seguir-lhe o caminho. A milícia foi acionada e, junto com a tropa brasileira de primeira linha, formaram um efetivo de cerca de dez mil homens no Campo de Santana. Ao comando do General Xavier Curado, cercaram inicialmente os lusos no Morro do Castelo, e os confinaram posteriormente em Niterói, do outro lado da baía, para, em 15 de fevereiro de 1822, embarcarem de volta a Portugal. Um de seus batalhões, entretanto, conseguiu aportar em Salvador e lá ficou, reforçando as tropas do General Madeira.

Em Pernambuco, o General Luís do Rêgo, governador militar da província, dispunha do Batalhão do Algarve, que fazia parte da Divisão Auxiliadora, e lá ficara por causa do movimento de 1817. Ele foi convencido, também, a retornar a Portugal, pressionado por cerca de dois mil homens da milícia pernambucana, fato que se concretizou em 29 de novembro de 1821. Por duas vezes Portugal tentou colocar novos efetivos no Recife e da mesma forma foram impedidos de desembarcar. A primeira, em 24 de dezembro, quando chegou o 2º Batalhão do 1º Regimento do Exército de Portugal, acompanhado do novo Comandante de Armas para lá nomeado, o Brigadeiro José Maria Moura, que foi dissuadido pela presença dos contingentes da milícia e retornou com a tropa para Lisboa. A segunda, em 17 de janeiro de 1822, quando aportou no Recife uma expedição comandada pelo Brigadeiro José Correia de Melo, com 1.200 homens, destinada ao Rio de Janeiro, para reforçar a Divisão Auxiliadora. Esperavam desembarcar 4.300 homens em Pernambuco, no que também foram impe-

didos e acabaram por ir para Salvador reforçar as tropas de Madeira.

No Piauí também existia um outro batalhão da Divisão Auxiliadora, comandado pelo Major João José da Cunha Fidié e que participou do combate considerado como o mais sangrento de toda a guerra, a batalha do Jenipapo, sangrado em 13 de março de 1823 perto de Oeiras, com a vitória dos lusos que, em menor número, derrotaram os brasileiros face à capacidade e à experiência de Fidié, um veterano das guerras napoleônicas.

O socorro veio do Ceará, que organizou uma expedição com cerca de oito mil homens, recrutados nas milícias locais, e que chegou a atingir 18.000 homens, segundo registra José Honório Rodrigues, citando Tristão de Alencar Araripe e seu *Independência no Maranhão*.

A presença da esquadra brasileira comandada pelo Lorde Cochrane, bloqueando o Maranhão, levou Fidié a capitular em 31 de julho de 1823.

Ocupemo-nos então da Bahia, onde havia o perigo real do estabelecimento de um núcleo colonial português e que poderia, por extensão, envolver todo o Nordeste e fracionar o Brasil.

O processo revolucionário começou na Bahia, em 10 de fevereiro de 1821, com a proclamação de adesão à Revolução Constitucionalista do Porto, feita por oficiais brasileiros no interior do Forte de São Pedro, aquartelamento do Regimento de Artilharia de Salvador. O governador da província, Conde de Palma, reagiu ao ato revolucionário mandando que tropas brasileiras ali existentes, o 1º Regimento de Infantaria e

a Legião de Caçadores, ao comando do Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, marchassem contra os insurretos. Houve tiroteio e a população aderiu à causa constitucionalista. Curiosamente, o Batalhão de Infantaria 12, também pertencente à Divisão Auxiliadora e comandado pelo então Coronel Inácio Luís Madeira de Melo, embora tivesse ocorrido à Praça da Piedade, não chegou a participar da luta.

No dia 18 do mesmo mês, a junta que assumira o governo da província oficiou às Câmaras, em Lisboa, comunicando a adesão e solicitando o envio de mais tropas para garantir o constitucionalismo baiano, no que foi atendida com a vinda da Legião Constitucional Lusitana, 1.184 homens de Infantaria e Artilharia, que aportaram em Salvador no dia 23 de agosto daquele ano.

O líder militar do movimento, Coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, subcomandante do Forte de São Pedro, foi promovido a brigadeiro e nomeado Comandante das Armas da Província. O passar do tempo e a evolução dos acontecimentos mostravam, claramente, a divisão da população soteropolitana em dois partidos: o dos portugueses, em maior número, porque a antiga capital era um grande entreposto comercial, onde os comerciantes lusos formavam a grande maioria, e o dos nacionais, em minoria, do qual faziam parte negros e pardos, sendo os brancos funcionários públicos ou, na maioria das vezes, povo do interior, do Recôncavo, onde tinham suas bases.

O partido português não desejava ter no comando das tropas um militar brasileiro e oficiou às Cortes, solicitando a substituição

do Brigadeiro Manuel Pedro, no que foi atendido pela Carta Régia de 9 de dezembro de 1821, que promovia o General Madeira a brigadeiro e o nomeava Comandante das Armas da Bahia. O documento chegou em Salvador no dia 15 de fevereiro, trazido pelo navio-correio *Leopoldina*. A substituição foi o estopim para os nefastos acontecimentos que iriam ensangüentar as terras baianas numa luta fratricida que duraria 528 dias.

Embora não faça parte dos propósitos deste estudo a descrição detalhada dos acontecimentos que conformaram o conflito, torna-se necessário assinalar os fatos que permitem compreender a presença e a atuação do estamento militar nos fatos da guerra.

O primeiro registro refere-se aos embates dos dias 18 e 19 de fevereiro, quando a superioridade numérica da tropa portuguesa, apoiada no efetivo e no eficiente controle exercido pelo General Madeira e seus oficiais, anulou a tentativa de reação das tropas locais, carentes de meios e de comando.

Duas unidades lusitanas veteranas da Guerra Peninsular, o Batalhão de Infantaria 12 e a Legião Constitucional Lusitana, apoiadas pelo Esquadrão de Cavalaria dos nacionais e pela marujada dos navios de guerra portugueses surtos no porto, fizeram debandar os homens do 1º Regimento de Infantaria de Linha, da Legião de Caçadores, do Regimento de Artilharia e de dois regimentos de milícias aquartelados na

capital da província – um de pretos e outro de pardos. Eles fugiram na direção de Itapoã e dali foram buscar proteção nas terras da Torre de Garcia D'Ávila.

O segundo registro refere-se ao início da ação no interior do Recôncavo, na Vila de Cachoeira, quando a população, por seus representantes, aceitou e reconheceu a autoridade do Príncipe Regente, o que acarretou a reação de uma escuna armada lusa ancorada no Rio Paraguassu por ordem de Madeira, a qual metralhou

tanto Cachoeira como São Félix, vila fronteira, sendo a embarcação assaltada e dominada por forças locais e presa sua guarnição.

No dia 28 de junho, foi criada uma Junta de Conciliação e de Defesa para dirigir a reação que, partida do interior da província, iria se opor à tentativa do General

Madeira de estabelecer na Bahia um núcleo capaz de se opor à Independência do Brasil e transformá-lo, novamente, em colônia de Portugal. Braz do Amaral, na sua *História da Independência na Bahia*, nos convida a refletir sobre esses acontecimentos e afirma, com propriedade, “que o movimento revolucionário se fez com o auxílio das milícias”, ao que acrescentamos que devemos a elas o sucesso da reação.

O terceiro registro refere-se à concentração de tropas, por volta de julho, na região de Pirajá, com a finalidade de impedir o acesso dos lusos ao Recôncavo.

O passar do tempo e a evolução dos acontecimentos mostravam, claramente, a divisão da população soteropolitana em dois partidos: o dos portugueses, em maior número (...) e o dos nacionais, em minoria.

Salvador era uma cidade carente de alimentos e quase tudo vinha do interior, pela Estrada das Boiadas ou pelo mar, razão pela qual as tropas de milícia e os contingentes fugidos da capital começaram a se reunir naquela região.

O primeiro contingente a chegar era composto por elementos do 1^o Regimento de Infantaria de Linha, reunidos por um alferes da unidade. Em seguida, veio a milícia de Cachoeira junto com os soldados da Legião de Caçadores, que o Tenente Argolo Ferrão conseguiu reunir, e ainda uma guarda dos Caçadores Henriques – a tropa de milícia formada pelos negros da capital. Da Torre, comandadas pelo Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, chegaram as milícias formadas por índios, armados com seus arcos e flechas. De todas as vilas chegaram contingentes de milícias, que fecharam o cerco, do Cabrito até Itapoã.

Os portugueses, por sua vez, também iam sendo reforçados, sendo que, no início de agosto, aportaram em Salvador 600 infantas, 100 cavalarianos e 50 artilheiros. Era o esforço das Cortes de Lisboa para ajudar o General Madeira a manter a Colônia.

O quarto registro refere-se à chegada do General Pedro Labatut ao cenário da guerra, acompanhado de 240 soldados de milícias do Rio de Janeiro e mais 34 oficiais, destinados a enquadrar os efetivos reunidos no Recôncavo. Trazia consigo grande quantidade de material bélico, entre armas e munições. Viera assumir o comando do Exército Libertador que estava sendo reunido em Pirajá, fato que ocorreu em 25 de outubro, na Feira do Capuame, atual Dias D'Ávila. É de se registrar a presença, já nessa ocasião, de tropa vinda do

Recife, das Alagoas, de Sergipe e da Paraíba, a maior parte composta por milicianos.

O quinto registro refere-se à tentativa de Madeira para romper o cerco que lhe havia sido imposto. Em fins de outubro, ele havia recebido um reforço de 1.200 homens, infantas e artilheiros, quando Labatut lhe enviou um ultimato para que se rendesse. A resposta foi um ataque à linha de cerco, tentando rompê-la, no dia 8 de novembro de 1822, que ficou conhecido na história como a batalha de Pirajá. O plano português previa um ataque à retaguarda de nossas linhas através de um desembarque no que hoje é o Parque de São Bartolomeu, acompanhado de uma ação de força levada a efeito pela Legião Constitucional Lusitana, reforçada por elementos do Batalhão de Infantaria 12. Ladislau dos Santos Titara, no seu épico *Paraguassu*, afirma que 5.000 veteranos das campanhas européias não conseguiram vencer 1.500 brasileiros, a maioria tropa de milícias, concentrados naquela área.

O que teria permitido a vitória de nossas forças? Que valores pesaram na refrega? A História Militar do Brasil é pródiga em exemplos como esse. Durante a guerra contra os holandeses, naquele mesmo lugar, em 1631, luso-brasileiros, a maior parte também tropa de milícia, derrotaram veteranos da Guerra dos Trinta Anos, uma tropa constituída por mercenários experientes, comandados por um general de reconhecido valor, o Conde Maurício de Nassau.

O brasileiro é considerado um povo de índole pacífica, mas sua personalidade, fruto de uma miscigenação que nos distingue como povo, o caracteriza e o transforma em um combatente de escol.

O sexto registro refere-se ao impasse estabelecido para a finalização militar da guerra e a solução encontrada para o seu término. Se as tropas lusas não conseguiram romper o cerco, as tropas brasileiras também não foram capazes de romper o dispositivo defensivo montado pelos portugueses em torno da cidade do Salvador. Falou mais alto a experiência e a capacitação do soldado europeu. A solução estava no mar. Ambas as forças possuíam marinhas para romper ou fechar o cerco. A lusa era maior e mais bem dotada; faltou-lhe comando e disposição. A brasileira, sob a batuta de Lorde Cochrane e o apoio de João das Botas, embora inferiorizada em quantidade e qualidade material, manteve o cerco.

Os portugueses foram vencidos pela fome e optaram pela retirada, que se consumou na madrugada de 2 de julho, como já historiamos.

Resta um último registro, referente à presença do Batalhão do Imperador no concerto dessa guerra. Tropa escolhida pelo próprio D. Pedro I no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, onde mandou reunir todos os militares em serviço na Corte para selecionar os melhores, ele veio reforçar os efetivos do Exército de Libertação e representou seu apreço e reconhecimento pelo esforço que ali se realizava. O Batalhão era comandado pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva, militar pertencente a uma elevada estirpe que chegou ao Brasil nos idos de 1767, junto com o Regimento de Bragança, para combater os espanhóis no Prata. Seu ajudante e porta-bandeira era um jovem e promissor tenente, Luiz Alves de Lima e Silva, da mesma estirpe e sobrinho do co-

mandante. Junto com o Batalhão, teria seu batismo de fogo no dia 3 de maio de 1823, junto às linhas defensivas portuguesas, na região do Engenho Conceição. Portou-se com bravura e exibiu capacidade, segurança, serenidade e determinação, qualidades que o acompanhariam ao longo de sua vida e com as quais faria brilhante carreira no Exército e se elevaria a glórias imemoriais. Pacificou o Brasil, durante o período de suas lutas internas, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Comandando o Exército Imperial durante o período das lutas externas, garantiu nossas fronteiras e nossos interesses, cobrindo-se de glória nos campos de batalha do Paraguai. Foi deputado e senador do Império por várias de suas províncias. Foi por três vezes Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II. Marechal do Exército graduado, foi barão, conde, marquês e duque, honrarias que recebeu em reconhecimento a seus méritos – Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, seu mais insigne soldado. Comemoramos esse ano o bicentário do seu nascimento.

Ao prestar-lhe essa homenagem, registramos que foi aqui, nos arrabaldes dessa histórica cidade, que ele iniciou sua fulgurante trajetória, defendendo os valores maiores de nossa nacionalidade. A experiência vivida nesse campo da honra matizou-lhe no peito e na mente valores inamovíveis que nortearam sua conduta íncita durante toda a vida.

A Guerra de Independência na Bahia fez surgir para o Exército sua maior espada, esse “duque glorioso e sagrado”, esse “herói militar do Brasil”.





Solano López Napoleão ou Átila do Prata?

*Aureliano Pinto de Moura **

Resumo: Texto da palestra proferida no auditório do IGHMB, em 25 de novembro de 2003, em que o autor aprecia a personalidade e as ações de Solano López como cidadão, presidente e militar paraguaio, conduzindo o leitor, em função disso, a responder à pergunta do título.

Palavras-chave: Francisco Solano López.

Ao se tratar sobre a Guerra da Tríplice Aliança, destaca-se a figura do Marechal Francisco Solano López, presidente da República do Paraguai e comandante-em-chefe de suas Forças Armadas. Personalidade imponente, um cavalheiro no trato social, porém um homem temperamental, violento e muitas vezes vingativo. Herói nacional, para o povo paraguaio. Admirado por uns, odiado por outros. Personagem polêmico.

As opiniões dos vários biógrafos e historiadores são contraditórias. Pelo que se pode deduzir, há que se repensar quando se tratar dessa personalidade destacada na vida política e militar da Bacia do Prata no século XIX – uma personalidade marcante da história sul-americana.

O HOMEM

Francisco Solano López nasceu em Assunção, no dia 24 de julho de 1826, sendo filho de Carlos Antônio López e de D. Juana Pabla Carrillo.

Carlos Antônio López foi aluno dos frades franciscanos no Colégio Seminário de San Carlos, aonde posteriormente veio a ser professor. Era licenciado em leis mas, durante o governo de José Gaspar Rodrigues de Francia, procurou manter-se afastado das lides políticas assuncenhas.

D. Juana Pabla Carrillo era enteada de um rico fazendeiro paraguaio, D. Lázaro Rojas. O dote recebido por Antônio Carlos López em seu casamento com D. Juana Pabla Carrillo permitiu-lhe uma vida tranqüila. Pôde dedicar-se aos estudos, o que lhe proporcionou destacar-se culturalmente entre seus concidadãos.

* General-de-Divisão Médico. Sócio titular do IGHMB.

Solano López era o mais velho dos cinco filhos de Carlos Antônio López. Eram seus irmãos: Inocência, Venâncio, Rafaela e Benigno.

O jovem Solano López aprendeu as primeiras letras com seu pai, cumprindo rigidamente um horário predeterminado e um planejamento estabelecido. Desde pequeno foi independente e rebelde. Mas era dotado, sobretudo, de grande amor próprio e ânsia de aprender.

Na adolescência teve, como preceptor, o argentino Juan Pedro Escalada, que lhe ensinou Geografia, História, Aritmética e Gramática. Iniciou-o ainda na leitura dos clássicos. Com os clérigos, aprendeu Latim, Filosofia, Teologia e Francês. Foi, para sua época, um homem de cultura dentre seus pares (Gutierrez Escudero).

Tornou-se um cavalheiro, aficionado por leitura. Procurava trazer livros de Buenos Aires e da Europa. Tinha uma certa predileção pela Geografia e pela História – particularmente pela História Militar e pela figura de Napoleão Bonaparte. Conhecia o francês e o inglês, além de alguma coisa sobre literatura.

Nos esportes, destacava-se em esgrima e equitação. Gostava também de bailar.

Fisicamente, tornou-se um homem de baixa estatura, afetado porém com postura marcial. Tratava a todos com urbanidade, até ser contrariado em sua vontade ou decisão.

“Temperamento forte e grande orgulho pessoal, de vontade indomável e exagerado amor próprio (...) melhor dotado do que seu pai para as tarefas de governo. Prudência e serenidade não lhe faltavam; não era tão impulsivo e alocado em suas

decisões como se tem dado a dizer” (Arturo Bray).

Rendia-se fácil aos afagos, reagindo com furor ao mínimo obstáculo. Só a sua vontade não se dobrava.

Era um homem tido como de mentalidade simples, arrebatado e sensível. Mandava mais o seu coração do que a sua cabeça. O impulso sobrepunha-se à razão.

Era homem de grandes devoções, um patriota a seu modo. Na Europa, foi iniciado na Maçonaria.

Aos 15 anos, enfrentou com serenidade uma séria revelação. Em 20 de setembro de 1840, por ocasião da morte de D. Gaspar de Francia, tomou conhecimento, através de um companheiro de folguedos, de que D. Carlos Antônio López não era seu pai. D. Juana Carrillo casara grávida de seu padrasto, D. Lázaro Rojas, seu verdadeiro pai biológico e seu padrinho de batismo.

Por respeito a D. Carlos Antônio López, seu pai adotivo, e a sua mãe, nada comentou sobre a revelação. Com o decorrer do tempo foi verificando sua semelhança física com seu padrinho, que o fez seu herdeiro (Gutierrez Escudero).

Em 14 de março de 1844, Carlos Antônio López assumiu a presidência da República do Paraguai. Nessa mesma época, Francisco Solano López incorporou-se ao Exército paraguaio, como coronel. Atingiu essa hierarquia sem nunca ter passado pela caserna, freqüentado qualquer curso de formação ou academia militar. Tinha então 18 anos de idade (Arturo Bray).

Em 1845, com apenas 19 anos, seu pai o promoveu a general e o nomeou Chefe do Exército e Ministro da Guerra.

Alguns escritores fazem referência a Solano López como capitão, em data anterior à de 14 de março.

O GENERAL

A vida militar sempre seduziu Solano López. Ao se ver Chefe do Exército, uma de suas primeiras iniciativas foi organizar as forças militares paraguaias, até então insignificantes. Haviam sido colocadas em plano secundário por Gaspar de Francia.

Solano López organizou os quadros, criou unidades, aumentou os efetivos, elaborou regulamentos e ordenanças. Construiu quartéis e alojamentos. Uma nova legislação pertinente foi elaborada para atender ao recrutamento e ao recompletamento.

Concomitantemente, iniciou a compra de material bélico e deu ênfase à instrução de oficiais, assim como ao adestramento da tropa, tudo feito diretamente sob suas ordens e fiscalização. Dedicou-se de corpo e alma à tarefa de reorganizar a sua força militar para alcançar o seu objetivo: dotar o Paraguai de uma força militar que impusesse respeito aos vizinhos. Tudo ia sendo feito sob o olhar pacifista de Carlos Antônio López, homem de diálogo, não inclinado ao emprego de forças militares (Arturo Bray).

A situação política no Rio da Prata levou a que, em 21 de novembro de 1841, Corrientes e o Paraguai assinassem um tratado de aliança, ofensiva e defensiva. O Paraguai assumiu o compromisso de apoiar aquela província com dez mil homens, em caso de necessidade. Corrientes, por sua vez, não trataria mais com nenhum governo da Confederação Argentina sem primeiro

obter a concordância do Paraguai. Ainda cedeu ao Paraguai o território entre Tranquera de Loreto e a fronteira brasileira, na costa do Paraná.

No ano seguinte, em 1846, o relacionamento entre Corrientes e Entre Rios ficou tenso. O General José Maria Paz recebeu, em 13 de janeiro, o título de Diretor da Guerra da Província de Corrientes, provocando descontentamento no governo entrerriano. A situação tornou-se crítica.

Chegara a hora de o Paraguai cumprir o seu compromisso com a província de Corrientes.

Joaquim Madariaga governava Corrientes enquanto o General Justo José Urquiza, de Entre Rios, era um dos sustentáculos do ditador Juan Manoel de Rosas.

A intenção de Joaquim Madariaga não era desmembrar a Confederação. O confronto que se avizinhava era contra Juan Manuel de Rosas, em função do tempo em que ele mantinha o poder. Essa era a posição exigida pelo General José Maria Paz.

A participação paraguaia foi desinteressada. Em realidade, nada tinha a ver em relação ao conflito entre Corrientes e outras províncias argentinas, apesar da posição tomada por Rosas como o maior contestador da soberania paraguaia e da livre navegação no Rio Paraná. A soberania paraguaia não estaria segura enquanto o General Juan Manuel de Rosas tivesse algum poder. Diante da situação e em função do tratado de 1845, Carlos Antônio López decidiu enviar tropa e apoio ao seu aliado Joaquim Madariaga. Não tinha como objetivo a derrubada do ditador Rosas, mas sim uma forma de manter a soberania de seu país.

“Não se trata de uma guerra originada por ódios pessoais, movida por ambições, dirigida a conquistar ou seguida de outro pensamento qualquer reprovado pela Província ou pelos homens; trata-se, sim, da causa mais justa e santa e, pelo mesmo, nada há que ocultar aos olhos do Universo”, afirmou Carlos Antônio López naquela ocasião.

Foi organizada, no Paraguai, uma força militar de 4.500 homens, em Villa Nueva Del Pilar, sob o comando do General Solano López. Nessa oportunidade, foi introduzida na tropa a nova bandeira tricolor, que havia sido criada em 25 de novembro de 1842.

De Villa Nueva Del Pilar, a tropa paraguaia seguiu para Rincón de Soto, ao norte de Goya, onde desembarcou. Passou então a integrar o 2º Corpo de Exército, sob o comando do General José Maria Paz. Essa grande unidade era conhecida como o “exército libertador”.

Iniciadas as hostilidades, a tropa paraguaia transpôs o Rio Santa Lúcia e seguiu em direção a La Huesta. Ali chegou e recebeu ordem para prosseguir até Poso Nuevo, nas margens do Rio Corrientes.

Nesse meio tempo, enquanto Solano López fazia o seu deslocamento, o caudilho López (de Santa Fé) foi fragorosamente derrotado em San Jerônimo, deixando desmoralizadas as tropas sob seu comando. O General Justo José Urquiza aproveitou a situação e atacou a retaguarda do General José Maria Paz, que estava sob o comando do General Juan Madariaga. Em 4 de fevereiro de 1846, invadiu Corrientes e capturou Juan Madariaga, irmão do governador Joaquim Madariaga.

Depois dessa derrota, Corrientes aceitou o “convênio de Alcaraz”, que pôs fim ao conflito. O General Justo José Urquiza retirou-se para o sul, sem aceitar o combate com as tropas do General José Maria Paz (Arturo Bray). Este, por sua vez, ficou ao desamparo. Foi sendo abandonado pouco a pouco, até a dissolução completa da tropa em Villa Nueva Del Pilar.

Durante esses acontecimentos, Solano López foi alvo de todas as honras militares e deferências que lhe eram devidas. Pela sua pouca idade, ficou conhecido como “el generalito”.

Em um determinado momento do episódio, as forças paraguaias viram-se frente a frente com as tropas do General Justo José Urquiza. Inesperadamente, para surpresa de todos, Urquiza, sem procurar combate, retirou-se de sua posição. O que ocorrera, em realidade, é que ele havia recebido ordem para não atacar as tropas de Solano López. A notícia era que os paraguaios tinham a intenção de retornar para o seu território. A atitude tomada pelo General Justo José Urquiza foi interpretada, por Solano López, como “possível medo de Urquiza” para enfrentar os “disciplinados e aguerridos batalhões” paraguaios.

A realidade foi bem outra. Em fevereiro de 1846, parte da força expedicionária paraguaia começou a demonstrar o desejo de retornar para Assunção, onde pretendia reivindicar a convocação de um congresso extraordinário, com o objetivo de realizar algumas reformas políticas no país. Na ocasião, Solano López enfrentou diretamente as lideranças, conseguindo, assim, dominar a situação. Sua atitude firme e arrojada es-

vaziou o movimento. Para evitar futuros problemas, ordenou o fuzilamento dos líderes mais destacados. Essa foi a primeira vez em que demonstrou sua maneira violenta e decisiva diante de uma situação de gravidade.

Com a retirada do General Justo José Urquiza, Solano López determinou o retorno de suas forças expedicionárias, o que foi realizado com toda segurança e disciplina (Gutierrez Escudero). Regressou, entretanto, sem ter conseguido tirar o mínimo proveito ou algum ensinamento relativo à arte da guerra.

A vida militar do General Solano López desabrochou por um insucesso. O retorno foi a sua única opção.

Conforme Arturo Bray, “o Exército paraguaio era mal armado e pior instruído, sem experiência guerreira, a mando de um general bisonho e adolescente”. “Adornaram demais esse jovem com belas qualidades pessoais mas nenhum conhecimento militar, e mais, nenhuma idéia da guerra e o modo de fazê-la”, diria o General José Maria Paz.

A deplorável aventura de 1846 serviu de lição para Carlos Antônio López. Sentiu ele que, sem uma força militar compatível, não tinha a mínima condição de intervir ou se impor aos seus vizinhos platinos.

Em 1849, novamente as forças paraguaias atravessaram o Rio Paraná. Uma divisão invadiu o território correntino e seguiu para as barrancas do Rio Uruguai, procurando chegar à fronteira brasileira. O Paraguai disputava esse território com a província de Corrientes.

Um ataque de surpresa, efetuado pelas tropas correntinas, levou à debandada as forças paraguaias. Foi uma debandada ver-

gonhosa, uma humilhação, segundo Solano López. Furioso com os acontecimentos, Solano López ordenou o fuzilamento de todos os oficiais, como alerta geral.

Pela segunda vez, ele mandara fuzilar os seus oficiais. A partir daí, os militares paraguaios passaram a lutar com mais firmeza e determinação, pois sabiam que seria “morrer ou morrer”. Era a liderança pelo terror.

Em 1851, a situação no Prata estava por demais tensa. Era um barril de pólvora prestes a explodir. Mas, dessa feita, os ventos haviam se tornado favoráveis ao Paraguai.

O General Justo José Urquiza, liderando Entre Rios e Corrientes, resolvera enfrentar o ditador Juan Manuel de Rosas, desta vez com o apoio do Império brasileiro e do Governo uruguaio.

Prontamente Solano López levou as suas tropas para o Passo da Pátria, onde permaneceu, em condições de atuar em território argentino (T. Fragoso).

O assédio ao Paraguai massageou o ego de Solano López, que passou a crer “que nada poderia ser realizado na região platina sem a participação de seu país e, em especial, do exército que ele havia criado” (Arturo Bray). Era muita pretensão de Solano López acreditar que seu exército fosse superior aos demais da região platina. Essa autoconfiança que se foi desenvolvendo em Solano López por certo influenciou o seu modo de pensar e o levou a envolver-se na maior tragédia bélica da América.

Com a derrota de Juan Manuel de Rosas, em 1852, a independência do Paraguai veio a ser reconhecida por vários países europeus, atraindo-os para as relações comerciais.

O DIPLOMATA

Em 12 de junho de 1853, Solano López embarcou no navio *Independência del Paraguai*, com destino à Europa. O objetivo da viagem era ratificar tratados de comércio e amizade com a Grã-Bretanha, França, Espanha, Sardenha e Prússia. A viagem não era muito do gosto de seu pai, Carlos Antônio López, que acabara, porém, curvando-se às ponderações do filho.

Solano López via o futuro do Paraguai fora de suas fronteiras, no relacionamento internacional, no intercâmbio com as nações européias.

Acompanhado de um razoável séquito, López seguiu para o Velho Mundo como ministro especial plenipotenciário. Acompanhavam o jovem ministro, dentre outros, seu irmão Benigno e os capitães Yegros, Brizuela e Aguiar. Em sua bagagem, levava uma boa importância em dinheiro.

Havia outra intenção nessa viagem à Europa. Solano López tinha como objetivo adquirir material bélico para o seu exército e barcos de guerra para a sua armada em formação. Visava a contratar técnicos para a indústria bélica, para a construção de ferrovias e rede telegráfica, assim como assessores militares.

As intenções de Solano López não estavam voltadas somente para a guerra. Pretendia levar para o Paraguai técnicos nas áreas de arquitetura, educação, saúde e imprensa (Arturo Bray).

Durante sua estadia na Espanha, Solano López não foi muito feliz. O país estava enfrentando uma séria crise política, resultan-

te da morte de Fernando VII e da luta pelo trono. Já na França, foi bem ao contrário.

Em Paris, onde permaneceu o maior tempo, foi recebido na Corte de Napoleão III com todas as honras e atenções. Nessa época, Napoleão III tinha grande interesse em manter ligações com a América Latina.

Solano López ficou maravilhado não só com a Corte, mas com a cidade de Paris. A majestade do ambiente deslumbrou-o.

Foi recebido na Tulherias em audiência pública e solene, sentindo-se valorizado e deslumbrado, com a vaidade à flor da pele. Durante sua permanência na capital francesa, freqüentou a Corte com freqüência e desembaraço, e desfrutou de uma vida social e diplomática intensa. Mesmo assim, sobrou-lhe tempo para freqüentar a noite parisiense e as festas cortesãs.

O interesse francês pela América Latina facilitou seu convívio em Paris. Era alvo de convites para os mais variados eventos.

Participando de um desfile militar nos Campos Elíseos, concederam-lhe o comando da solenidade e o convidaram a passar em revista as tropas em forma. Foi uma especial deferência de Napoleão III ao jovem ministro (Arturo Bray).

Ao observar as tropas francesas, não ocultou o orgulho pelos seus soldados, declarando: “Com meus paraguaios tenho o bastante para os brasileiros, argentinos e orientais; e ainda para os boliviano, se se meterem a sonsos.” Essa afirmativa mostra que já sentia em seu íntimo o que, mais cedo ou mais tarde, viria a enfrentar (G. Escudero). Já pensava em um futuro confronto com seus vizinhos.

A convivência de Solano López na Corte francesa deixou-o muito influenciado pela “política de equilíbrio entre as nações” preconizada por Napoleão III. Fez crescer ainda mais sua admiração por Bonaparte, cujo túmulo visitou várias vezes. Lá permanecia em meditação, pensando sabe-se lá o quê.

A maledicência o acusava de ter encomendado vários uniformes semelhantes aos de Napoleão Bonaparte e de ter adquirido uma réplica da coroa do Imperador. Daí, talvez, a razão de ter sido denominado o “Napoleão do Prata” (G. Escudero). Era capaz de despertar admiração e ódio.

Alguns de seus detratores afirmam que o verdadeiro motivo de sua ida à Europa teria sido “para dar rédea solta à sua paixão pela bebida e pelas mulheres.” Em realidade, soube gozar a vida parisiense, mas não se pode negar os efeitos positivos dos relacionamentos político e diplomático realizados. Nem se pode afirmar que seu objetivo principal fosse a vida boêmia. O desempenho em relação ao fortalecimento de suas Forças Armadas e ao recrutamento de técnicos para o país não pode ser menosprezado, pois efetivamente contribuiu para o desenvolvimento do Paraguai e do seu poder militar. Não se pode negar, entretanto, o envolvimento de Solano López com o sexo feminino.

Nos idos de 1859, Solano López enamorou-se de Carmelita R., “a mais bonita de Assunção, a mais entusiasmada nos bailes e a mais alegre na conversação.” Estava ela prestes a casar-se com Dom Carlos Decoud. Solano López assediou-a da maneira “a mais vergonhosa”, sendo rechaçado por Carmelita. Afastou-se, então, jurando vingar-se.

Poucos dias após, Carmelita tomou conhecimento da prisão de seu noivo, junto com o irmão. “Presos e encarcerados; ninguém sabia o motivo.” Havia sido acusados de conspiração.

Passado algum tempo, veio a notícia de vários fuzilamentos. Dentre as vítimas estavam Dom Carlos Decoud e seu irmão. Seu corpo nu e todo mutilado foi jogado em frente à porta da noiva, Carmelita R. (F. Mastermann). Assim procedia Solano López.

Ainda antes de sua viagem à Europa, em 1850, teve um filho (Emiliano), de seu relacionamento com Juana Paula Pessoa. Esse rapaz residiu nos Estados Unidos e na França, só retornando ao Paraguai após a guerra. Faleceu jovem. Deste mesmo relacionamento nasceram Adelina Constanza (em 1851) e José Felix (em 1861).

Reconhecida publicamente, existia também outra filha: Rosita Carreras.

Em 4 de junho de 1865, pouco antes de partir para a guerra, Solano López reconheceu todos os seus filhos. Só não foram reconhecidos Miguel Marcial e Corina Adelaida, por haverem nascido posteriormente.

Rosita Carreras também não constou da relação dos filhos reconhecidos (R. Rubiani).

Sua intensa vida boêmia em Paris só acalmou após conhecer Elisa Alicia Lynch, a bela irlandesa, esposa de um funcionário francês – para alguns, um médico militar, francês, em serviço na Argélia.

Há divergências quanto à maneira pela qual Solano López conheceu Elisa Lynch. Para uns, fora em uma estação ferroviária. Para outros, ela o teria convidado à sua residência, tendo o Capitão Brizuela servido como intermediário. O certo é que viveram

um idílio, iniciado na França e terminado em Cerro Corá.

O romance em Paris evoluiu muito e Solano López resolveu trazê-la para o Paraguai, contrariando os conselhos de seu irmão Benigno. Daí para a frente nunca mais os dois irmãos voltaram a ter um relacionamento fraterno (Arturo Bray).

Elisa Lynch chegou ao Paraguai grávida de Juan Francisco, morto em Cerro Corá. Além deste, posteriormente nasceram Corina, Adela, Frederico, Enrique e Leopoldo, esse último falecido em alto mar durante viagem para a Europa, após a morte de Solano López.

A sociedade assuncenha não recebeu bem Elisa Lynch, a começar por Carlos Antônio López e pela Igreja. Mas não há dúvidas da grande influência que exerceu sobre Solano López. Há quem diga que ela foi a principal culpada da desgraça de López. Protegeu algumas pessoas, assim como levou muitas outras à desgraça e mesmo à morte.

Elisa Lynch, segundo alguns autores, tinha duas ambições: casar-se com Solano López e fazê-lo “o Napoleão do Novo Mundo”. A primeira já era difícil e não se realizou. A segunda era impossível.

Para alguns estudiosos de História, Solano López alimentava, em seu íntimo, uma ambição. Sonhava vir a “ser coroado imperador e formar um império no Rio da Prata, à imagem do francês”. Daí, segundo esses estudiosos do assunto, a sua dita pretensão de casar-se com D. Isabel, do Brasil, idéia prontamente rechaçada por D. Pedro II (G. Escudero).

A imprensa de Buenos Aires não dava sossego a Solano López, ridicularizando os

seus sonhos de grandeza, e fazendo frequentes referências pouco lisonjeiras a respeito da “vida irregular com Mme. Lynch e seu duvidoso passado”. Estes ataques da imprensa pesaram no comportamento de Solano López em relação ao Governo argentino, no período que antecedeu a guerra (G. Escudero).

Na verdade, talvez ele não tivesse a intenção de provocar um confronto com os países vizinhos. Quem sabe não estaria procurando apenas o reconhecimento dos direitos da nação paraguaia de influir na política platina? Ao perceber que suas aspirações não eram consideradas, ferido em seu orgulho e em sua vaidade, deixou-se levar pela emoção e procurou conquistar seus objetivos pelo poder militar. Conseguir pelas armas o que não lhe fora possível realizar através da diplomacia.

De qualquer forma, o período passado na Europa trouxera para Solano López resultados positivos.

Em 11 de novembro de 1854, partiu de Bordéus a bordo do *Taquary*, vaso de guerra adquirido na Inglaterra. Chegou em Assunção no dia 21 de janeiro do ano seguinte, defrontando-se com uma situação política tensa no Prata.

Carlos Antônio López, Bartolomeu Mitre e Justo José Urquiza discutiam questões de comércio, navegação e fronteiras. O Governo brasileiro enviou José Pereira Leal, que já havia sido expulso do Paraguai uma vez, para discutir os mesmos temas com Carlos Antônio López.

Solano López via confirmada sua visão política da região, razão pela qual vinha organizando suas forças militares,

adquirindo navios e material bélico no exterior.

Para Frederic Mastermann, foi nesse momento que Solano López começou a arquitetar a guerra. Raciocinara que teria saído “de uma república semibárbara, remota e desconhecida, e as pompas, a falsa glória e as esplêndidas recordações de guerras e guerreiros de que se viu rodeado o teriam ofuscado”.

Solano López tinha consciência de que governava um povo valente e “não imaginava encontrar obstáculos para levantar seu prestígio no seio das nações sul-americanas”. Acreditava poder transplantar para o Paraguai as experiências obtidas na Europa.

Carlos Antônio López temia a influência européia, que por certo iria trazer mudanças de costumes. Por isso, mandou confinar em Nova Bornéos (Chaco), os quatrocentos imigrantes franceses chegados ao Paraguai, sem permissão para sair da área.

O descontentamento dos colonos franceses levou o governo de Paris a pressionar o Paraguai, abrindo uma crise diplomática que só terminou em 1856, com a volta dos colonos à França.

A situação tensa no Prata foi fazendo com que, cada vez mais, Solano López assumisse responsabilidades políticas e diplomáticas no Governo paraguaio.

Ao retornar da Europa, passando pelo Rio de Janeiro, foi recebido em audiência pelo Imperador D. Pedro II. Por ele tomou conhecimento da grave crise que se vislumbra-va. Carlos Antônio López expulsara o encarregado de negócios do Brasil, José Pereira Leal, por “dedicar-se a intrigas e a impostura do ódio ao Supremo Governo do Estado, e

de levantar atrozes calúnias.” D. Pedro II ameaçava a nação paraguaia com uma força naval para reparar a grave afronta.

Durante a audiência, Solano López não conseguiu nenhum acordo, mas evitou a expedição naval retaliadora, de momento.

Chegado a Assunção, recebeu todos os poderes militares e diplomáticos para resolver a crise com o Império. A situação não era fácil, pois Buenos Aires permitira a navegação dos navios brasileiros pelo Rio da Prata e Urquiza mostrara-se omissa.

As tropas paraguaias foram, imediatamente, mandadas para Passo da Pátria e Humaitá, independentemente de qualquer conversação com o Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, comandante da frota imperial. Segundo o Governo imperial, essa frota tinha apenas a missão de intimidação, mas em realidade eram vinte embarcações de guerra, com 130 canhões e 3 mil homens de desembarque. Isso levou o Paraguai a entrar em estado de sítio.

Esse acontecimento foi que levou Solano López a construir a fortaleza de Humaitá, com orientação do Coronel Wisner von Morgentern.

A frota brasileira, em realidade, não entrou em águas paraguaias. A situação pedia cautela. O comandante brasileiro seguiu apenas para Assunção, onde exigiu reparação à ofensa, prontamente concedida. Aproveitou, então, para discutir um tratado de limites, comércio e navegação. Solano López foi o seu interlocutor.

Discutidos os assuntos e separados os tópicos, Solano López conseguiu protelar as discussões para daí a dois anos. As posições eram irredutíveis. O Paraguai con-

seguiu, assim, uma vitória diplomática, fazendo com que a frota presente no Rio Paraná perdesse sua importância. Este resultado causou impacto na Corte brasileira. O Imperador não homologou o que fora acordado entre o Almirante Ferreira de Oliveira e Solano López. Exigiu a reabertura das negociações no Rio de Janeiro.

Solano López, cioso de sua autoridade, da soberania paraguaia e de seus direitos presumidos, determinou que os navios brasileiros fossem fiscalizados nas Três Bocas – Humaitá, Assunção e Olimpo.

A Chancelaria brasileira protestou e mandou José Maria do Amaral para Assunção, no início de 1857. Acirradas discussões com Carlos Antônio López aconteceram, levando o Chanceler brasileiro a retirar-se, após notas de protesto.

Tropas brasileiras seguiram para a linha de fronteira, em Mato Grosso, e a imprensa brasileira pedia a guerra.

Diante da grave situação, foi enviado para Assunção o Ministro do Exterior do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Em sua viagem, Rio Branco aproveitou para fazer contatos com o governo de Buenos Aires, com vistas a uma possível aliança, e assinou uma convenção regulando a navegação na Baía do Prata, esperando uma possível adesão do Paraguai. Essa convenção foi motivo de protestos não só em Assunção, mas também da oposição política em Buenos Aires.

O próprio Mitre disse “não ser de interesse das repúblicas do Prata auxiliar o Brasil em sua política invasora do território alheio”.

As manifestações de exilados paraguaios e políticos ligados a Urquiza levaram Mitre

a declarar “que não está a República Argentina em estado de empreender cruzadas libertadoras”.

Paranhos chegou a Assunção em 7 de janeiro de 1858 e convidou Carlos Antônio López a aderir à Convenção do Paraná. Foi prontamente rechaçado. Com receio de agravar a situação, Carlos Antônio López designou Solano López para dialogar com Rio Branco.

Depois de acirrada discussão, o Paraguai, através de Solano López, assinou uma convenção semelhante à do Paraná, mas com o Brasil reconhecendo a Baía Negra como fronteira entre os dois países, no Chaco. Mais uma vez Solano López se distinguia nas lides diplomáticas.

Sua atuação repetir-se-ia na controversa colonização de Nova Bornéus, quando a canhoneira francesa *Bisson* chegou até Assunção para pressionar o Governo paraguaio, em fevereiro de 1858. Com sua atuação cautelosa, acabou levando a bom termo as divergências com os franceses.

Nesse mesmo ano de 1858, a título de cobrar indenizações, o Governo norte-americano enviou ao Paraguai uma frota de 19 navios (com duzentos canhões), sob o comando do Comodoro William B. Schurbrick, trazendo o Juiz James J. Browlin como representante do Presidente Buchanan. Em dezembro de 1858, a esquadra norte-americana surgiu nas águas do Rio da Prata. Essa presença fez o Brasil deslocar o navio *Araguay* com destino a Assunção, assim como o Ministro francês Lefebvre Bicourt, que seguiu a bordo do *Bisson*.

O encontro da representação norte-americana com Solano López deveria ser reali-

zado em Corrientes, mas este, precavendo-se de uma possível invasão, retirou-se para Humaitá e depois para Assunção, quando soube que a frota navegava no Rio Paraná.

Em 16 de janeiro de 1859, chegou em Assunção o General Urquiza, para conciliar o conflito. Ao recebê-lo, Antônio López recusou-se a ouvi-lo, pois “não ficava a salvo a honra da República.” A frota norteamericana, entretanto, não chegou a entrar em águas paraguaias. As conversações mediadas por Urquiza foram levadas a bom termo. Os problemas com a *US and Paraguay Navigation Co.* seriam levados à arbitragem e algumas concessões.

No ano seguinte, em julho de 1859, Solano López foi levado a enfrentar a arrogante presença britânica através de seu Ministro Dowgall Christie, que foi até Assunção propor a prorrogação do Tratado de Comércio de 1853. Diante da discordância paraguaia, Christie retirou-se fazendo ameaças de retaliação ao Paraguai.

As qualidades diplomáticas de Solano López voltaram a ser colocadas a prova quando solicitado a arbitrar as diferenças entre a Confederação Argentina e o governo de Buenos Aires.

No final de 1859, diante da situação no Prata, Solano López seguiu para Buenos Aires representando seu pai, como mediador, na disputa com a Confederação Argentina.

Solano López deixou Assunção a bordo do *Taquary*, como “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário”, acompanhado de numerosa delegação. Seguiram com ele os coronéis Isidoro Resquin, Antônio Estigarríbia e José Diaz.

Ao passar por Rosário de Santa Fé, entrevistou-se com Juan Manoel Urquiza, seguindo para Buenos Aires.

Após várias reuniões, as dificuldades foram contornadas com a assinatura do Convênio de União, em Alsina. Buenos Aires concordava em integrar a Confederação Argentina e prometia aceitar a Constituição já em vigor. Francisco Solano López facilitou o entendimento entre as partes. Por tal fato mereceu citação onde foi dado “um voto de agradecimento ao Supremo Governo da República do Paraguai e o Exmo. Sr. Brigadeiro General Ministro Mediador, Don Francisco Solano López que empregou com nobre e generoso empenho em seus bons e paternais ofícios para aproximar a união das partes dissidentes da República Argentina” (G. Escudero).

Ao retornar, em 29 de novembro, a bordo do *Taquary*, logo após a partida, Solano López se viu frente às canhoneiras britânicas *Bussard* e *Grappler*. Os barcos britânicos procuraram demonstrar hostilidade ao *Taquary*. Solano López ordenou reação a qualquer ataque.

Aconselhado pelo comandante do *Taquary*, um inglês, assim como de seus marinheiros que também o eram, Solano López afastou-se do local, seguindo por terra até o Paraná, onde embarcou no *Igurey*, com destino a Assunção.

Esta atitude inamistosa dos britânicos deveu-se às tensas relações entre os dois países, tendo em vista a prisão de um súdito da Coroa, por conspiração. Essas relações só vieram a se normalizar depois de firmada uma convenção, em 1862.

Os sucessos de Solano López em suas atuações diplomáticas mostram uma realidade: um homem hábil e inteligente. Esses sucessos, por certo, fizeram crescer seu ego, que, alimentado pela vaidade e pela ânsia de poder, levaram-no a superestimar sua importância.

Parece haver um certo exagero quando alguns autores enaltecem e valorizam a sua atuação e o seu prestígio na Bacia do Prata, embora não se deva menosprezar totalmente a sua conduta não só como árbitro, mas também como advogado das pretensões geopolíticas paraguaias no Prata, na procura de um lugar ao sol.

O PRESIDENTE

Em 10 de setembro de 1862, morreu Carlos Antônio López, governante autoritário, patriarcal, defensor de soluções negociadas na área internacional, um progressista a seu modo. Por sua vez, o país nada mais era do que uma possessão dos López (Bray).

Em documento secreto, Antônio López teria designado o seu primogênito, Francisco Solano, como Vice-Presidente provisório, até que o Congresso tomasse a decisão relativa à sucessão presidencial. Há quem diga que teria sido pressionado pelo próprio Solano López, enquanto para outros, Solano López teria adulterado o documento em seu proveito (Bray). Benigno López teria sido o nome preferido, não só por Antônio López, mas também pela elite paraguaia. A realidade histórica não confirma essas suspeitas. Solano López sempre teve participação ativa nos negócios do

Estado e sempre esteve prestigiado ao lado de seu pai, ao contrário de Benigno, pessoa de mais fácil trato, porém sem nenhuma participação ativa no Governo.

Solano López conhecia os meandros do poder, conhecia a administração pública, era chefe do Exército desde 1845 e estava inteirado da diplomacia platina. Por suas atuações em 1845 e 1849, na Argentina, ficou conhecido e projetou-se no exterior. Era um homem com vivência internacional.

Além disso, era pessoa de mais cultura intelectual do que seu irmão. Era, pois, sem sombra de dúvida, naquele momento, o homem mais qualificado para assumir os destinos da nação paraguaia.

“Temperamento forte e grande orgulho pessoal, de vontade indomável e exagerado amor próprio, melhor dotado do que seu pai para as tarefas de governo; prudência e serenidade não lhe faltavam; não era impulsivo e alocado em suas decisões, como se tem dado a dizer” (Bray). Mudaria muito, em seu comportamento e maneira de ser, no decorrer da grande tragédia sul-americana.

Solano López estava com 36 anos, era atarracado e forte, um pouco obeso, porém. Assim mesmo possuía uma boa imagem, exceto quando sorria, pela sua má dentadura (Bray). Nada havia para que não pudesse pretender a Presidência da República. Era o homem mais indicado, naquele momento histórico.

No dia 16, finalmente, o Congresso reunido escolheu Solano López como sucessor de seu pai, por unanimidade. Durante os debates, apenas uma voz se fez ouvir para apresentar algumas ponderações. Foi a voz de

José Maria Varela. Disse que “o país não seria nunca um patrimônio de uma só pessoa ou de uma só família” (G. Escudero). Solano López foi eleito por um período de dez anos.

As primeiras medidas do novo presidente eleito foram mandar prender José Maria Varela, que viria a falecer na prisão, encarcerar por cinco anos Pedro Lescano, presidente da Suprema Corte, e Fidel Maiz, presbítero de grande saber, que se tornaria, no futuro, seu íntimo colaborador. De inimigo, passaria a ser conselheiro e amigo favorito. Maiz se manifestara contrário à eleição de Solano López e fora denunciado pelo bispo Palácios. Benigno López foi confinado no interior do país.

Em comemoração à eleição, foi realizado um magnífico banquete para trezentas pessoas, no Club Nacional de Assunción, na esquina das ruas Palma e Chile, onde hoje funciona o Banco de La Nación Argentina.

No imenso salão foi colocado um trono com seu correspondente dossel e degraus. O móvel trazia, em seu encosto, as armas da República.

Todas as altas autoridades civis e militares estiveram presentes, assim como as representações diplomáticas dos Estados Unidos (Charles Ames Washburn) e da França (Laurent Cochelet), e representações consulares.

Às 22h chegou ao local o novo Presidente, General Francisco Solano López, acompanhado de seu irmão, o Coronel Venâncio López, recém-nomeado Ministro da Guerra, acompanhados de seus ajudantes. A caieça que o levou foi escoltada por um esquadrão do Regimento Aça-caraya, em seu uniforme de gala, tradicional.

Solano López chegou envergando seu uniforme de gala, estilo francês, ostentando a faixa da Ordem Nacional do Mérito e um rico espadim com empunhadura de ouro.

Os convidados, os criados de libré e o cardápio compunham o refinado e alegre ambiente. A carta de vinhos, em tudo, procurava imitar a Corte francesa (Bray).

Ao término da sobremesa, o Ministro Charles Ames Washburn ergueu um brinde: “Eu brindo pela saúde do ilustre presidente do Paraguai; para que sua marcha seja tão honrosa para si mesmo e tão vantajosa para a sua pátria como o foi a de seu distinguido predecessor e pai” (Bray).

No mesmo instante em que a elite paraguaia e o corpo diplomático comemoravam a assunção de Solano López no refinado clube, o povo assuncenho festejava o regozijo nacional nos bailes populares, enfeitados pelos fogos de artifícios, danças folclóricas e folguedos típicos. Tudo acompanhado de libações alcoólicas e uma ceia.

Assumida a Presidência, Solano López nomeou seu Gabinete: Domingos Francisco Sanchez (Secretário de Governo e Vice-Presidente); José Berges (Relações Exteriores); Mariano González (Fazenda); e Coronel Venâncio López (Guerra e Marinha).

Cumprindo a etiqueta do momento, inúmeras cartas foram dirigidas aos chefes de Estado dos vários países com os quais o Paraguai mantinha relacionamento. Dentre estes, a França de Napoleão III, que prontamente contestou a correspondência com “efusivos votos de êxito ao bom amigo”.

O início do governo de Solano López foi de paz e prosperidade. Mas sempre com sua preocupação pela defesa nacional. A

tranquilidade reinante destoava do ambiente inquieto de seus vizinhos.

Considerando a preocupação quase obsessiva com a defesa nacional, Arturo Bray interroga: “O Paraguai se arma com um exército de cidadãos, mas contra quem? Acaso contra a Argentina? (...) Contra o Brasil, tão pouco...” Mas o que realmente parecia era que essa mobilização dirigia-se contra o Império brasileiro.

Solano López sentia-se estimulado a realizar uma ação contra o Brasil, inclusive por oferecimento de apoio norte-americano, conforme confirma correspondência de 2 de novembro de 1862, do Ministro Washburn ao Secretário de Estado de seu país. (Bray)

Embora os problemas lindeiros entre o Brasil e o Paraguai viessem tendo as soluções adiadas, a data limite acordada estava ainda por expirar (Protocolo de 7 de abril de 1856). Mas o estopim para a deflagração do conflito estava no Uruguai. Venâncio Flores, com beneplácito portenho e apoio brasileiro, pegou em armas contra o Presidente Berro, invadindo o Uruguai em 10 de abril de 1863.

Solano López, apesar de ter composto seu ministério com pessoas de sua confiança, governava de maneira autocrática, supercentralizada. Personalidade marcante, impunha a sua vontade, não admitindo divergências ou ponderações de qualquer tipo. Seus ministros eram apenas figurantes. O início do governo foi caracterizado pela captação da simpatia do povo paraguaio. Estimulou os agricultores e enviou estudantes para a Europa. Concedeu empréstimos e promoveu festas populares, nunca esquecendo, porém, o seu Exército.

Criou a fábrica de pólvora, os arsenais e os depósitos de suprimentos. Aumentou a produção de equipamento militar, concluiu a ligação ferroviária de Assunção a Paraguari e a linha telegráfica até Passo da Pátria.

Apesar de o Paraguai, após a morte de Gaspar de Francia, passar a ter um relacionamento maior com seus vizinhos e mesmo com alguns países europeus, pouco era sabido sobre o seu poder militar. Nunca fora colocado à prova. Mas temia-se que, aliado a um de seus vizinhos, viesse a desestabilizar o equilíbrio de poder no Prata. Seu desenvolvimento industrial também era uma incógnita.

Diante dos acontecimentos políticos no Prata, onde a instabilidade era freqüente, Solano López, em função da sua participação no campo diplomático, parece ter confundido o respeito de seus vizinhos com temor. A cordialidade de Bartolomeu Mitre, procurando aproximar-se do Paraguai, as constantes solicitações de apoio por parte do Uruguai e a moderação da diplomacia brasileira foram vistas por Solano López como medo. Superestimava o poder político e militar do seu país. Sendo assim, rompeu com o isolacionismo tradicional e passou a forçar uma posição de destaque na política do Prata.

A busca do reconhecimento da sua posição de destaque e do seu poder político passou a ser uma obsessão para Solano López. Não via o momento para demonstrar seu poder militar, que julgava ter o melhor aprestamento dentre os países platinos. Essa visão levou-o a sair de uma estratégia puramente defensiva para uma possível política militar ofensiva.

A crise uruguaia, o posicionamento argentino e brasileiro e a sua obsessão em demonstrar o seu poder militar levaram-no à precipitação de envolver-se em uma guerra onde, por certo, não possuía qualquer possibilidade de êxito. Somente Solano López não enxergava a realidade dos fatos. Não soube fazer a avaliação da capacidade de mobilização do Império.

O MILITAR

Solano López não teve nenhuma formação militar. Não frequentou curso de formação ou academia militar. Carlos Antônio López nomeou-o coronel do Exército quando assumiu a Presidência da República. Logo em seguida, foi promovido a brigadeiro (com 19 anos) e nomeado Chefe do Exército e Ministro da Guerra. Não possuía experiência de combate nem vivência castrense. Não tinha vivência do campo de batalha, como era comum nos exércitos sul-americanos da época, onde os generais, em sua maioria, não frequentavam academia militar, mas formavam-se em combate.

Nas duas oportunidades em que levou as suas tropas para além da fronteira (1846 e 1849), pouca ou nenhuma oportunidade teve de conhecer o campo de batalha.

Em 1846, valeu-lhe a alcunha de “el generalito” e palavras pouco elogiosas por parte do General José Maria Paz, comandante correntino, que declarou não ter Solano López “nenhum conhecimento militar e, o que é mais, nenhuma idéia de guerra e o modo de fazê-la”.

Na invasão de Corrientes, em 1849, não soube defender-se do ataque correntino,

tendo que suportar a debandada vergonhosa de seus comandados diante do inimigo. Foi quando aderiu ao método de liderança pelo terror. Mandou fuzilar seus oficiais.

As desconfianças entre os governos de todo o Prata foram se agravando. As suspeitas de um pacto entre o Uruguai e o Paraguai irritavam Buenos Aires. O fantasma do Vice-Reinado do Prata preocupava Solano López. O Império desentendia-se com Montevideú, tudo caminhando para um conflito.

Dentro da sua idéia de que um confronto com o Império seria inevitável mais dias menos dia, Solano López por certo possuía um plano de operações. Já vinha fazendo seu estudo de situação e estruturando suas tropas, preparando-se para a provável guerra futura.

Não se conhece a existência desse plano de operações elaborado por Solano López. Se o fez por escrito, foi extraviado.

Analisar Solano López como militar e estrategista só foi possível através do estudo das suas manobras operacionais, à luz do desenvolvimento da guerra, estudando os movimentos do seu exército ou através dos poucos documentos ou depoimentos que a História oferece.

O primeiro questionamento é ter Solano López partido para o conflito armado subestimando o inimigo e superestimando seu poder militar. Além de tudo “pode-se dizer que, antes do conflito, os paraguaios ignoravam completamente a ciência da guerra”. Também não soube avaliar seus possíveis aliados (G. Thompson).

Os estudiosos procuram justificar a invasão de Mato Grosso como uma opera-

ção com o objetivo de conquistar territórios julgados, por Solano López, como paraguaios, apreender material bélico e estimular as tropas com um golpe no poder militar brasileiro. Na realidade, parece ter apenas procurado apreender material bélico e proteger sua retaguarda de um possível ataque das tropas imperiais. Foi uma operação de pouca importância militar.

O poder militar do Império na região era insignificante; suas fortalezas, arcaicas e mal-armadas. Os efetivos eram reduzidos, assim como o armamento disponível. A hipótese de uma ação militar brasileira partindo de Mato Grosso em direção ao sul era remota. A única justificativa para essa ofensiva paraguaia foi a de dominar a navegação no Rio Paraguai. No mais, perderam um tempo precioso para desencadear a sua ofensiva no Sul, onde estava o grosso das forças inimigas e o seu objetivo principal, Montevideu, que ainda se achava sob o assédio das tropas brasileiras e urgia marchar em seu socorro.

O plano de operações para a realização da ofensiva no teatro de operações sul previa a invasão de Corrientes por uma força militar de 25 mil homens, sob o comando do General Wenceslau Robles. Este seguiria com uma coluna margeando o Paraná, em direção a Buenos Aires. Outra coluna, sob o comando do Tenente-Coronel Antônio de la Cruz Estigarribia, com 15 mil homens, cruzaria o Rio Paraná por Encarnación, invadindo a província de Misiones, até chegar ao Rio Uruguai. Daí seguiria acompanhando o rio até São Tomé, onde atravessaria o curso d'água, seguindo para o sul em direção a Uruguiana, pela mar-

gem esquerda do Uruguai. Uma pequena coluna, sob o comando do Major Duarte, seguiria pela margem direita.

A tropa marcharia com a possível rapidez, com as colunas distantes entre si 250km, sem objetivos intermediários e sem preocupação com os flancos.

Estima-se que deveria ter havido uma junção dessas colunas, possivelmente na foz do Rio Uruguai, de onde deveriam seguir para Montevideu ou Buenos Aires.

Ao ser desencadeada a ofensiva, Solano López não seguiu, com suas tropas, permanecendo em Assunção (500km ao norte). As colunas, tão distantes umas das outras, não tiveram unidade de comando, ligação nem coordenação e o Comando Supremo permaneceu em território nacional. O General Robles invadiu Corrientes em 14 de abril de 1865.

Von Versen criticou López por haver perdido preciosa oportunidade na invasão de Mato Grosso (3 meses), “sem verdadeiro objetivo militar de importância”.

“(…) Os desacertos foram tanto de López como de seus subordinados, incapazes uns, desobedientes outros, ineptos todos” (A.Gray).

Estigarribia desobedeceu ordens, pois não conservou seus objetivos combatendo pela ocupação de Uruguiana, e deixou de socorrer o Major Duarte. Pelo que se deduz, foi mais incompetência do que desobediência.

Robles, um ambicioso, deteve suas tropas em Goya e entrou em conluio com o Coronel Fernando Iturburn, Chefe da Legião Paraguaia. Pagou com a vida pela traição. O General Resquin, em depoimento posterior à guerra, afirmou não acreditar nessa traição.

Solano López pecou na elaboração da operação, não soube escolher seus comandantes, não demonstrou ação de comando e nem poderia tê-la. Sua permanência em Assunção foi injustificável. Perdeu o contato com suas forças combatentes. Não se fez presente no campo de batalha. Essa ausência, essa omissão repetir-se-ia outras vezes no decorrer da guerra. Repetiu-se em Tuiuti, repetiu-se em Curupaiti e Humaitá. Solano López só deixou Assunção em 8 de junho de 1865, quando seguiu para o seu quartel-general em Passo da Pátria, transferindo-se para Humaitá e depois para Paso Pucú.

Após retrair para o território, as tropas foram sendo posicionadas por Solano López em Passo da Pátria e Itapiru, preparando-se para defender o corte do Rio Paraná.

Na manhã de 17 de abril de 1866, as tropas aliadas transpuseram o Paraná com 9.500 homens, sob o comando do General Manoel Luiz Osório.

Solano López sonhava com um plano defensivo, baseado não só nas fortificações de Curuzu, Curupaiti e Humaitá, mas também nas características do terreno. Com a defesa escalonada poderia lograr vitórias, deter o inimigo e desgastá-lo durante um longo período, para chegar a uma paz negociada com sucesso e com pouco sangue. Não imaginava que os aliados, em particular o Brasil, estavam decididos a levar a guerra até “a sua liquidação integral e implacável”, de conformidade com o Tratado da Tríplice Aliança. Segundo Arturo Bray, tinham como “real objetivo (...) reduzir o Paraguai a uma potência de terceira ordem.”

Solano López contava com cerca de quarenta mil homens para colocar em exe-

cução seu plano defensivo, cujo núcleo principal estava baseado nas fortalezas de Curuzu, Curupaiti e Humaitá, a Sebastopol sul-americana.

Analisando as operações de reconhecimento realizadas pela esquadra brasileira, Solano López era de opinião que o desembarque aliado seria realizado na região de Itati. Por isso, instalou o seu posto de comando em Passo da Pátria. Com o desembarque aliado, após os primeiros combates em Itapiru, as tropas paraguaias retraíram para Passo da Pátria e Solano López levou o seu posto de comando para Paso Roja, um pouco ao norte de Estero Bellaco.

Em 24 de abril, Passo da Pátria foi conquistado pelas forças aliadas. Os combates continuaram até que o Coronel Diaz fosse derrotado em Estero Bellaco, forçando López a retrair para Paso Pucú, ao norte de Tuiuti, próximo de Humaitá. Os aliados avançaram para o norte de Passo da Pátria procurando um espaço mais amplo: Tuiuti. Procuraram, assim, estabelecer uma cabeça de ponte que permitisse instalar uma ampla base de apoio ao combate, visando a Humaitá. Era 21 de maio e, pela primeira vez, os dois exércitos estavam realmente frente a frente.

Em Paso Pucú, López aguardou o ataque aliado, sem perceber que a iniciativa deveria ser sua. A lentidão das tropas aliadas e a inatividade da esquadra brasileira levaram-no a decidir por um ataque à posição inimiga, desdobrada em Tuiuti. Ali estavam 39 mil soldados aliados. López contava com apenas 25 mil homens. Iria passar da defensiva estratégica para a tática ofensiva. Não levou em conta a sua inferioridade em efetivos.

Ao atacar Tuiuti, Solano López procurou a batalha decisiva para destruir as forças aliadas. Seus quatro ataques simultâneos, ao centro e nos flancos, fracassaram. “(...) se aferrou Barrios ao cumprimento, letra por letra, da ordem recebida e, ao fazê-lo, ocasionou o fracasso” (Bray).

A concepção da manobra previa um ataque organizado em quatro colunas. O General Barrios atacaria, com 9 mil homens, o flanco esquerdo aliado, guarnecido por brasileiros sob o comando de Sampaio. Ao mesmo tempo, o Coronel Diaz, com 5 mil soldados, investiria entre o flanco esquerdo e o centro, também guarnecido por Sampaio. Enquanto isso, o Major Marcó deveria atacar o centro da posição aliada com os seus 4.500 infantes e cavalarianos, onde se encontravam Venâncio Flores e os artilheiros de Mallet. Por fim, o General Resquin atacaria, com os seus 6 mil homens, o flanco direito, onde estavam as tropas argentinas de Cáceres e Hornos. O ataque estava previsto para o alvorecer do dia 24 de maio, procurando antecipar-se à iniciativa aliada. Mas isso só foi acontecer por volta das 11h.

Além de Solano López não ter avaliado a sua inferioridade em efetivos, o reconhecimento feito pelos paraguaios foi precário, não detectando a organização do terreno na posição defensiva, particularmente a realizada pelos artilheiros de Mallet. Mais uma vez fez-se sentir a ausência do comandante-em-chefe na linha de frente. Solano López não arredara o pé de Paso Pucú.

A surpresa da operação foi prejudicada pelo atraso do General Bugres em disparar o foguete que assinalaria o desembocar do ataque. Justificou o atraso pela dificuldade

que tivera em se deslocar num terreno de vegetação densa e nas áreas alagadas que fora obrigado a vencer. O deslocamento mais difícil foi o das tropas do General Barrios.

As atuações de Sampaio, Mallet, Paunero e Flores e os contra-ataques dos generais Vitorino e Osório levaram as tropas aliadas à vitória.

O ataque paraguaio a Tuiuti descambou em combates isolados, sem coordenação, sem unidade de comando, apesar do valor de alguns comandantes de tropa.

Segundo a avaliação de Arturo Bray, o General Resquin não era mais do que um “mediocre comandante de tropa”. Para Garmendia, “Resquin sacrificou uma enorme massa de excelente cavalaria, sem tentar sequer a operação acertada. A formosa falange paraguaia foi batida em detalhe e feita em pedaços antes do tempo; sucumbiu bravamente, mas não com perícia”. As falhas no estudo de situação; a falta de coordenação e de unidade de comando; a ausência do comandante-em-chefe na linha de frente; a manobra defensiva em profundidade realizada por Osório e seu oportuno e decisivo contra-ataque levaram à vitória as forças aliadas, no maior conflito latino-americano.

“Solano López é o único que deve carregar a responsabilidade do descalabro de Tuiuti. Não foi de Barrios a culpa de haver omitido o reconhecimento prévio” (Bray).

Falhou o Napoleão do Prata. Falhou, talvez, por julgar-se um gênio militar, não ouvindo a opinião de ninguém e depreciando o valor dos soldados inimigos. Um sério erro de avaliação.

Seguiram-se os combates pela conquista do objetivo principal – Humaitá – que

abriria o caminho para Assunção. Em 3 de setembro de 1866, 3.391 homens, sob o comando do Barão de Porto Alegre, desembarcam em frente a Curuzu, defendida pelo Coronel Gimenez que, não tendo como se manter na posição diante do ataque aliado, ordenou a retirada, abandonando os seus canhões e as suas bandeiras.

Em 11 de setembro, no início da manhã, o Capitão Francisco Martinez apresentou-se sob bandeira branca, frente às linhas avançadas aliadas. Era portador de uma carta de Solano López propondo “uma entrevista pessoal” a ser realizada em Itaiti-Corá, no dia seguinte. A reunião aconteceu sem a presença brasileira, pois o General Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão recusou-se a comparecer. Venâncio Flores compareceu, mas não participou da entrevista, pois se retirou logo no início do encontro, após discutir com Solano López, que o acusou de ser o culpado pelos acontecimentos.

Solano López propôs a Bartolomeu Mitre um tratado de paz, com ele saindo do território paraguaio por dois anos (Bray). Para os aliados só havia uma exigência: a rendição incondicional. Nada de concreto ficou resolvido na entrevista. “Solano López segue sendo, em Itaiti-Corá, o político ingênuo de São José das Flores.” Não conseguiu perceber que Mitre estava preso ao Tratado da Tríplice Aliança. Mas, em realidade, quem no lugar de Solano López, naquele momento, aceitaria as exigências aliadas? (Bray).

Solano López era orgulhoso, ingênuo politicamente, falava com arrogância e veemência, mas tinha um comportamento cas-

trense, procurando resolver os problemas de forma direta e franca, muitas vezes extrapolando com certa violência. No fundo um sonhador, patriota a seu modo, mas sem limites no tratar com supostas (ou não) conspirações. Não tinha condições, pelo seu temperamento, de deixar o poder e o país em condições desonrosas. Jamais aceitaria ser apeado do poder. No que não deixou de estar certo.

Em prosseguimento à batalha pela conquista de Humaitá, os aliados partiram para a conquista de Curupaiti, posição fortemente organizada pelo General José Diaz, com assessoria do Coronel Wisner de Morgerston, engenheiro austríaco.

Na manhã de 22 de setembro, desembocou o ataque aliado, com 9 mil brasileiros do Barão de Porto Alegre. Foi desencadeado um ataque frontal à fortificação, sem prévio reconhecimento. Pagou-se caro por essa imprudência, negligência e omissão. José Diaz foi o grande herói paraguaio em Curupaiti. Onde estava o Napoleão do Prata? Em Paso Pucú. Mais uma vez ausente, o que não era normal em Bonaparte.

A luta por Curupaiti continuou através de constantes bombardeios executados, principalmente, pela esquadra brasileira.

Após dez meses do desastre de Curupaiti, os aliados iniciaram, em 22 de julho de 1867, uma já esperada marcha pelo flanco direito, sob o comando do General João Luiz Mena Barreto. Por ordem de Bartolomeu Mitre, em 15 de agosto, a esquadra brasileira, sob o comando de Inhaúma, forçou a passagem de Curupaiti. Após ultrapassar a fortaleza e fundear ao sul de Humaitá, retornou para Curuzu. Nova ordem

fez a esquadra passar Curupaiti e, em 16 de agosto, estacionar em Arroio Oro, próximo de Humaitá. Somente em 19 de fevereiro de 1868 é que a esquadra, finalmente, ultrapassou Humaitá, deixando-a bloqueada. Mesmo assim, silenciosamente, as tropas paraguaias retraíram de Curupaiti para Humaitá, onde Solano López chegou em 2 de março.

Sentindo-se ameaçado, sem a mínima consideração com os seus subordinados, Solano López abandonou Humaitá, com o grosso de suas tropas, em 21 de março. Nem ao menos esperou pela senhora Lynch e seu filho. Atravessou o rio em direção ao Timbó e, depois de nova travessia, seguiu para San Fernando, mais ao norte. Antes de sair de Humaitá, mandou que fossem mortos dois mil prisioneiros. “Ordenou que fossem todos esfaqueados...” (F. Masterman) Mais uma vez, o comandante-em-chefe abandonava a linha de frente ao se ver ameaçado, diante do iminente assalto inimigo. Deixou com o Coronel Alem e com o Tenente-Coronel Martinez toda a responsabilidade pela defesa de Humaitá, que mais tarde veio a ser cobrada. Alem, ao chegar em San Fernando ferido, foi tratado como se fora um criminoso, por ter abandonado a fortaleza.

A mãe e a esposa do Tenente-Coronel Martinez foram barbaramente torturadas e fuziladas, por ter aquele oficial se rendido aos aliados. Começava a surgir o Átila?

Ao chegar em San Fernando, em 9 de julho, após ter abandonado Humaitá, Solano López não tinha mais esperanças de vitória. Tinha consciência de que os aliados buscariam o seu aniquilamento. Assim, dispôs-se a resistir e lutar até o fim. Não iria capitular jamais.

Foi nessa fase da chegada em San Fernando que Solano López começou a escrever as mais negras páginas da sua história e o período mais trágico da guerra. Chegaram às suas mãos “papéis procedentes de Assunção, que foram interceptados e estavam destinados ao quartel-general de Caxias, continham dados e planos sobre as posições paraguaias e pareciam haver emanado do próprio irmão Benigno”. Tudo indicava uma grande conspiração, implicando o Ministro Washburn, da legação norte-americana. Dentre os objetivos da conspiração estava o seu assassinato (Efrain Cardoso). Diante dos fatos que indicavam o envolvimento dos seus irmãos Benigno e Venâncio e de suas irmãs Inocência e Rafaela, assim como de auxiliares bem próximos de si, em uma explosão de raiva, fez surgir “os mais baixos instintos e se entregou, desde então, aos maiores excessos” (Efrain Cardoso). Reuniu-se com o General Resquin e o Bispo Palácios procurando uma solução para pôr fim à conspiração. Resquin sugeriu “tratar os traidores contumazes” querendo dizer tortura, enquanto Palácios propôs “passar pelas armas todos os culpados”. López houve por bem seguir as sugestões de Resquin, pois tinha “interesse em também saber o que eles [os traidores] sabiam” (Masterman). San Fernando transformou-se em um grande matadouro, ao estilo da Inquisição. Diante dos tribunais especiais estabelecidos, acusados confessavam os planos da conspiração. As suas “declarações foram arrancadas com procedimentos da mais refinada crueldade” (Masterman).

De 19 de junho até 14 de dezembro de 1868, foram fuziladas 368 pessoas (Efrain

Cardoso), entre elas: Benigno López, Saturnino de Bendoya, José Berges, Manuel Antônio Palácios, Antônio Carreras, Francisco Rodrigues Latena e os generais Vicente Barrios e José Maria Bugres, todos da alta esfera do Governo paraguaio (Efrain Cardoso).

Em relato do General Resquin, prestado em 20 de maio de 1870, no quartel-general em Humaitá, foram acusadas de conspiração e executadas cerca de duas mil pessoas. Afirmou ainda que, a partir desse momento, as execuções não tiveram mais fim.

Frederic Masterman, em seu livro *Siete Años de Aventuras em el Paraguay*, apresenta os *Diários de Resquin (31 de maio de 1868)*, onde estão relacionadas, nominalmente, as vítimas de San Fernando em um período de seis meses: paraguaios e estrangeiros fuzilados sob acusação de espionagem, traição ou deserção. Foram elencadas 605 execuções e registrados 60 mortos durante o traslado de San Fernando para Curubariti. O *Quadro de Registro de Ordens* encontrado no acampamento de Curubariti registra 834 prisioneiros, dos quais 167 faleceram e 432 foram “passados pelas armas”. Dentre os fuzilados estavam 289 paraguaios, 50 brasileiros, 48 argentinos, além de outros de diversas nacionalidades.

Venâncio López e suas irmãs, Inocência e Rafaela, acabaram sendo indultados da pena de fuzilamento. Mas Angel Benigno López não teve a mesma sorte. Após ter sido violentamente castigado pelo açoite, foi levado diante do pelotão de fuzilamento e executado.

Paralelamente a esse massacre, as atrocidades ocorriam rotineiramente nas prisões de Solano López. F. Masterman, durante sua prisão, pode observar de perto, atra-

vés das grades, as atrocidades cometidas pelos carrascos de López. Relatou-as em seu livro, com detalhes.

Esboçava-se o “Áttila do Prata”?

Em 26 de agosto de 1868, López deixou San Fernando e instalou-se em Itá Ivaté.

Após o combate de Piquissiri e a manobra de Caxias através do Chaco, desembarcando em San Antônio com 21.000 homens, deu-se início à Dezembrada (Itororó, Avaí, Lomas Valentinas). Aí López esperou o inimigo com os seus sete mil homens restantes. Desdobrou a sua tropa defensivamente em uma posição pouco organizada. Estava decidido a resistir, apesar de estar mal-armado e sitiado. O combate foi iniciado em 21 de dezembro com as tropas paraguaias sob o comando direto de López que, sentindo-se perdido, fez o seu testamento favorecendo em tudo à Elisa Lynch.

Comandando pessoalmente a defesa de Lomas Valentinas (Itá Ivaté), López levou seus soldados a uma resistência terrível. Não tinha mais esperanças, mas, apesar disso, rechaçou a intimação para que se rendesse (24 de dezembro).

Em 25 de dezembro, a artilharia brasileira bombardeou a posição paraguaia com 46 canhões – um dos maiores bombardeios até então realizados. Seguiu-se o lançamento de inúmeros foguetes. Mesmo assim, os paraguaios frustraram o ataque brasileiro. À noite, a cavalaria brasileira, após duro combate com o regimento de dragões, conseguiu cercar e destroçar essa tropa de elite.

Depois de um duro bombardeio, as tropas aliadas, em 27 de dezembro, marcharam para dentro da posição paraguaia, que foi sendo aniquilada. López partiu às pres-

sas, apenas com dois companheiros, ao ver as tropas inimigas penetrando em suas linhas. Fugiu “deixando entregue à própria sorte Elisa Lynch, que saiu por entre as balas à procura dele”. Toda a sua bagagem, vestimentas e “algumas de suas escravas” (G. Thompson) foram apreendidas.

Até então, Solano López nunca estivera diretamente sob o fogo. Sempre estivera fora do alcance das armas inimigas. “Mas a sua fuga, no entanto, quase sem sentir o cheiro de pólvora, fez com que seus homens, tão acostumados a julgar perfeitamente certo tudo o que ele fazia, se sentissem enojados com ele. Entre os prisioneiros paraguaios, ouvi muitos comentar a covardia de López” (G. Thompson).

Até hoje está mal explicada a fuga de Solano López do sítio de Lomas Valentinas. Os brasileiros deixaram uma brecha na linha de cerco e por aí López fugiu dirigindo-se para Cerro León, onde esperava reorganizar-se. Em Lomas Valentinas, Solano López portara-se como um general, apesar da sua fuga deixando para trás sua tropa à mercê do inimigo. Compreende-se.

Após a fuga de Lomas Valentinas, fez um emocionado apelo à população, procurando mobilizar um novo exército para o prosseguimento das operações. Aos poucos, conseguiu reunir cerca de 12 mil homens em Azurra, seu novo acampamento. Feridos e mutilados de combates anteriores foram chegando. Alguns prisioneiros fugidos das prisões aliadas, alguns vindos até mesmo do Rio de Janeiro e de Buenos Aires iam surgindo aos poucos, estes últimos correndo sério risco de fuzi-

lamento. Mulheres e crianças também chegavam.

Peribeubú passou a ser a nova capital da República, mas foi logo isolada pelas tropas aliadas. López passou a ter o seu quartel-general em Azurra.

A partir de Cerro Leon até Cerro Corá, foram 13 meses e 140 léguas de marcha para uma tropa desgastada procurando livrar-se da ação dos soldados brasileiros, agora sob o comando do Conde D’Eu. Em 12 de agosto de 1869, travou-se o violento combate de Peribeubú, com a vitória brasileira. Após o término do combate, os brasileiros degolaram o Coronel Caballero, comandante da praça, por ordem direta do Conde D’Eu. Logo depois houve o combate de Acostañu, outra vitória brasileira.

Solano López seguia o seu destino. Ao chegar em San Estanislao, descobriu uma nova conspiração, onde estavam envolvidos Venâncio, Inocência e Rafaela López, o Coronel Hilário Marcó e vários outros oficiais, além da sua própria mãe, Juana Carrillo. Marcó foi morto lacerado pelo açoite e devorado pelas moscas. Fidel Maiz, Justo Román, Isidoro Resquin, Manuel Palácios e Silvestre Aveiros foram os escolhidos para julgar os destinos dos acusados (Arturo Bray).

O Coronel Mongelós, comandante da guarda pessoal de Solano López, foi fuzilado por não haver percebido a conspiração. Não houve culpa formada para esse oficial. Com ele foram mortos também o Major Rivero e mais 16 oficiais e 86 soldados.

Em Capivari foi executado o Alferes Aquino e 69 soldados, além de D. Pan-

cha Garmendia, esta lanceada. A partir daí, as execuções passaram a ser feitas pela lança, para economia de munição. Como os soldados responsáveis pelas execuções encontravam-se debilitados, eram obrigados a dar quatro a cinco lanças para conseguir a morte do condenado (Arturo Bray).

Venâncio López foi açoitado diariamente durante toda a marcha. Tinha o corpo todo coberto de feridas infectadas, sendo conduzido amarrado com uma corda que ataram pela cintura e pela qual o arrastavam. Não se justifica tamanha crueldade com um ser humano, mesmo prisioneiro. Teria sido melhor que tivesse sido fuzilado e não indultado, em San Fernando. Por fim, em Chirigüelo, Venâncio expirou implorando um pouco de água, não tendo mais condições de andar.

D. Juana Carrillo foi julgada e condenada, após interrogatório feito pelo padre Fidel Maiz. Segundo Manuel Palácios, esta senhora chegou a “ser castigada com a espada, pelo Coronel Aveiro”. Foi mantida presa em um carro. Uma jaula com rodas.

Resquin, Aveiros, Palácios e Goiburu, sicários de López, ao caírem prisioneiros dos brasileiros não tiveram a honradez e a ombridade de assumir as barbaridades e atrocidades cometidas. Jogaram toda responsabilidade sobre os ombros de Solano López. Aveiros chegou a pedir clemência ao Conde D’Eu.

Não se pode afirmar que Solano López estivesse ignorando tudo o que ocor-

ria. Mas também não se pode afirmar que foi o único culpado. “Por essa época Solano López, um homem cujo espírito entrou em um permanente desequilíbrio, saindo da órbita de toda serenidade”. Esta parece ser a interpretação mais justa (Arturo Bray).

A partir de San Fernando, quando tomou conhecimento da conspiração envolvendo os seus familiares e inúmeros companheiros que privavam do seu relacionamento, foi mudando o seu comportamento. Com amargura pela traição daqueles que lhe eram caros, foi se tornando cada vez mais violento. Já não devia estar em toda a sua razão. Passou a tomar as suas decisões de modo duro e frio.

Na manhã calorosa de 1º de março de 1870, Solano López faleceu após um lanço do Cabo Francisco Lacerda, o Chico Diabo, que lhe atingiu o abdome, enquanto um soldado desferia-lhe um golpe de sabre na frente. Ao tentarem desarmá-lo, ainda tentou reagir, quando um tiro partido não se sabe de onde prostrou-o por terra.

“O Paraguai é por fim livre”, diz Arturo Bray em seu livro.

Após estudar a vida de Solano López, procurando analisar a sua personalidade e as suas qualidades como homem, como militar e como chefe da Nação paraguaia, podemos ter a certeza de que não foi um Napoleão, tampouco um Átila. Foi, em realidade, apenas Francisco Solano López.



BIBLIOGRAFIA

- BRAY, Arturo. *Solano López – soldado de la gloria y del infortunio*. 3. ed. Assunção: Carlos Schanman Ed., 1984.
- BARROSO, G. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- CARDOSO, Efraim. *Hacen Cien Anos*. Assunção: Ed. EMASA, 1971.
- . *El Paraguay Independiente*. Assunção: Ed. El Lector, 1996.
- CANARD, Benjamin e col. *Cartas sobre la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Ed. da Academia Nacional de la Historia, 1999.
- CENTURION, J. C., Tenente-Coronel. *Memórias o Reminiscencias Historicas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção: Ed Guairania, 1948.
- CUARTEROLO, M. A. *Soldados de la Memoria*. 1. ed. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2000.
- CUNHA, M. A. *A Chama da Nacionalidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- DORATIOTO, Francisco M. *O Conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- . *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- ESCUADERO, A. G. *Francisco Solano López - el Napoleón de Paraguay*. Madri: Biblioteca Iberoamericana.
- FIGUEIREDO, L. *Grandes Soldados do Brasil*. 58. ed. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1950.
- GODOI, J.S. *El Fusilamiento del Obispo Palácios y los Tribunales de Sangre de San Fernando – Documentos Históricos*. Assunção: Ed. El Lector, 1996.
- LORETO, A. *Os Antecedentes da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1953.
- MAGNATERRA, O. J. *La Guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Ed. Dunken, 2002.
- MASTERMAN, J. F. *Siete Anos de Aventuras en el Paraguay*. Buenos Aires: Juan Palumbo Ed., 1911.
- MOURA, A. H. S., Major. *Guerra da Tríplice Aliança e suas contribuições para a Evolução do Exército Brasileiro – Monografia da ECEME*. Rio de Janeiro, 1996.
- MOURA, A. P., General. *Tuiuti – Palestra no IGHMB*, 2002.
- RESQUIN, F. L. *La Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Assunção: Ed. El Lector, 1996.
- RUBIANI, J. *La Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: ABC Color, 2001.
- SENA MADUREIRA, A. *Guerra do Paraguai*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- THOMPSON, G. *Guerra del Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.
- VON VERSEN, M. *História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.



A Disciplina e a Hierarquia

Curiosidades Históricas

Manoel Soriano Neto *

Resumo: Palestra proferida pelo autor em 9 de outubro de 2001, no auditório do IGHMB, apresenta curiosidades históricas sobre a disciplina, em Esparta, e hierarquia, na Antiguidade clássica, aprecia suas práticas em nossos dias, sem descuidar de exaltar a sua essencialidade na vida militar.

Palavras-chave: Disciplina. Hierarquia.

É consabido, desde sempre, o fato de que todas as civilizações preservaram dois tipos de instituição: as religiosas e as militares. Estas, ao longo da História, subsistiram com base nos princípios da disciplina, da hierarquia, da autoridade e da ordem e na existência de um cerimonial próprio, como nos ensina o *Institute for Strategic Studies*, o ISS, de Londres. Tal Instituto se volta, basicamente, para o estudo da Polemologia. Trata-se de uma ciência sistematizada, em 1945, pelo francês Gaston Bouthoul, a qual ainda se encontra em estruturação, e tem por objetivo a aplicação da Sociologia ao fenômeno das guerras e à História Militar.

Segundo ela, as Forças Armadas, em face das instituições civis, seriam “cesaris-

tas”, “militaristas”, “pretorianas”, “assistencialistas ou psicossociais”, “profissionalistas” ou a combinação de algumas dessas posturas, considerando-se o grau de desenvolvimento do país abordado, a quadra nacional por ele vivida e um largo período de tempo abrangido, já existindo ampla literatura e análises meticolosas de historiadores e pensadores militares brasileiros, referentes a esse instigante assunto. E mais: os militares, em todo o mundo, constituiriam um grupo patriota/nacionalista, muito orgulhoso de seus valores, autoritário, conservador e disciplinado.

A DISCIPLINA

O § 2º do art. 14 do Estatuto dos Militares assim conceitua “disciplina”: “É a rigorosa observância e o acatamento integral

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.

das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.”

José Wash Rodrigues, em seu *Dicionário Histórico-Militar*, nos ensina: “A Instituição do Exército Permanente é mantida pela disciplina, que nos vem desde a antiguidade grega e romana, como a ‘lei do soldado’, consistindo na obediência que o inferior deve prestar ao superior, ou na integral observância dos regulamentos militares.”

A disciplina militar, apesar de superlativamente coercitiva, deve ser consciente e muito bem compreendida, havendo quem julgue desnecessária, por redundante, a adjetivação “consciente”, posto que toda disciplina já o deveria ser. E ela é “prestante”, não se aprendendo na fantasia, “senão vendo, tratando e pelejando”, segundo dizia Luiz de Camões, na estrofe 153 do Canto X de *Os Lusíadas*, ao lembrar dos gloriosos heróis marciais, “em quem poder não teve a morte...”

Nenhum dos povos praticou a disciplina militar como os espartanos, cujos soldados aprendiam, desde tenra idade, a superar a dor, a comiseração do próprio eu, o medo e o sentimento da morte. Eles foram protagonistas do grandioso momento histórico da humanidade: o memorável episódio do Desfiladeiro das Termópilas, ocasião em que morreram o Rei Leônidas e todos os seus trezentos melhores guerreiros, na defesa de Esparta e do restante da Península Helênica, quando da invasão persa.

Os espartanos, por meio de ferrenha disciplina, a célebre “disciplina espartana”, embasada em rígida legislação e inspirada nas divindades gregas, dedicavam-se integralmente a um Estado militarizado.

Esparta ou Lacedemônia, situada na Península do Peloponeso, era a capital da Lacônia; daí a origem do termo “lacônico” – breve, conciso, estilo espartano, sem o desperdício. Esparta criou e desenvolveu, durante aproximadamente três séculos, um sistema de organização militar ímpar.

O Estado treinava militarmente toda a população, desde os 7 até os 60 anos de idade. As crianças, dos 7 aos 13 anos, aprendiam técnicas para a suplantação da dor e do medo. Para isso, também eram flageladas, inclusive por outras crianças, com violentas surras, sendo comuns os desmaios, os ossos quebrados e os prolongados sangramentos do corpo, que deixavam permanentes cicatrizes. Aos 13 anos, os adolescentes (*efebos*) já participavam dos intensos e exigentes treinamentos, após terem se submetido a testes cruéis que lhes avaliavam a coragem e a resistência à dor. Eles formavam as *agoges* – conjuntos de pelotões auxiliares – até que completassem 20 anos, quando, efetivamente, se incorporavam às falanges. Dos 20 aos 30 anos, eram obrigados a dormir nos acampamentos (sempre ao relento, com apenas uma coberta de couro), já “senhores da dor, do medo e da morte”, podendo casar aos 20 anos. Aos 30, o espartano era considerado cidadão da Cidade-Estado, mas continuava obrigado, até os 60 anos, a tomar a frugal refeição que lhe era servida à noite, nos acampamentos de suas *moras* (fração de

tropa com cerca de 1.200 homens). Acrescenta-se que às mulheres também era ministrada instrução militar, muito semelhante à dos homens, sendo permitido que dormissem com os seus maridos (de 20 a 30 anos), sem qualquer regalia, nos acampamentos, passando frio, fome e sede, quando dos exercícios programados.

Tais exercícios objetivavam complementar e testar o adestramento – que era diário – com a ginástica, a lança, a espada, o arco, o escudo etc., além das longas corridas em terreno acidentado, das lutas, dos jogos e das competições, quando eram selecionados os atletas para as Olimpíadas, sem que se descurasse da “mortificação corporal”, chamada de *arosis*, para o fortalecimento da vontade contra a dor e o medo, com prioridade para o doloroso açoite, por parte dos próprios companheiros, que utilizavam, para tal, varas e chicotes de couro cru. Esses exercícios tinham a duração de oito dias e eram realizados várias vezes durante o ano. Era a preparação máxima para as batalhas, sempre vencidas pelos espartanos, ao longo do tempo de seu fastígio militar.

Os exercícios de guerra praticados pelos espartanos tinham a duração de oito jornadas e eram chamados de *oktonyktia*.

As *moras* deslocavam-se por elevadas montanhas, atravessavam rios e florestas, em uma longa marcha noturna durante quatro noites, dormindo, de dia, por quartos de prontidão e sem cobertores, até chegarem, já exaustas, aos campos de treinamento. Nos três dias seguintes, adestravam-se diuturnamente, sob as mais rudes condições, cabendo aos “veteranos” (os partícipes de

mais de quarenta batalhas) a simulação de ataques quando e onde menos se esperava; aqueles que abandonavam qualquer peça do equipamento eram impiedosamente açoitados por seus pares. A alimentação individual diária consistia em dois pedaços de pão duro, duas porções de figos secos, além de duas doses de vinho e água nos seis primeiros dias; nos dois últimos, somente um pedaço de pão e nenhum líquido, nem mesmo água; apesar disso, as baixas, principalmente por desidratação, eram insignificantes, posto que o organismo daqueles “super-homens” já estava habituado a tais rigores, após anos de penosas experiências vividas.

A dureza dos exercícios, dos quais, re-frise-se, participavam como auxiliares os adolescentes, era amenizada, ao final do mesmo, com uma grande confraternização entre o rei e seus soldados. Aí, então, todos entoavam hinos marciais e religiosos e era farta a distribuição de água, vinho, queijo e frutas.

Heródoto, “o Pai da História”, narrou as épicas batalhas travadas pelos espartanos, cujo epílogo era sempre o mesmo. Eles, impassíveis, “sem a contração de um músculo sequer, resultado de contínua preparação e inúmeros combates”, esperavam, em linha, com armadura leve, elmo, lanças (de dois metros) em riste, escudos no braço esquerdo e pequena espada à cinta, o ataque do inimigo. Os escudos, feitos de carvalho e bronze, além de protegerem o combatente, também eram excelentes armas de choque e dissuasão: primorosamente polidos, cintilavam ao sol como espelhos, infundindo, à distância, terror ao inimigo. As

trombetas soavam, quando este se encontrava a trezentos metros, ocasião em que, num movimento uniforme, as lanças eram elevadas e abaixadas bruscamente para a horizontal, provocando um aterrorizante assobio pelo deslocamento de ar, o que quebrava a impulsão do ataque inimigo; ao segundo toque, as *moras* iniciavam, em unísono, um ensurdecido cântico aos deuses e rompiam a marcha, seguindo em frente, num passo firme e cadenciado, aumentando, progressivamente, a velocidade, “não havendo poder que resistisse ao choque dos escudos e lanças”; a um terceiro toque, os mais velozes corredores atacavam, em acelerado, pelos flancos, degolando a tropa inimiga, já tomada pelo pânico e em desabalada fuga, de forma indiscriminada. Em 480 a.C., o Rei da Pérsia, Xerxes, montou uma poderosa expedição, orçada, segundo Heródoto, em 500 mil homens, para a conquista da Hélade.

Ao norte da Lacedemônia e de toda a Grécia antiga, onde as elevações rochosas eram por demais estreitas, estendia-se, entre rios de água quente, o Desfiladeiro das Termópilas, local obrigatório de passagem das tropas invasoras. Para aquele ponto estratégico se deslocaram o rei dos espartanos, Leônidas, e os seus aliados gregos, num total de cinco mil homens, com a missão de barrar o avanço persa. Xerxes intimou Leônidas à rendição e à entrega de suas armas, tendo ele respondido: “Venham pegá-las.” Já antes, o espartano Dienekes respondera a um inimigo quando ele lhe dissera serem os arqueiros persas tão numerosos que as suas flechas bloqueariam o sol, o seguinte: “Me-

lhor. Combateremos à sombra.” A Aliança Grega havia resistido aos ataques nos dois primeiros dias, quando um traidor informou a Xerxes da existência de uma passagem à retaguarda, o que deixaria Leônidas isolado na estreita garganta das montanhas. O rei dispersou, então, as tropas, que seguiram para a defesa do restante da Grécia, e decidiu continuar a resistência com apenas 300 “pares” – os seus melhores veteranos. A resistência durante sete dias deu tempo suficiente para os gregos se organizarem e derrotarem os persas no mar e em terra (batalhas de Salamina e Platéia, respectivamente) preservando, assim, a democracia grega e a futura civilização grecoromana, da qual somos legatários. Todos os espartanos foram ali sacrificados, sendo Leônidas, depois de morto, decapitado. Existem, hoje, na região das Termópilas, dois monumentos: no moderno, está gravada a resposta de Leônidas a Xerxes: “Venham pegá-las”. No mais antigo, lêem-se os lacônicos versos do poeta Simônides: “Digam aos espartanos, estranhos que passam, que aqui, obedientes às suas leis, jazemos”.

Eis, em imperfeita e incompleta síntese, o que foram a histórica saga e a disciplina dos lacedemônios.

Povos houve que também praticaram férrea disciplina militar, entre eles os romanos com as suas legiões, os samurais japoneses (*bushi*), Gêngis Cã e os seus cavaleiros mongóis, os turcos, com os janízaros, os Cavaleiros das Cruzadas, Frederico II, com as tropas prussianas e tantos outros.

Entretanto, na arte da guerra, ninguém superou a fantástica disciplina espartana,

cantada em prosa e verso, cuja fama se perde distante. Eles se orgulhavam em dizer: “Outras cidades produzem monumentos e poesia. Esparta produz Homens.”

Gustavo Adolfo estabeleceu as bases da disciplina vigorante nos atuais exércitos, mais justa e moderada do que a antiga, herdada dos extraordinários espartanos, a qual abordamos de forma muito sucinta e de escantilhão.

A HIERARQUIA

O Estatuto dos Militares reza, em seu art. 14, o seguinte: “A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.” O § 1º deste mesmo artigo preceitua: “A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.”

A hierarquia deve estar ligada à virtude da camaradagem, tanto que os círculos hierárquicos têm a finalidade “de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo”, como estabelece o artigo 15 do mencionado Estatuto.

Isto posto, nada mais apropriado do que relembrarmos interessante episódio ocorrido entre o nosso Patrono – Caxias – e o Conde de Porto Alegre, Manuel Marques de Souza. Eles eram da mesma turma (Alferes de 1818), possuíam a mesma idade, sendo muito amigos. Caxias fora promovido a coronel antes de Porto Alegre e, ao

retornar da pacificação do Maranhão, recebeu o título de Barão e a promoção a brigadeiro. Porto Alegre, ainda Tenente-Coronel, enviou-lhe correspondência assaz formal, cumprimentando o amigo pelas honrarias recebidas. Caxias, não gostando da formalidade, escreveu-lhe uma carta-resposta, datada de 3 de dezembro de 1841, em que dizia: “De volta de minha fazenda, recebi uma carta tua, de 8 de novembro, em que me trataste com toda a gravidade devida a um barão e brigadeiro, porém não a um amigo velho e camarada, um pouco mais feliz na carreira do que tu.” E mais adiante: “Eu sou o mesmo Luiz Alves e cada vez mais amigo dos meus amigos e, conquanto não despreze em nada as honras com que S.M.I. me quis agraciar, contudo não me enfatuo com elas.” (ver artigo “Caxias e Porto Alegre”, do Coronel Souza Docca, *in* “Nação Armada”, junho de 1940).

José Wash Rodrigues conceitua hierarquia militar como “o conjunto de atribuições e poderes subordinados uns aos outros, função militar orgânica que vai desde o soldado ao general e cujo princípio de solidez está na subordinação e disciplina”.

A hierarquia, que não diz respeito apenas aos militares, pois é referencial de suma importância em qualquer instituição, sofreu, em sua interpretação, modificações através das épocas, mercê, principalmente, do ideário democrático legado pelos gregos. Para os militares, no entanto, ela se evidencia na prática constante da obediência, que requer força de vontade, capacidade de adaptação e, principalmente, re-

núncia ao egoísmo, à indolência, aos caprichos e a tantas outras coisas que os homens vulgares apreciam e estimam.

O entendimento de hierarquia era muito mais rígido no passado remoto, tendo se abrandado com o passar dos tempos.

Na Antiguidade Clássica, ela era completamente reverencial. Quando à época do mestre grego Pitágoras (século V a.C.), os alunos não podiam falar nem formular perguntas durante as aulas antes de dois anos de aprendizado, período em que tinham aprendido o mais difícil: “ouvir o mestre e calar...”

Os reis e imperadores eram a “suma potestade”, verdadeiros semideuses. A propósito, vejamos como se autoprotoclamava Xerxes, o rei dos persas: “Eu, Xerxes, filho de Dano, o Grande Rei da Pérsia e Média, Rei dos Reis, Rei de todas as Terras; Senhor da Líbia, Egito, Arábia, Etiópia, Babilônia, Caldéia, Fenícia, Síria, Assíria e Palestina; Soberano da Jônia, Frígia, Armênia, Capadócia, Trácia, Macedônia, Rodes, Lesbos e as ilhas do Egeu; Governador Supremo da Bactria, Cáspia e Índia; Senhor de todos os homens do sol nascente ao poente; Magnificência mais Sagrada, Exaltada, Invencível e Incorruptível; Majestade abençoada pelo Deus Ahura Mazda e Onipotente entre os mortais.”

Hoje, a prática hierárquica não pode prescindir do trabalho em equipe, como o “método de trabalho de comando”, ao qual a nossa ECEME vem se dedicando há tanto tempo, por meio de excepcionais instrutores – o Marechal Castello Branco, o mais notável deles. Também tal prática

prevê a aplicação do “princípio da subsidiariedade”, pelo qual um nível superior hierárquico só deve dar solução a um problema caso ele não possa ser solucionado em nível inferior.

A missão de comandar ou chefiar é de servidão e grandeza. E a hierarquia, em que pese a atmosfera da atualidade, quando proliferam teorias igualitaristas e materialistas, é imprescindível para a harmonia das relações humanas. A esse respeito, convém lembrar os sábios ensinamentos de São Tomás de Aquino – o Doutor Angélico –, ao condenar a inveja e ao se referir à obediência devida aos superiores por parte dos subordinados: “É mais merecedor o mestre, que sabe para si e para transmitir, do que o discípulo mais capaz de aprender; aquele que projeta, do que o artífice mais capaz de executar; o capitão que traça os planos do que o soldado mais afoito que o segue. É maior, portanto, o mérito do bom e justo chefe do que o de seus subordinados mais aptos; e maiores hão de ser os seus merecimentos e crescerá a sua recompensa, pois o chefe é o mestre de seus súditos, o arquiteto dos grandes planos e o capitão das grandes pelejas...”

CONCLUSÃO

Estas breves notas que não têm qualquer aspiração científica, mas, sim, a de reflexão e difusão de curiosidades da História – a Mestra da Vida, como nos ensina Cícero – relacionadas com a hierarquia e a disciplina militares. Esses parâmetros da vida militar, quando violados, muitas vezes provocam guerras e revolu-

ções, como nos demonstra a História e que, de tão importantes para as Instituições Militares do Brasil, estão embutidos em nossa Constituição Federal (art. 142), quando é definido o papel das Forças Armadas.

Apresentamos, de início, algumas conceituações a respeito da disciplina militar, necessariamente “prestante”, segundo a lição de Camões. Explicamos como o povo de Esparta a praticava, superando os sentimentos da dor e do medo e desprezando a morte, o que evidencia a imensa capacidade de adaptação do ser humano a terríveis condições de sobrevivência, se a sua mente estiver bem preparada e robustecida. A célebre façanha das Termópilas deu início ao declínio da severíssima disciplina espartana, eis que o venerado Rei Leônidas e os seus melhores guerreiros, que eram os paradigmas daquela disciplina, foram todos sacrificados. Entretanto, o estoicismo daqueles trezentos heróis motivou o surgimento de cultores de seus invulgares exemplos como, guardadas as proporções, o nosso Tenente Antônio João, bravo personagem histórico da epopéia de Dourados.

A antiga e férrea disciplina militar tornou-se, hoje, mais racional, em face, principalmente, do avanço da tecnologia, devendo levar em conta, obrigatoriamente, o trabalho sinérgico, de equipe. É preciso lembrar, no entanto, que, em nome da modernidade, “não deve a vontade pessoal ser amolecida”, como nos alerta o General Octávio Costa.

A disciplina não é mais o “manda quem pode e obedece quem precisa ou tem juízo” e muito menos o “é proibido proibir”, da juventude rebelde, mas a rigorosa observância das leis e regulamentos, como prescreve o Estatuto dos Militares; e também a prática das “manifestações essenciais da disciplina”, preceituadas no RDE, quando, voluntariamente, o militar age como seu próprio juiz, impondo-se regras de moral e ética.

Quanto à hierarquia, é fundamental a compreensão de que crescem a autoridade e a responsabilidade com o grau hierárquico, pelo que citamos São Tomás de Aquino, ao considerar que os méritos de chefes e mestres sobrelevam-se aos de seus subordinados. Tal hierarquia não prescinde, entretanto, das virtudes da sã camaradagem e do respeito mútuo, como tão bem entendia Caxias – o Pacificador – e cujos salutares reflexos traduzem-se nos termos de nosso Compromisso à Bandeira.

Por derradeiro, urge lembrar, mormente nesses tempos de globalização, da existência de emblemáticos valores, místicas, tradições e referenciais fixos de acendrado patriotismo, que não podem ser solapados, ao sabor da época.

A disciplina e a hierarquia são fundamentos ancestrais de nosso glorioso e invicto Exército, herdados da velha Lusitânia, e cuja perenidade deve ser preservada.



A Inconfidência Baiana



*José de Sá Martins **

Resumo: Comunicação feita pelo autor na sessão do NEPHIM de 12 de agosto de 2003, na Casa Histórica de Deodoro, procura resgatar a importância da Inconfidência Baiana e o seu significado no processo de emancipação política do Brasil.

Palavras-chave: Inconfidência Baiana. Revolta dos Alfaiates.

Em 11 de agosto de 1998 (com a valiosa cooperação do Confrade Marcos Ribeiro Corrêa, que fez a leitura a este Plenário e com ele debateu) apresentamos, neste Instituto, uma Comunicação comemorativa do transcurso dos 200 anos da Inconfidência Baiana, a qual está publicada na sua revista referente ao ano de 1999.

Hoje, 12 de agosto de 2003, queremos, com esta nova comunicação, relembrar outros aspectos daquela conjuração para reverenciar a passagem dos 205 anos daquele episódio, tão pouco abordado e pouco enaltecido pelos nossos historiadores como, ao nosso ver, deveria ser, pelo que significou.

Página do antigo Ministério do Exército na Internet registra – numa sinopse histórica denominada Sonhos de Liberdade – a Inconfidência Baiana como um dos movimentos nativistas precursores da Independência, que envolveu integrantes do Exército da época. A História do Exército Brasileiro (Edição do Estado-Maior do Exército, em 1972) não examina em profundidade o episódio da Inconfidência Baiana, a ele fazendo apenas ligeiro registro, quando comenta a presença de Tiradentes e outros militares na Inconfidência Mineira, como “mais uma prova da identificação da força terrestre brasileira com as melhores aspirações da nacionalidade”, acrescentando: “A constância da participação de militares de terra nos movimentos precursores da nos-

* Coronel. Sócio titular do IGHMB.

sa Independência, se, de um lado, decorre da própria natureza da força terrestre colonial – o povo em armas – de outro nos mostra que seu seguimento regular ou profissional, o Exército de então, já não era uma classe ou uma casta perseguindo objetivos estranhos aos interesses supremos da nacionalidade nascente.” Observamos que, apesar de não aprofundar o assunto, é reconhecida a presença de militares na Inconfidência Baiana.

Diversos livros de História, e entre eles livros escolares, ignoram o assunto ou a ele apenas fazem breve referência, intitulando-o Revolução dos Alfaiates e o minimizando – dos alfaiates, porque dos quatro líderes da conspiração dois eram alfaiates.

O nosso confrade João Ribeiro da Silva, no seu livro *O Brasil Colonial e Imperial – revoltas e revoluções*, trata o assunto com a propriedade e desenvolvimento compatíveis com o objetivo da sua obra.

A Escola de Samba União da Ilha, em 1968, desenvolveu seu tema-enredo com base no movimento que ficou conhecido como A Revolução dos Alfaiates – o Carnavalesco chamava-se Nelson e a escola obteve o 11º lugar.

O estado da Bahia, na passagem dos 200 anos do episódio, promoveu exposições e conferências para homenagear os heróis que morreram em nome da República Bahiense.

Octávio Tarquínio de Souza, consagrado historiador, em uma comparação com a Inconfidência Mineira, registrou: “Bem mais modestas proporções teve ela, muito embora não deva ser esquecido seu caráter popular, dada a participação de tantos trabalhadores manuais e simples soldados.

O que não pode, porém, ser posto em dúvida é a influência no gorado surto revolucionário baiano dos ‘abomináveis princípios franceses’, como os tachou Dom Rodrigo de Souza Coutinho (autoridade portuguesa da época).”

O registro da História do Exército Brasileiro e o comentário de Octávio Tarquínio de Souza antecedem a divulgação das pesquisas de historiadores baianos que colocaram o assunto nos termos em que ele merece e deve ser considerado, como o fez o confrade João Ribeiro da Silva.

A *História da Inteligência Brasileira*, de Wilson Martins, publicada pela Editora da Universidade de São Paulo em 1977, no seu volume II (1794-1855), faz referência à “conspiração dos alfaiates” comentando que sobre ela “os nossos historiadores ainda não se puseram de acordo”, e leva em consideração os estudos dos pesquisadores baianos.

É certo que a Inconfidência Baiana não contava (pelo menos ao que se sabe até agora, pois é sabido que muitas pessoas que estavam envolvidas nas conversações evitaram ser identificadas com o movimento) com nenhum militar de maior patente do que tenente, mas tinha nela envolvidos diretamente soldados – o que, até o presente, desconhecemos sobre a Inconfidência Mineira. E como esta tinha, entre os envolvidos, pessoas de projeção social, como comerciantes, proprietários rurais, médicos e professores.

A sua grande motivação era, sem dúvida, a obtenção da liberdade, em todos os sentidos, e a igualdade de oportunidades para todos, sem qualquer distinção de cor

ou origem social, daí porque o movimento, que também pretendia implantar a forma de governo republicano, é ordinariamente apontado como a primeira reação de sentimento social no Brasil.

Dentre os conspiradores baianos, não foram identificados interesses ligados a dívidas financeiras, como foram presentes em relação a alguns inconfidentes mineiros (o problema da “derrama”) e mesmo entre alguns que lutaram contra a presença dos holandeses em Pernambuco, numa reação que determinou uma data para hoje comemorarmos o Dia do Exército.

Parece interessante a observação de que, em consequência da Inconfidência Mineira, vários foram condenados à pena capital, mas só um executado por ter assumido a responsabilidade pela conspiração – Joaquim José da Silva Xavier, um alferes. Os intelectuais e outros comprometidos com o movimento, inclusive os que tiveram a pena capital comutada, receberam no máximo pena de degredo em terras africanas.

Mas, pela responsabilidade na Inconfidência Baiana, foram condenados, executados na forca e depois esquartejados os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas do Amorim Torres, o alfaiate João de Deus do Nascimento (também cabo das milícias) e o aprendiz de alfaiate Manoel Faustino dos Santos Lira. Esses quatro, como o fizera Joaquim José da Silva Xavier, assumiram suas responsabilidades, procedimento que não teve a maioria dos processados. Um outro igualmente condenado, o ourives Luís de França Pires, conseguiu se evadir e nunca foi encontrado.

E assim é que, na então remodelada Praça da Piedade da Cidade do Salvador, em 8 de novembro de 1899, foram enforcados e a seguir esquartejados esses mártires brasileiros, tão heróicos e firmes nos seus ideais quanto Tiradentes, como assim revelam os autos do processo e cujos nomes, por justiça e por direito, a História do Brasil deve conservar e engrandecer: Santos Lira, Lucas Dantas, Luís Gonzaga e João de Deus.

A condenação à morte não atingiu diversos bem comprometidos (alguns até estiveram presos por longo tempo), que tinham situação social de maior nível; esses foram aqueles que juraram inocência, e um deles até protestou fidelidade e lealdade à Coroa de Portugal. O julgamento, conforme se vê dos autos, pareceu mais interessado em baixar o nível do movimento, descharacterizando-o como envolvendo as chamadas elites. Pode-se entender que a Inconfidência Mineira ainda estava muito presente e que Portugal não teve interesse em admitir a ocorrência, em tão pouco tempo, de outra rebelião com a mesma finalidade de independência. E acontecia que rebeliões de escravos em colônias nas Antilhas preocupavam pelo exemplo e algumas revoltas de escravos trazidos da África já tinham ocorrido na Bahia.

Os tenentes Hermógenes de Aguillar Pantoja – este sabidamente comprometido e que as pesquisas colocam no centro das articulações para o levante, e que até de certa feita teria sido advertido pelo seu comandante pelas suas idéias e comportamento – e José Gomes de Oliveira Borges ficaram muito tempo presos e foram con-

denados a um ano de prisão, pena essa que mais tarde foi reduzida para seis meses. O professor de Gramática Latina Francisco Moniz Barreto de Aragão foi condenado a açoites e banimento, porém acabou livre dos açoites e teve o banimento transformado em um ano de prisão. Outros mais sofreram penas idênticas e aqueles de melhor nível social posteriormente as tiveram reduzidas. Um irmão de Cypriano Barata – o negociante José Raimundo Barata de Almeida – foi degredado para a ilha de Fernando de Noronha por três anos. E Cypriano José Barata de Almeida, conhecido agitador e panfletário, mesmo tendo sido preso por longo tempo e sofrido o confisco da sua biblioteca (da qual constavam livros de filósofos franceses) e de outros bens, acabou absolvido com a argumentação de que tinha sido “mal-ouvido e mal-interpretadas as suas palavras nas suas conversas e discursos”, além de, depois, ter prestado juramento de fidelidade à Coroa. Cypriano José Barata de Almeida vai ser mais uma vez atuante durante o Primeiro Reinado e as Regências Trinas sendo que, em 1821, chega a integrar as Cortes de Lisboa. Sobre ele assim registra o *Lello Universal*: “Homem político brasileiro, natural da Bahia. As suas exaltadas idéias liberais e o seu caráter irrequieto fizeram-no passar na cadeia alguns anos de sua vida, que foi, além disso, cortada de vicissitudes.”

Durante o processo ficou comprovado que Cypriano Barata e o Tenente Pantoja tinham freqüentes encontros, dos quais também participavam o Professor Moniz Barreto, Manuel de Santa Anna, Luís Pires, Luís Gonzaga e Lucas Dantas (este fez, em

depoimento, graves acusações ao Tenente Pantoja, mas posteriormente teria se retratado). Um irmão do Tenente Pantoja (Pedro Leão de Aguillar Pantoja) também estava envolvido, mas sobre ele poucas referências foram feitas.

Trinta e três pessoas foram presas, mas a maior condenação, a que incidiu sobre dois soldados e dois alfaiates, definidos como os responsáveis pela tentativa de sedição, valeriam como terror político para os escravos, ex-escravos, soldados e artesãos da Cidade do Salvador e, ao mesmo tempo, desautorando investigações capazes de revelar pessoas importantes – os “homens de bem” – da Cidade do Salvador e do Recôncavo.

Pesquisas recentes levam a crer que, na tropa, o apoio seria completo, dado ao trabalho dos tenentes Pantoja e Oliveira Borges. Também a infiltração entre os homens de cor e artesãos de Salvador pareceu ter sido ampla. E as idéias pregadas ganharam os sertões levadas pelos comboios que para lá se dirigiam.

O trabalho da propaganda revolucionária tirava proveito da depressão econômica e financeira em que se encontrava a Colônia, em particular a Capitania da Bahia, e do caldo de cultura peculiar da Cidade do Salvador, ontem como hoje a cidade de maior concentração de negros fora da África. E acontecia que a Cidade do Salvador apresentava cenário ideal para transformar a efervescência existente na cidade em movimento de maiores dimensões: a riqueza dos comerciantes portugueses e dos proprietários rurais de um lado, e do outro, a miséria e a marginalização da maior parte dos habitantes.

Assim, as punições tinham que ser severas e não podiam deixar qualquer dúvida sobre a disposição da Coroa em reprimir qualquer veleidade de oposição a ela.

Dentre os 33 presos e processados, encontravam-se 10 brancos e 1 negro, sendo os demais (22) considerados pardos e distribuídos por diversas graduações. Dentre os mesmos 33, encontravam-se: 1 professor, 1 cirurgião, 1 carpinteiro, 1 pedreiro, 1 bordador, 2 ourives, 1 negociante, 3 oficiais militares, 6 soldados da tropa paga, 5 alfaiates e 11 escravos.

A expectativa dos conspiradores era contar com 676 companheiros para o desencadear da revolta, dentre eles 50 oficiais e mais de 300 soldados (da milícia e da tropa regular).

Na verdade, havia muito que as autoridades governantes tinham notícia da conspiração, mas não a levaram a sério, até que, em 12 de agosto de 1798, apareceram os boletins conclamando o povo à revolta, uma

iniciativa que, comprovadamente, foi precipitada. Aí então os governantes resolveram agir e começaram as prisões.

Do Tenente Pantoja foram confiscados 26 livros (a maioria seriam livros descrevendo viagens), 1 moleque, 1 escrava, 2 banquinhos de jacarandá, 1 mesa pequena, 3 cadeiras de campanha, 2 varas, 1 arca coberta de couro cru, 1 candeeiro pequeno de lata, 6 pratos, 5 xícaras, 1 bule pequeno, 2 copos de vidro e 1 cálice. De Cypriano Barata, além dos seus livros foram confiscados 5 escravos e, como mobiliário, 1 banca, meia dúzia de cadeiras, 1 tina, 1 leito velho, 2 baús, 1 estante para livros e 3 camas para pretos. (Interessante é comparar com a opulência dos revolucionários mineiros, como Inácio José de Alvarenga Peixoto, que tinha 57 escravos e serviços de prata.) Dos demais presos e processados, pouco se obteve com o confisco, pois eles, na verdade, pouco ou nada tinham.



BIBLIOGRAFIA

Referências básicas consultadas

Enciclopédia Mirador Internacional.

Grande Enciclopédia Delta Larousse.

História do Exército Brasileiro (EME-1972).

Inconfidência da Bahia, A – Devassas e Seqüestros (Publicação de arquivo).

Internet – páginas sobre o tema Inconfidência Baiana/Revolução dos Alfaiates.

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, contra o Império.*

Lello Universal.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. V. II.

MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates.*

QUADROS, Jânio, MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *História do Povo Brasileiro.*

RUY, Affonso. *Primeira Revolução Social Brasileira.*

SILVA, João Ribeiro da. *Brasil Colonial e Imperial – revoltas e revoluções.*

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil.*

TAVARES, Luís Henrique Dias. *As Idéias dos Revolucionários de 1798.*

———. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – A conspiração dos alfaiates.*

O Elogio da Espada

Gustavo Barroso

Maeterlinck escreveu o *Elogio da Espada* porque essa lâmina de aço sempre foi o símbolo da nobre bravura, dos mais corajosos batalhadores. Desde o dia em que o homem, trabalhando o bronze ou o ferro, bateu na bigorna a folha das primeiras espadas, criou a arma que, mais longa que o punhal e, portanto, imprópria à traição, só serviria para ser brandida nas pelejas pelos que tivessem verdadeira coragem. E unicamente, entre as várias espécies de espadas, a curta sica italiana, que armava o braço dos sicários, se aproxima da adaga do assassino.

Mas todas as lâminas de um ou dois gumes, mais ou menos longas, pontudas ou arredondadas, espatuladas ou esguias, rebrilham sempre nobre e gloriosamente através da História. São as armas que dormem nos túmulos, ao lado do guerreiro morto. Gládios hispânicos, sicílias da Trinacria, malcus latinos, sangedezes romanos, climáculas etruscas, ensis gauleses, goesos sicilianos, cópidas gregas, áclides ilíricas, espatas bizantinas, claymodes caledônias, catanas japonesas, yatagans turcos, alfanges árabes, cimitarras mongóis, kandjars albaneses, badelarias flamengas, rapieiras alemãs, bra-

camartes saxônios, espanholas catalãs, estramações batavos, cuchilas aragonezas, saltimbarcas provençais, farruscas minhotas, chilfarotes galegos, terçados navarros, estoques fidalgos, brants heróicos, cinquedéas florentinas, schiavonas eslavas, bastardas normandas, lansquenetas bávaras, lattes francesas, montantes medievos, sabres e quitós do século XVIII, em todas passou o mesmo lampejo de valentia e de lealdade, todas alumiam nas pugnas, cavalheirescamente, em defesa de reis, de povos ou de Deus.

Em todos os povos, o culto da espada testemunha o valor moral da arma nobre. Segundo Lucano, os gregos nunca esqueceram o nome da lâmina com que Perseu degolou a Górgona: Harpé. As gentes guerreiras do Setentrião adoravam uma espada nua. Os clássicos falam-nos desse deus dos antigos citas chamado Acinax. Jornandés conta-nos que, quando os hunos marcharam para a Europa, um lavrador, vendo uma de suas novilhas coxear ferida no pé, procurou no solo o que a maltratara e encontrou, enterrada com a aguda ponta de fora, a espada-deus dos velhos citas. Levou-a a Átila, que disse ter ela pertencido a Marte e, armado com ela,

venceu todas as legiões e todos os povos, menos os povos de Teodorico e Meroveu, menos as legiões de Aécio.

Ao meio dos triglifos dos templos, nas métopes, os áticos votivamente dependuravam entre os bucrânios dos sacrifícios as coroas de louro e os ramos de oliveira, as espadas vencedoras dos seus guerreiros e as espadas vencidas dos seus inimigos. O costume veio até a Roma tumultuosa e formidável dos Césares. Diz Suetônio que o gládio do divino Julio foi consagrado no templo de Marte.

As lendas do Norte europeu divinizam as espadas e os que as fabricaram. Luno, o forjador das mais célebres dos heróis de Erin, de Tule e da Caledônia, é o Vulcano setentrional. Foi ele quem bateu a lâmina vitoriosa de Fingal, pai de Ossian, cujo nome atestava sua origem – Filha de Luno.

Waland, o Voludar dos Edas, o Goland das gestas medievais e seus filhos são os grandes fabricantes escandinavos de espadas lendárias. De suas forjas e mãos, certamente, saiu a Nothung, que Siegfried extraiu do tronco possante da Árvore. Há dúvidas sobre seu verdadeiro apelido: uns a denominam Nothung, outros Balmung. As grandes espadas heróicas vêm sempre, como essa, de misteriosa ou divina origem. A de Arrés f ora forjada por Hefestion. A Malthur dos orientais teve por autores os djinns. O ciclo da Távola Redonda celebra a glória da do Rei Arthur, temperada em forjas mágicas por homens que completamente desconheciam o medo. Apelidava-se Flamejante e tinha o punho de ônix puro. Paralizava o braço do covarde que a empunhasse. Tornava invencí-

vel o do homem de bem ou de coragem que a brandisse. Esteve guardada por um dragão na ilha de Avalon, onde o feiticeiro Merlin a foi buscar. E rebrilhava ao sol com as sete cores do arco-íris!

Na Idade Média, a espada é o símbolo da nobreza, o sinal do comando e a prova do respeito. Cingida pelo cavaleiro, dá-lhe o profundo sentimento da honra: por ela jura, com ela vence e, abraçado à cruz do seu alto punho, morre como cristão. Até o túmulo ela o acompanha, e, na tampa de mármore do sepulcro, a sua estátua a abraça sobre o peito do brial crucigiado. Um alto titular, Grande-Espatário em Bizâncio, Grande-Escudeiro ou Condestável no Ocidente, a conduz diante do soberano, nos cortejos. Reis e duques a empunham na mão direita, guardando o cetro na esquerda.

O amor que lhe têm é tão grande que por ele se abandona o próprio amor das mulheres. Nun' Álvares foge do leito nupcial e é encontrado de manhã, num oratório, soluçando, abraçado ao seu montante. Quando o rei bretão descobre, na floresta onde se acoitaram, Tristão e Isolda adormecidos sobre o mesmo manto, não tem coragem de matá-los, porque uma espada os separa.

Nos grandes poemas do ciclo carlovígio, os nomes sonoros das espadas célebres entremeiam-se aos dos guerreiros afaçados. A destra poderosa de Roldão agita no ar a Durindana, que abria inimigos de alto a baixo. Ogerio decepa cabeças agarenas aos golpes de Courtain. A Joyeuse de Carlos Magno reluz, no meio das pelejas, ao lado da Almace do Arcebispo Turpino. A Balisarda de Rogerio, a Salvagina de Urgel de Danoa, a Altaclara de Oliveiro,

a Flambergea de Reinaldo de Montalbano contrapõem-se à Dhanay do árabe Antar, à Plotança, à Baptiso e à Brava do gigante Ferrabraz de Alexandria, filho do Almirante Balão.

Por toda a parte, nos tempos medievais, é o mesmo o culto da espada. Nas Espanhas, a Calada e a Tizona do Cid Campeador são tão decantadas quanto no Oriente a Dulficar de Maomé, que afirmou no Corão poder o paraíso ser encontrado à sombra das espadas cruzadas.

Ao morrer a Idade Média, os ressoantes apelidos das espadas são levados ao ridículo pela risada maravilhosa de Rabelais, cujos guerreiros caricaturais têm espadas de nomes irrisórios. Enquanto, nos épicos poemas em verso dos troveiros, os Roldões brandem Durindanas, na rica e vibrante prosa do cura de Meudon, Ginasta desembainha Baisemoncul...

No Renascimento, as espadas afinam-se e perdem as alcunhas. As adagas floreçadas pelos Pietros Caimos e Benvenutos Celinis substituem as cinquedéas compridas, impróprias para as emboscadas e traições à italiana. Mas ainda César Bórgia, o homem do veneno, sabe qual a oportunidade de brandir a sua, que traz na lâmina esta inscrição: *Cum Numine Cesaris Omen*. Em Castela, as folhas saem das oficinas de Toledo, damasquinadas por Juan d'El Rei, Príncipe da Forja, e os copos são rendilhados por Juan Gil. Mas já o espírito do tempo não permite que se concentrem na espada todas as aspirações de honra e glória. As espadas perdem a personalidade e os nomes.

Depois, vêm épocas de elegância e, com o emprego absoluto da pólvora na guerra,

as espadas de combate transformam-se em espadins cortesãos. Até a invenção das armas de tiro rápido, ainda há, no entanto, cargas de cavalaria, sabres e lates compridas, que reluzem ao sol das batalhas. As mais célebres dos últimos tempos enchem uma sala do Museu dos Inválidos ou pendem das paredes de outros museus da Europa, como a Armaria Real de Madri ou o Zeughaus de Berlim. Porém, nada de misterioso e lendário as envolve e somente merecem atenção por terem pertencido a Napoleão, a Hoche ou a Frederico II.

Dessas temos no Brasil uma bela coleção, no Museu Histórico Nacional: a de Pedro II em Uruguaiana, a do guarda-marinha Torrezão, a dos almirantes Baltazar da Silveira e Maurity, a do General Gurjão, a do comandante do vapor paraguaio *Villa del Salto*, as de outros chefes paraguaios e a que Solano López tinha à cintura quando foi morto à margem do Aquidabã.

Hoje, as espadas são somente quinquilharias e jóias ou símbolos hierárquicos. Não são mais armas, e só a força da tradição ainda as conserva nas tropas como signos de comando. Cinzelam-lhes os copos Falize ou Oury, universitários as oferecem a Richepin, admiradoras a Marcel Prevost, cidades a Foch, países à Joffre. Penduram-nas à cintura, como simples ornatos. Mas é tão antiga a nobreza das lâminas de aço que, quando um militar morre, ninguém lhe depõe sobre o esquite o revólver ou a metralhadora, sim a espada.

No Brasil, a espada de Caxias encerra, no seu simbolismo, toda a glória de nossa tradição militar.





INFORMAÇÕES

ALTERAÇÃO DO ART. 12 DO ESTATUTO DO IGHMB (JUBILAÇÃO)

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2003, aprovou, por unanimidade, a alteração do Art. 12 do Estatuto do IGHMB, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 12 – O sócio emérito ou titular que, por suas condições pessoais ou de saúde, já não estiver em condições de atender aos deveres correspondentes à sua categoria, será colocado em situação de jubilado.

§ 1º – Essa jubilação poderá ser solicitada pelo próprio sócio ao Presidente do IGHMB, por escrito.

§ 2º – A Assembléia Geral poderá também, por proposta da Diretoria e no interesse da renovação do quadro de integrantes do IGHMB, passar, *ex-officio*, sócios eméritos e titulares à condição de jubilados, quando constatada sua habitual ausência às sessões do Instituto durante muito tempo.

§ 3º – O sócio na condição de jubilado ficará desobrigado de contribuir financeiramente para o IGHMB e de participar de suas atividades regulares, podendo, entretanto, contribuir voluntariamente e continuar honrando o Instituto com a sua assistência e colaboração.

§ 4º – Com a jubilação de um sócio titular declarar-se-á vaga a Cadeira por ele ocupada.

§ 5º – O sócio jubilado não poderá votar nem ser votado nas Assembléias Gerais

e nem designado para qualquer atividade de representação do Instituto.

LINKS DE HISTÓRIA MILITAR E DO BRASIL

Força Expedicionária Brasileira
<http://www.feb1944.hpg.ig.com.br>

História do Brasil

[http://www.yahoo.com/CienciasHumanas/Historia/Historia do Brasil/](http://www.yahoo.com/CienciasHumanas/Historia/Historia%20do%20Brasil/)

História Militar – Exército, Marinha e Aeronáutica

<http://www.militar.com.br/historia/militargeral>

World: links História Militar
<http://dmoz.org/World/Portugu%EAAS/Regional/Brasil/Sociedade/Hist%F3ria/>

Geocities: links História Militar

<http://www.geocities.com/armasbrasil/Pag-diversas/links.htm>

UOL: links História do Brasil

<http://www.uol.com.br/fof/brasil500/histpar10.htm>

Livros e documentos

<http://www.submarino.com.br/rares.asp?QUERY=ProductPage&ProdTypeld=8>

ABL: biografia Aurélio de Lyra Tavares

<http://www.academia.org.br/cads/20/aurelio.htm>

Biblioteca Euclides da Cunha

http://catalogos.bn.br/scripts./odw032k.dll?SHOWBRIEF=bec_profile:bec_catalogo:py:T:CARD:NEW:1922

Catálogos História Brasil

http://catalogos.bn.br/scripts./odwp032k.dll?SHOWBRIEF=bec_profile:bec_catalogo:py:T:CARD:NEW:1922

SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO DUQUE DE CAXIAS

O IGHMB e o IHGB promoveram um Simpósio, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2003, como parte das comemorações do Bicentenário de Nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Realizou-se no Salão Nobre do IHGB e obedeceu à seguinte programação:



Mesa que presidiu a sessão de abertura.

Abertura – alocações dos presidentes do IHGB e do IGHMB e conferência do Ministro Dr. Célio Borja: *Caxias – Político, Estadista e Pacificador*.

Comunicações

- *As Origens de Caxias* – Prof. Dr. José Eugênio de Macedo Soares;
- *Caxias, a Igreja e a Maçonaria* – Cel. Raul José de Abreu Sturari;
- *Caxias e Inhaúma* – V. Alm. Armando de Senna Bittencourt;



Conferência do Ministro Célio Borja.

- *Caxias e a Reorganização do Exército no Paraguai* – Gen. Div. Aureliano Pinto de Moura;
- *Caxias e Osório* – Cel. Nilson Vieira Ferreira de Mello.
- *Caxias e Mitre* – Cel. José Fernando de Maya Pedrosa;
- *Caxias e Liderança* – Gen. Bda. Sérgio Augusto de Avellar Coutinho;
- *Caxias e o Exército na Construção do Império* – Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches;
- *Correspondência de Caxias* – Prof. Dr. Marcos da Cunha e Souza.

A presidência das mesas de comunicações esteve a cargo, respectivamente, do Embaixador Vasco Mariz, do General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto e do Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula.



Mesas que presidiram os trabalhos das sessões de comunicações nos três dias do simpósio.

Encerramento – conferência do Prof. Dr. Arno Wehling: *Caxias e o Imaginário Nacional: a visão dos contemporâneos.*



Mesa que presidiu a sessão de encerramento.

O concorrido evento contou com a presença dos Chefe e Vice-Chefe do DEP, General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto e General-de-Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, do Diretor da DAC, General-de-Divisão Antônio Gabriel Éspér, demais oficiais-generais ocupantes das diretorias subordinadas ao DEP, além de autoridades civis e militares das três forças singulares, representantes da AMAN e de outros estabelecimentos de ensino militar, inúmeras entidades culturais e convidados.

Durante o evento foi lançado, pela Biblioteca do Exército, o livro *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*, de Eugênio Vilhena de Moraes, com a presença de seus familiares.

O simpósio encerrou-se com distribuição de medalhas e diplomas e a execução do Hino Nacional por banda de música do Exército, e será matéria de edição especial da nossa Revista.

BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO DUQUE DE CAXIAS – PROGRAMAÇÃO DO COMANDO MILITAR DO LESTE (CML)

O CML comemorou o transcurso do bicentenário de nascimento do Duque de Caxias segundo a programação abaixo transcrita, desenvolvida durante o mês de agosto de 2003:

BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DUQUE DE CAXIAS PROGRAMAÇÃO

EVENTO 1

**Troca da Guarda do Monumento Nacional
aos Mortos da Segunda Guerra Mundial**
Data/Hora: 03 Ago 03 (domingo) às 10h
Local: MNMSGM
Uniforme: 3º D1

EVENTO 2

**Competições Desportivas do CML
“Troféu Duque de Caxias”**
Período: 04 a 08 Ago 03
Local: Vila Militar – RJ

EVENTO 3

Apresentação de bandas “A Música Militar na Alma do Soldado”

Data/Hora: 09 Ago 03 (sábado) às 18h
Local: Largo do Machado – Catete – RJ
Uniforme: 3º D1

EVENTO 4

Inauguração de placa alusiva ao Bicentário de Nascimento do Duque de Caxias

Data/Hora: 13 Ago 03 (quarta-feira) às 11h
Local: Fazenda Santa Mônica (local de falecimento de CAXIAS) – Valença – RJ
Uniforme: 3º D1
Obs: Convite Especial

EVENTO 5

Corrida Rústica Pontal do Gragoatá

Data/Hora: 17 Ago 03 (domingo) às 9h
Local: Forte Gragoatá – Niterói – RJ
Uniforme: 3º D1

EVENTO 6

Culto Evangélico na Vila Militar

Data/Hora: 18 Ago 03 (segunda-feira) às 15h
Local: Capela Evangélica da Vila Militar
Uniforme: 3º D1

EVENTO 7

Almoço no Iate Clube do Rio de Janeiro

Data/Hora: 19 Ago 03 (terça-feira) às 12h30min
Uniforme: 3º D1

EVENTO 8

Sessão Solene no Clube Militar

Data/Hora: 19 Ago 03 (terça-feira) às 19h
Local: Clube Militar – Sede da Av. Rio Branco
Uniforme: 3º A

EVENTO 9

Missa Solene na Igreja de São Francisco Xavier

Data/Hora: 20 Ago 03 (quarta-feira) às 10h
Local: Igreja de São Francisco Xavier – Tijuca – RJ
Uniforme: 3º A

EVENTO 10

Inauguração de placa alusiva ao Bicentário de Nascimento do Duque de Caxias

Data/Hora: 21 Ago 03 (quinta-feira) às 10h
Local: Museu Histórico (local de nascimento de CAXIAS) – Duque de Caxias – RJ (antiga Estrada Rio-Petrópolis, km 54)
Uniforme: 3º D1

EVENTO 11

Projeto Banda no Palácio

Data/Hora: 21 Ago 03 (quinta-feira) às 17h
Local: Em frente ao Palácio Duque de Caxias
Uniforme: 3º D1

EVENTO 12

Reza do Terço no Pantheon

Data/Hora: 21 Ago 03 (quinta-feira) às 18h
Local: Pantheon de Caxias
Uniforme: 3º D1

EVENTO 13

Sessão Solene na Câmara Municipal de Duque de Caxias – RJ

Data/Hora: 21 Ago 03 (quinta-feira) às 18h
Local: Câmara Municipal de Duque de Caxias – RJ
Uniforme: 3º D1

EVENTO 14

Almoço na Associação Comercial do Rio de Janeiro

Data/Hora: 22 Ago 03 (sexta-feira) às 12h30min
Uniforme: 3º A

EVENTO 15

Concurso Completo de Equitação – Duque de Caxias

Período: 22 a 24 Ago 03
Local: Parque Equestre Gen Eloy Menezes – Vila Militar
Uniforme: 3º D1

EVENTO 16

III Travessia dos Fortes

Data/Hora: 24 Ago 03 (domingo) às 8h
Local: Forte de Copacabana
Uniforme: 3º D1

EVENTO 17

Corrida “Bicentenário de Caxias”

Data/Hora: 24 Ago 03 (domingo) às 9h
Local: Vila Militar – RJ
Uniforme: 3º D1

EVENTO 18

Almoço no Jockey Club Brasileiro e Grande Prêmio “Duque de Caxias”

Data/Hora: 24 Ago 03 (domingo) às 12h30min
Local: Hipódromo da Gávea
Uniforme: 3º A

EVENTO 19

Desfile Cívico-Militar

Data/Hora: 25 Ago 03 (segunda-feira) às 8h
Local: Cidade de Duque de Caxias – RJ
Uniforme: 3º D1

EVENTO 20

Solenidade Militar do Dia do Soldado

Data/Hora: 25 Ago 03 (segunda-feira) às 20h
Local: Pantheon de Caxias
Uniforme: 2º A1

EVENTO 21

Sessão Solene na Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Data/Hora: 26 Ago 03 (terça-feira) às 19h
Local: Palácio Pedro Ernesto
Uniforme: 3º A

EVENTO 22

Sessão Solene na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Data/Hora: 29 Ago 03 (sexta-feira) às 18h30min
Local: Palácio Tiradentes
Uniforme: 3º A

EVENTOS ESPECIAIS

Concurso Literário “O Duque de Caxias Cidadão, Soldado e Pacificador”

Premiação Regional
Data/Hora: 09 Ago 03 (sábado) às 18h

Exposição Itinerante “A Vida de Caxias”

Períodos e locais:
04 a 15 Jul 03 – Belo Horizonte, MG
16 a 18 Jul 03 – Juiz de Fora, MG
29 Jul a 12 Ago 03 – Vitória, ES
13 a 19 Ago 03 – Niterói, RJ
20 a 31 Ago 03 – Rio de Janeiro, RJ

NOVOS SÓCIOS EMÉRITOS

A Assembléia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2002 homologou a ascensão à categoria de emérito, proposta pela

Diretoria, dos sócios titulares: General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro e Professor Doutor Arno Wehling.

NOVOS COLABORADORES DO IGHMB

Conforme estabelece o § 1º do Art. 17 do Estatuto do IGHMB, por ato do Presidente e decisão da Diretoria, foram admitidos como colaboradores deste Instituto, por um período de 4 (quatro) anos:

- a contar de 1º de março de 2003, o Major Cláudio Ricardo Hehl Forjaz e o Sr. Marcelo Peixoto da Silva.
- a contar de 1º de abril de 2003, o Capitão Luciano Batista de Lima.

EXCLUSÃO DE SÓCIOS

De acordo com as alíneas *b* e *c* do Art. 19 e § 1º do Art. 20 do Estatuto, o Presidente do IGHMB, por decisão da Diretoria, após ouvida a Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios, resolve excluir do quadro de sócios titulares: Coronel Genino Jorge Cosendey (s/cad); Coronel Ney Salles (Cad. nº 47, *General Raymundo José da Cunha Mattos*); e CMG (FN) Gil Cordeiro Dias Ferreira (Cad. nº 15, *Chefe de Divisão Augusto João Manuel Levergé, Barão de Melgaço*).

JUBILAÇÃO DE SÓCIOS

Passaram à condição de jubilados, em 2003, os seguintes sócios ocupantes das cadeiras abaixo:

- De acordo com o estabelecido no § 1º do Art. 12 do Estatuto do IGHMB: Cad. nº 21, *Coronel Emílio Carlos Jourdan,*

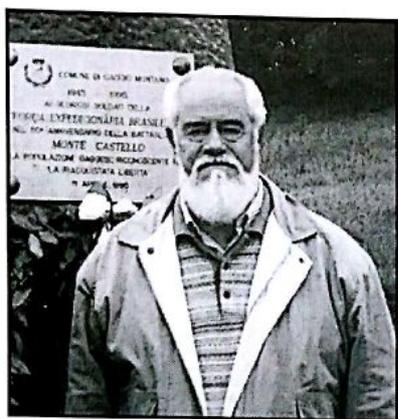
Tenente-Coronel Antônio Gonçalves Meira e Cad. nº 38, *Almirante Inácio Joaquim da Fonseca*, Contra-Almirante Max Justo Guedes, a partir de 1º de julho; Cad. nº 69, *Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues*, Coronel Amerino Raposo Filho, a partir de 1º de setembro; Cad. nº 91, *Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt*, General-de-Divisão Carlos Patrício Freitas Pereira, a partir de 1º de abril.

- De conformidade com o prescrito no § 2º do Art. 12 do Estatuto do IGHMB (Assembleia Geral Extraordinária, em 28 de agosto de 2003, por unanimidade): Cad. nº 10, *Coronel Antônio de Sena Madureira*, Coronel Jardro de Alcântara Avellar; Cad. nº 11, *General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza*, Tenente-Coronel Pedro Jacinto de Mallet-Joubin; Cad. nº 28, *José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo*, Professor José Neves Bittencourt; Cad. nº 46, *Coronel José Saturnino da Costa Pereira*, Doutor Luiz de Castro Souza; Cad. nº 48, *Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra*, Coronel Luiz Gonzaga de Mello; Cad. nº 52, *Marechal Inocêncio Velloso Pederneiras*, Brigadeiro-do-Ar Humberto César Pamplona Coelho; Cad. nº 54, *Engenheiro André Pinto Rebouças*, Coronel Elber de Mello Henriques; Cad. nº 62, *Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama*, Almirante Antônio Mendes Braz da Silva; Cad. nº 75, *Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita*, Coronel Asdrúbal Esteves; Cad. nº 79, *Marechal João Baptista Mascarenhas de*

Morais, Coronel Adhemar Rivermar de Almeida; Cad. nº 86, *General João Henrique Böhn*, Coronel Pedro Schirmer; Cad. nº 87, *General João Xavier Curado*, Professor Affonso Celso Villela de Carvalho; e Cad. nº 88, *General Francisco de Paula Cidade*, Coronel Cláudio Moreira Bento.

FALECIMENTOS

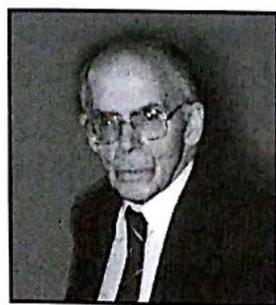
- Tenente Miguel Pereira, Guardião do Monumento Votivo e Cemitério Militar de Pistóia, em fevereiro de 2003, na cidade de Pistóia, Itália, aos 84 anos, sepultado em San Rocco. Ao ato estiveram presentes ex-combatentes e autoridades italianas.



Tenente Miguel Pereira

Gaúcho de Santo Amaro, desembarcou na Itália com o primeiro escalão da FEB, em 1944, prestou serviços no quartel-general do General Mascarenhas de Moraes e destacou-se como encarregado do Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia.

- Tenente-General Manuel Freire Themudo Barata, do Exército português, Vice-Presidente da Comissão Internacional de His-



Tenente-General Manuel Freire Themudo Barata, do Exército português.

tória Militar, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar e sócio correspondente do IGHMB, em 25 de abril de 2003, na cidade de Lisboa, Portugal, tendo sido sepultado na vila de Estarreja, em Aveiro.

- Os sócios titulares e o sócio honorário abaixo nominados, com as respectivas cadeiras:
 - Cad. nº 24, *Marechal Francisco das Chagas Santos*, General-de-Divisão Tasso Villar de Aquino, em 29 de abril de 2003, no Rio de Janeiro.
 - Cad. nº 61, *Padre Bartolomeu de Gusmão*, Coronel Hernâni D'Aguiar, em 5 de junho de 2003, no Rio de Janeiro.
 - Cad. nº 3, *José Maria da Silva Paranhos*, Barão do Rio Branco, CMG (FN) Dino Willy Cozza, em 20 de agosto de 2003, na Romênia.
 - Cad. nº 25, *Acadêmico Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha*, General-de-Brigada Umberto Peregrino Seabra Fagundes, em 5 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro.
 - Sócio honorário General-de-Brigada Plínio Pitaluga, em 17 de dezembro de 2003, no Rio de Janeiro.

CURTAS

- **Primeiro Tiro de Artilharia da FEB** – Em 16 de setembro, teve lugar no Grupo Monte Bastione, São Cristóvão, RJ, solenidade comemorativa do primeiro disparo da Artilharia da FEB na Itália, pela 2ª peça da 1ª Bateria (Capitão Lobato Vale) do II/1º Regimento Auto-Rebocado de Artilharia (Grupo Da Cami-



no), tendo como comandante da peça o então 3º Sgt Miguel Ferreira Lima e como atirador (C2), o cabo Adão. Coincidentemente, nesta mesma data, o Forte de Coimbra disparava seus obuses contra a frota fluvial do Paraguai, que acabou desistindo de atacá-lo.

- **Política Cultural do Exército** – A nova política cultural do Exército, aprovada pela Portaria Nº 614/2002, enfatiza o estudo e a pesquisa de História Militar.
- **O IGHMB na EsAO** – Em 2003, o IGHMB atendeu a três Pedidos de Cooperação na Instrução da EsAO: o primeiro, em 16 de abril, ao ensejo do Dia do Exército, abordando o tema Guararapes; o segundo, em 22 de agosto, ao ensejo das comemorações do Bicentário de Nascimento do Duque de Caxias, e o terceiro, em 7 de outubro, sobre as Guerras do Golfo. O IGHMB se fez representar, em todos eles, pelo seu Presidente e pelo sócio honorário Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula, tendo o primeiro contado ainda com a par-

ticipação do sócio honorário Doutor Marcos da Cunha e Souza.

- **Homenagens** – O IGHMB, indiretamente, foi homenageado na pessoa de dois dos seus sócios.
 - Durante almoço no Nacional Clube, em São Paulo, SP, com o título de **Grande Mestre em Estratégia** pela USP, o sócio emérito General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos. A homenagem mereceu extensa coluna no *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro.
 - O Governo português distinguiu, com a **Ordem do Infante D. Henrique**, no grau de **Grande Oficial**, o Presidente do IGHMB, por ter estreitado os laços culturais entre o Brasil e Portugal e divulgado a História Militar luso-brasileira



O Presidente do IGHMB ao receber a Ordem do Infante D. Henrique das mãos do Embaixador de Portugal no Brasil.

em congressos internacionais de História Militar, bem como por haver promovido o simpósio **500 Anos de História Militar Luso-Brasileira**, ao ensejo das comemorações de meio século do descobrimento do Brasil.



IGHMB – Situação em dezembro de 2003

1. SÓCIOS EMÉRITOS

Com o número das cadeiras que ocupavam como Sócios Efetivos e respectivos Patronos.

Coronel FRANCISCO RUAS SANTOS – 64 (CALÓGERAS)
Coronel JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES – 3 (RIO BRANCO)
General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE – 47 (CUNHA MATTOS)
Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO – 88 (PAULA CIDADE)
Almirante MÁRIO CÉSAR FLORES – 77 (VISCONDE DE INHAÚMA)
General JONAS DE MORAIS CORREIA NETO – 72 (OSÓRIO)
Coronel ELBER DE MELLO HENRIQUES – 54 (REBOUÇAS)

2. SÓCIOS FUNDADORES

Relacionados em ordem alfabética e com o posto que tinham à época da fundação.

Capitão ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA
Coronel ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO
Capitão ALTAMIRANO NUNES PEREIRA
Coronel ALVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE
Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES
Comandante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA
Capitão ANTÔNIO LEÔNCIO PEREIRA FERRAZ
Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA
General AUGUSTO TASSO FRAGOSO
General CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON
Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER
Comandante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA
Coronel EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
General ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
Tenente-Coronel FRANCISCO DE PAULA CIDADE
Coronel FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS
General FRANCISCO JOSÉ PINTO
Capitão FREDERICO AUGUSTO RONDON
Comandante FREDERICO VILLAR
Coronel GENSERICO DE VASCONCELOS
Almirante HENRIQUE BOITEUX
Capitão HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO
General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO
General JOÃO MANUEL BORGES FORTES
Capitão JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO
Major JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO
Capitão JONATHAS DE MORAIS CORREIA
Capitão JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO
Major JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO
General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES
Tenente-Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA
Comandante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX
Coronel LUIZ LOBO
Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA
General MANUEL LIBERATO BITTENCOURT
Major PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO
Major RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA
Coronel RAUL BANDEIRA DE MELO
Almirante RAUL TAVARES
Capitão SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE
Coronel VALENTIM BENÍCIO DA SILVA

3. SÓCIOS TITULARES

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
1.	ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, Visconde de Taunay	Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO – Fundador General CARLOS DE MEIRA MATTOS – Emérito Vaga
2.	General ALFREDO MALAN D'ANGRONE	General FREDERICO AUGUSTO RONDON – Fundador-Benemérito Coronel VIRGÍLIO DA VEIGA
3.	JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, Barão do Rio Branco	General FRANCISCO DE PAULA CIDADE –Fundador Coronel JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES – Emérito Comandante DINO WILLY COZZA Vaga
4.	Chefe-de-Divisão ANTONIO CLÁUDIO SOÍDO	General ARNALDO DAMASCENO VIEIRA Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS Professor ODORICO PIRES PINTO Professor GILBERTO JOÃO CARLOS FERREZ Vaga
5.	Almirante ANTÔNIO COUTINHO GOMES PEREIRA	Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA – Fundador Almirante WASHINGTON PERRY DE ALMEIDA – Benemérito Vaga
6.	General ANTÔNIO JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA	General JOÃO MANUEL BORGES FORTES – Fundador General AFFONSO DE CARVALHO General ADALARDO FIALHO Vaga
7.	Engenheiro JÚLIO CÉSAR RIBEIRO DE SOUZA	Brigadeiro LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES – Benemérito Doutor AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR Professor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE Professor ARNO WEHLING – Emérito Vaga
8.	Almirante ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, Barão de Tefé	Almirante FREDERICO VILLAR – Fundador Almirante JOÃO DO PRADO MAIA – Benemérito Almirante HÉLIO LEÔNIO MARTINS – Emérito Vaga
9.	Comandante MARIANO DE AZEVEDO	General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT – Fundador General NELSON WERNECK SODRÉ Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
10.	Coronel ANTÔNIO DE SENA MADUREIRA	Coronel ÁLVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE – Fundador General NELSON RODRIGUES DE CARVALHO Coronel JARDRO DE ALCÂNTARA AVELLAR – Jubilado Vaga
11.	General ANTÔNIO TIBÚRCIO FERREIRA DE SOUZA	General GENSERICO DE VASCONCELOS – Fundador Marechal ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA General OLÍVIO GONDIM DE UZÊDA Professor PEDRO JACINTO DE MALLETT JOUBIM – Jubilado Vaga
12.	Almirante JÚLIO CÉSAR DE NORONHA	General EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
13.	Almirante ARTHUR SILVEIRA DA MOTTA, Barão de Jaceguai	Almirante RAUL TAVARES – Fundador-Benemérito Doutor SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA Almirante DOMINGOS PACÍFICO CASTELLO BRANCO FERREIRA
14.	Coronel AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA	General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA – Fundador General AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS Coronel JOSÉ DE SÁ MARTINS
15.	Chefe-de-Divisão AUGUSTO JOÃO MANUEL LEVERGÉ, Barão de Melgaço	Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES – Fundador General JOAQUIM VICENTE RONDON Almirante HERICK MARQUES CAMINHA – Benemérito Comandante GIL CORDEIRO DIAS FERREIRA Vaga
16.	Marechal CARLOS AUGUSTO DE CAMPOS	General ALTAMIRANO NUNES PEREIRA – Fundador Coronel FERNANDO ULRICH DE ALMEIDA Doutor MARCOS RIBEIRO CORRÊA
17.	General CONRADO JACOB DE NIEMEYER	General JOÃO DE MELO MORAIS Professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS Coronel JUVENAL MILTON ENGEL
18.	Tenente-Coronel DIOGO AROUCHE	General RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA – Fundador-Benemérito Professor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO Vaga
19.	General DIONÍSIO EVANGELISTA DE CASTRO CERQUEIRA	Marechal ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO – Fundador-Benemérito Coronel JOSÉ FERNANDO DE MAYA PEDROSA
20.	General EDUARDO JOSÉ DE MORAIS	General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO – Fundador-Benemérito Professor GUILHERME DE ANDREA FROTA

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
21.	Coronel EMÍLIO CARLOS JOURDAN	General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA – Fundador-Benemérito General ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR – Benemérito Coronel ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA – Jubilado Vaga
22.	Coronel FRANCISCO ANTÔNIO CARNEIRO DA CUNHA	General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO – Fundador General AUGUSTO FREDERICO DE ARAÚJO CORREIA LIMA General OMAR EMIR CHAVES – Benemérito Vaga
23.	Marechal ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES	General JONATHAS DE MORAIS CORREIA – Fundador General JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO General DANILO DA CUNHA NUNES
24.	Marechal FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO – Fundador Marechal MÁRIO TRAVASSOS Coronel NEWTON CORRÊA DE ANDRADE MELLO General TASSO VILLAR DE AQUINO Vaga
25.	Acadêmico EUCLIDES RODRIGUES PIMENTA DA CUNHA	General UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES Vaga
26.	Marechal HENRIQUE PEDRO CARLOS DE BEAUREPAIRE ROHAN – Visconde de Beaurepaire Rohan	General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Fundador-Benemérito Professor EDUARDO CANABRAVA BARREIROS Coronel PAULO DARTANHAM MARQUES DE AMORIM
27.	Major ANTÔNIO FLORÊNCIO PEREIRA DO LAGO	General MANOEL CAVALCANTE PROENÇA General HUGO SILVA Professor LOURENÇO LUIZ LACOMBE Vaga
28.	JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, Visconde de São Leopoldo	General FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO Brigadeiro DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA Professor JOSÉ NEVES BITTENCOURT – Jubilado Vaga
29.	General JERÔNIMO FRANCISCO COELHO	General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES – Fundador Coronel FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA Coronel FERNANDO OSCAR WEIBERT
30.	General JOÃO SEVERIANO DA FONSECA	General CARLOS SUDÁ DE ANDRADE General JARBAS CAVALCANTE DE ARAGÃO Coronel JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETO Almirante MARIO JORGE DA FONSECA HERMES

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
31.	Marechal JOSÉ BERNARDINO BORMANN	General AUGUSTO TASSO FRAGOSO – Fundador-Benemérito Coronel JOÃO BAPTISTA DE MAGALHÃES Coronel FELICIANO THAUMATURGO MENDES DE MORAIS
32.	Almirante JOSÉ CÂNDIDO GUILLOBEL	Almirante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA – Fundador Almirante RENATO DE ALMEIDA GUILLOBEL Comandante LEVY SCAVARDA Almirante ARTHUR OSCAR SALDANHA DA GAMA – Benemérito Doutor JOAQUIM PONCE LEAL Vaga
33.	Comandante MANUEL ANTÔNIO VITAL DE OLIVEIRA	Comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO Almirante HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA Almirante ARLINDO VIANNA FILHO – Emérito Vaga
34.	General FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA, Barão de Caçapava	Coronel LUIZ LOBO – Fundador General LUIZ FELICIO MONTEIRO DE LIMA Coronel ARIVALDO SILVEIRA FONTES
35.	General JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA	Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER – Fundador Almirante GERSON DE MACEDO SOARES General LAURO ALVES PINTO Coronel HIRAM DE FREITAS CÂMARA
36.	General JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE OLIVEIRA	Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO – Fundador Vaga
37.	General JOSÉ JOAQUIM BARBOSA, Visconde do Rio Comprido	General ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA – Fundador Brigadeiro JOSÉ EDUARDO MAGALHÃES MOTTA
38.	Almirante INÁCIO JOAQUIM DA FONSECA	Almirante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA – Fundador Almirante JUVENAL GREENHALGH Almirante MAX JUSTO GUEDES – Jubilado Vaga
39.	General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES	General JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO – Fundador Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT – Benemérito General FERNANDO GUIMARÃES DE CERQUEIRA LIMA Brigadeiro LAURO NEY MENEZES
40.	Major LADISLAU DOS SANTOS TITARA	General ANTÔNIO LEÔNCIO PEREIRA FERRAZ – Fundador Coronel GERMANO SEIDL VIDAL

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
41.	Coronel JOÃO DE SOUZA MELLO ALVIM	General FERDINANDO DE CARVALHO Vaga
42.	Capitão ALFREDO PRETEXTATO MACIEL DA SILVA	General PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO – Fundador Doutor MARCOS CLÁUDIO PHILIPPE CARNEIRO DE MENDONÇA Coronel NELSON JOSÉ ABREU DO Ó DE ALMEIDA Vaga
43.	Comandante LUIZ BARROSO PEREIRA	Almirante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX – Fundador Comandante LÉO FONSECA E SILVA Vaga
44.	Major JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO	Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO – Fundador General SALM DE MIRANDA Vaga
45.	General FRANCISCO DE PAULA BORGES FORTES	General FRANCISCO JOSÉ PINTO – Fundador General AMYR BORGES FORTES Vaga
46.	Coronel JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA	General RAUL BANDEIRA DE MELLO – Fundador General WALDEMIRO PIMENTEL Doutor LUIZ DE CASTRO SOUZA – Jubilado Vaga
47.	General RAYMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS	General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE – Fundador-Benemérito Coronel NEY SALLES Vaga
48.	Coronel RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA	Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON – Fundador-Benemérito Doutor GUSTAVO BARROSO General RAUL SILVEIRA DE MELLO – Benemérito Coronel LUIZ GONZAGA DE MELLO – Jubilado Vaga
49.	General RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, Visconde de Maracaju	Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA – Fundador General EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA – Benemérito General FLAMMARION PINTO DE CAMPOS Coronel NILTON FREIXINHO
50.	Almirante FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA TORRES E ALVIM, Barão de Iguatemi	Almirante HENRIQUE BOITEUX – Fundador Almirante ANÍBAL DO AMARAL GAMA Comandante CARLOS GARRIDO Comandante ANTÔNIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE – Jubilado Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
51.	General AUGUSTO TASSO FRAGOSO	Marechal TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE – Benemérito General SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO – Emérito Vaga
52.	Marechal INNOCÊNCIO VELLOSO PEDERNEIRAS	General DJALMA POLY COELHO Coronel SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO Brigadeiro HUMBERTO CESAR PAMPLONA COELHO – Jubilado Vaga
53.	FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, Visconde de Porto Seguro	General DIOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES Tenente-Coronel JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO Coronel SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA
54.	Engenheiro ANDRÉ PINTO REBOUÇAS	Marechal INÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO Coronel ELBER DE MELLO HENRIQUES – Emérito – Jubilado Coronel MARCO ANTONIO CUNHA
55.	General JOAQUIM DE SALLES TORRES HOMEM	General JOSÉ MEIRA DE VASCONCELLOS – Benemérito Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER – Benemérito General HEITOR BORGES FORTES Coronel MANOEL SORIANO NETO
56.	Engenheiro AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY – Benemérito Doutor KEPLER ALVES BORGES
57.	Marechal PEDRO DE ALCÂNTARA BELLEGARDE	General CÉSAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES – Benemérito Doutor ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO Professor ANTÔNIO PIMENTEL WINZ Vaga
58.	Marechal LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias	Professor EUGÊNIO VILHENA DE MORAES General ALFREDO SOUTO MALAN Coronel ALDÍLIO SARMENTO XAVIER General ALBERTO DOS SANTOS LIMA FAJARDO
59.	Marechal EMÍDIO DANTAS BARRETO	General OTÁVIO ISMAELINO SARMENTO DE CASTRO
60.	Marechal-do-Ar ALBERTO SANTOS DUMONT	Coronel LUIZ PEDRO MIRANDA DA COSTA
61.	Padre BARTOLOMEU DE GUSMÃO	Brigadeiro GODOFREDO VIDAL Coronel HERNANI D'AGUIAR Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
62.	Almirante LUIZ FELIPE DE SALDANHA DA GAMA	Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA – Fundador Almirante ANTÔNIO MENDES BRAZ DA SILVA – Jubilado Vaga
63.	Marechal GREGÓRIO THAUMATURGO DE AZEVEDO	Almirante MÁRIO FERREIRA FRANÇA General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO – Benemérito General ALBERTO MARTINS DA SILVA
64.	Engenheiro PANDIÁ CALÓGERAS	General AURÉLIO DE LYRA TAVARES – Benemérito Coronel FRANCISCO RUAS SANTOS – Emérito – Jubilado Professor VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS Engenheiro CHISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JUNIOR
65.	Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON	General FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ – Benemérito Major ELZA CANSANÇÃO MEDEIROS
66.	Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO	General SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO
67.	General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA	Professor ALBERTO LIMA General AGUINALDO JOSÉ DE SENNA CAMPOS General NEWTON BONUMÁ DOS SANTOS Vaga
68.	General MANUEL LIBERATO BITTENCOURT	General JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO – Fundador-Benemérito Coronel CELSO JOSÉ PIRES
69.	Brigadeiro-do-Ar LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES	Coronel AMERINO RAPOSO FILHO – Jubilado Vaga
70.	General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA	Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM Vaga
71.	Almirante JOAQUIM MARQUES LISBOA, Marquês de Tamandaré	Almirante ESTANISLAU FAÇANHA SOBRINHO
72.	Marechal MANOEL LUIZ OSÓRIO, Marquês do Herval	General JONAS DE MORAIS CORREIA NETO – Emérito Almirante ARMANDO DE SENNA BITTENCOURT
73.	Marechal ANTONIO DE SAMPAIO	General MURILO RODRIGUES DE SOUZA General MORIVALDE CALVET FAGUNDES Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO Vaga
74.	Marechal EMÍLIO LUÍS MALLET, Barão de Itapevy	Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
75.	Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA	Coronel ASDRÚBAL ESTEVES – Jubilado Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
76.	Almirante FRANCISCO MANUEL BARROSO, Barão do Amazonas	Almirante ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
77.	Almirante JOAQUIM JOSÉ IGNÁCIO, Visconde de Inhaúma	Almirante MÁRIO CÉSAR FLORES – Emérito Tenente-Coronel HUGO JORGE DE BRITO CHAVES
78.	General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS	Professor PAULO BRAGA DE MENEZES Coronel DARZAN NETO DA SILVA
79.	Marechal JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAIS	General HEITOR DE ALMEIDA HERRERA Coronel ADHEMAR RIVERMAR DE ALMEIDA – Jubilado Vaga
80.	Tenente-Coronel JOSÉ DE MIRALES	Professor GILBERTO FREYRE Vaga
81.	Tenente HENRIQUE DUQUE ESTRADA DE MACEDO SOARES	Professor RAUL DO REGO LIMA General AURELIANO PINTO DE MOURA
82.	Capitão TEOTÔNIO MEIRELLES DA SILVA	Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA Vaga
83.	Almirante MANOEL PINTO BRAVO	Almirante JOÃO CARLOS GONÇALVES CAMINHA
84.	Capitão-de-Fragata JOSÉ EGYDIO GARCEZ PALHA	Professor ARISTIDES PINTO COELHO
86.	General JOÃO HENRIQUE BÖHM	Coronel PEDRO SCHIRMER Vaga
87.	General JOAQUIM XAVIER CURADO	Professor AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO – Jubilado Vaga
88.	General FRANCISCO DE PAULA CIDADE	Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO – Emérito – Jubilado Coronel DAVIS RIBEIRO DE SENA
89.	Acadêmico OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC	General LIBERATO DA CUNHA FRIEDRICH Doutor JOAQUIM MANUEL XAVIER DA SILVEIRA
90.	Acadêmico GUSTAVO BARROSO	Coronel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES Brigadeiro MAX ALVIM
91.	Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT	General CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA – Jubilado Vaga
92.	Tenente-Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY	Vaga
93.	Almirante JOÃO DO PRADO MAIA	Comandante LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
94.	Coronel FRANCISCO XAVIER LOPES ARAÚJO, Barão de Parima	Vaga
95.	Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	Coronel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE
96.	General ANTÔNIO DE SOUZA JUNIOR	Brigadeiro MURILLO SANTOS Vaga
97.	Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES	Tenente-Coronel ALCYR LINTZ GERALDO
98.	Marechal MÁRIO TRAVASSOS	Coronel JOÃO RIBEIRO DA SILVA
99.	ALEXANDRE DE GUSMÃO	General PEDRO LUIZ DE ARAÚJO BRAGA
100.	Escritor GASTÃO PENALVA	Almirante SÉRGIO TASSO VASQUEZ DE AQUINO

4. ESCLARECIMENTO

• As relações publicadas nesta Revista traduzem uma tentativa de consubstanciar um levantamento de caráter definitivo dos sócios das diversas categorias do Instituto e respectivos patronos.

Para isso, foi observada a seguinte orientação:

- respeito aos patronos das cadeiras na fundação do Instituto, mantendo-se o número consignado na Revista n. 1. Com isso, alguns patronos, instituídos posteriormente, tiveram reajustados os números de suas cadeiras;
- respeito ao vínculo do sócio com o respectivo patrono, seja por adoção na eleição ou posse, seja por ação futura. Com isso, ocorreram algumas mudanças no número das cadeiras de alguns sócios;
- os postos foram simplificados, em particular os dos oficiais-generais, ficando restringidos a Almirante, na Marinha, a General, no Exército, e a Brigadeiro, na Aeronáutica;
- evitou-se o uso indiscriminado de abreviaturas dos postos, para permitir maior entendimento por parte dos civis;
- procurou-se evitar nomes incompletos ou com apenas as iniciais de alguns sobrenomes;
- não foi publicada a relação dos Sócios Correspondentes a fim de permitir uma atualização rigorosa da existente; para isso, está sendo solicitada a cooperação dos confrades que dispõem de informações mais atualizadas. Idêntica solicitação está sendo feita com vistas a possíveis incorreções observadas e para a complementação do posto e do endereço.

5. SÓCIOS FALECIDOS

Com o número da cadeira que ocuparam como sócios titulares.

1. Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO – Fundador
2. General FREDERICO AUGUSTO RONDON – Fundador, Benemérito
3. General FRANCISCO DE PAULA CIDADE – Fundador
CMG DINO WILLY COZZA
4. General ARNALDO DAMASCENO VIEIRA
Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS
Professor ODORICO PIRES PINTO
Professor GILBERTO JOÃO CARLOS FERREZ
5. Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA – Fundador
Almirante WASHINGTON PERRY DE ALMEIDA – Benemérito
6. General JOÃO MANUEL BORGES FORTES – Fundador
General AFFONSO DE CARVALHO
General ADALARDO FIALHO
7. Brigadeiro LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES – Benemérito
Doutor AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR
Professor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
8. Almirante FREDERICO VILLAR – Fundador
Almirante JOÃO DO PRADO MAIA – Benemérito
9. General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT – Fundador
General NELSON WERNECK SODRÉ
10. Coronel ÁLVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE – Fundador
General NELSON RODRIGUES DE CARVALHO
11. Coronel GENSERICO DE VASCONCELLOS – Fundador
Marechal ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA
General OLÍVIO GONDIM DE UZÉDA
13. Almirante RAUL TAVARES – Fundador, Benemérito
Doutor SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
14. General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
General AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
15. Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES – Fundador
General JOAQUIM VICENTE RONDON
Almirante HERICK MARQUES CAMINHA – Benemérito
16. General ALTAMIRANO NUNES PEREIRA – Fundador
Coronel FERNANDO ULRICH DE ALMEIDA
17. General JOÃO DE MELO MORAIS
Professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
18. General RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA – Fundador
Professor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO
19. Marechal ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO – Benemérito
20. General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO – Fundador, Benemérito
21. General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA – Fundador, Benemérito
General ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR – Benemérito
22. General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO – Fundador
General AUGUSTO FREDERICO DE ARAÚJO CORREIA LIMA
General OMAR EMIR CHAVES – Benemérito
23. General JONATHAS DE MORAIS CORREIA – Fundador
General JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO
24. General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO – Fundador

- General TASSO VILLAR DE AQUINO
 Marechal MÁRIO TRAVASSOS
 Coronel NEWTON CORRÊA DE ANDRADE MELLO
25. General UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
26. General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Fundador, Benemérito
 Professor EDUARDO CANABRAVA BARREIROS
27. General MANOEL CAVALCANTE PROENÇA
 General HUGO SILVA
 Doutor LOURENÇO LUIZ LACOMBE
28. General FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO
 Brigadeiro DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA
29. General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES – Fundador
 Coronel FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA
30. General Doutor CARLOS SUDÁ DE ANDRADE
 General JARBAS CAVALCANTE DE ARAGÃO
 Coronel JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETO
31. General AUGUSTO TASSO FRAGOSO – Fundador, Benemérito
 Coronel JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES
32. Almirante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA – Fundador
 Almirante RENATO DE ALMEIDA GUILLOBEL
 Comandante LEVY SCAVARDA
 Almirante ARTHUR OSCAR SALDANHA DA GAMA – Benemérito
 Doutor JOAQUIM PONCE LEAL
33. Comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO
 Almirante HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA
34. Coronel LUIZ LOBO – Fundador
 General LUIZ FELÍCIO MONTEIRO DE LIMA
35. Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER – Fundador
 Almirante GERSON DE MACEDO SOARES
 General LAURO ALVES PINTO
36. Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO – Fundador
37. General ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA – Fundador
38. Almirante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA – Fundador
 Almirante JUVENAL GREENHALGH
39. General JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO – Fundador
 Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT – Benemérito
 General FERNANDO GUIMARÃES DE CERQUEIRA LIMA
40. General ANTÔNIO LEÔNCIO PEREIRA FERRAZ – Fundador
41. General FERDINANDO DE CARVALHO
42. General PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO – Fundador
 Doutor MARCOS CLÁUDIO PHILIPPE CARNEIRO DE MENDONÇA
 Coronel-Aviador NELSON JOSÉ ABREU DO Ó DE ALMEIDA
43. Almirante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX – Fundador
 Comandante LEO FONSECA E SILVA
44. Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO – Fundador
 General SALM DE MIRANDA
45. General FRANCISCO JOSÉ PINTO – Fundador
 General AMYR BORGES FORTES
46. General RAUL BANDEIRA DE MELLO – Fundador
 General WALDEMIRO PIMENTEL

48. Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON – Fundador, Benemérito
Doutor GUSTAVO BARROSO
General RAUL SILVEIRA DE MELLO – Benemérito
49. Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA – Fundador
General EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA – Benemérito
General FLAMMARION PINTO DE CAMPOS
50. Almirante HENRIQUE BOITEUX – Fundador
Almirante ANÍBAL DO AMARAL GAMA
Comandante CARLOS GARRIDO
51. Marechal TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE – Benemérito
52. General DJALMA POLY COELHO
Coronel SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO
53. General DIOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES
Coronel JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
54. Marechal INÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO
55. General JOSÉ MEIRA DE VASCONCELLOS – Benemérito
Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER – Benemérito
General HEITOR BORGES FORTES
56. Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY – Benemérito
57. General CÉSAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES – Benemérito
Doutor ADOLPHO MORALES DE LOS RIOS FILHO
Professor ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
58. Professor EUGÊNIO VILHENA DE MORAES
General ALFREDO SOUTO MALAN
Coronel ALDÍLIO SARMENTO XAVIER
61. Brigadeiro GODOFREDO VIDAL
Coronel HERNANI D'AGUIAR
62. Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA – Fundador
63. Almirante MÁRIO FERREIRA FRANÇA
General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO – Benemérito
64. General AURÉLIO DE LYRA TAVARES
Professor VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
65. General FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ – Benemérito
67. Professor ALBERTO LIMA
General AGUINALDO JOSÉ DE SENNA CAMPOS
General NEWTON BONUMÁ DOS SANTOS
68. General JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO – Fundador, Benemérito
70. Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM
73. General MURILO RODRIGUES DE SOUZA
General MORIVALDE CALVET FAGUNDES
Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
78. Professor PAULO BRAGA DE MENEZES
79. General HEITOR DE ALMEIDA HERRERA
80. Professor GILBERTO FREYRE
81. Professor RAUL DO REGO LIMA
82. Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA
85. Professor HERCULANO GOMES MATHIAS
89. General LIBERATO DA CUNHA FRIEDRICH
90. Coronel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES
96. Brigadeiro MURILLO SANTOS

Relatório Anual da Diretoria

Ano de 2003

1. FINALIDADE

Registrar as atividades desenvolvidas pelo IGHMB e efetuar a prestação de contas da Diretoria relativa ao ano de 2003.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

a. Recursos financeiros

O programa traçado para 2003 foi cumprido graças ao novo valor da anuidade, estabelecido em R\$300,00, conforme deliberação em Assembléia Geral de 16 de dezembro de 2002, de conformidade com o que prescreve o Art. 52 do Estatuto.

O demonstrativo da receita e da despesa anual, aprovado pelo Conselho Fiscal, consta do “Anexo A – Prestação de Contas”.

b. Secretaria

A Secretaria vem lutando com dificuldades para desincumbir-se de suas atribuições, pela falta de auxiliares e de recursos suficientes.

O Capitão Justo Hélio Monteiro vem se encarregando dos trabalhos da Secretaria dentro das possibilidades e limitações.

c. Boletim Informativo

Foram editados e distribuídos 10 (dez) Boletins Informativos, de março a dezembro, relatando as atividades socioculturais

no período. Uma coletânea desses informativos faz parte do “Anexo B – Coletânea de Boletins Informativos de 2003”.

d. Revista

As referentes aos anos de 2001 e 2002 estão em fase final de impressão, já estando pagas.

e. Instalações

O IGHMB luta para a manutenção das boas condições de uso da Casa Histórica de Deodoro, pelo fato de tratar-se de um imóvel centenário, cuja conservação não veio sendo feita dentro das suas reais necessidades.

A Presidência do Instituto fez gestões junto ao Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército no sentido de conseguir recursos para a recuperação do histórico imóvel. Contou, na oportunidade, com a cooperação do General-de-Exército Licínio Ribeiro Viana Filho.

As vistorias realizadas pela Presidência do IGHMB às obras que vêm sendo realizadas têm apresentado algumas restrições à qualidade do trabalho executado. Agravava-se a situação, uma vez que os recursos disponíveis não foram suficientes para a conclusão das obras.

f. Material permanente e de consumo

Apesar das dificuldades financeiras, foi

possível atender às necessidades de material de consumo.

g. Assembléia Geral

Realizaram-se três assembléias gerais ordinárias, ao longo do presente ano; uma para prestação de contas e apresentação do relatório anual de 2003 e outras duas destinadas à adaptação do Estatuto ao Código Civil.

h. Posse de Sócios

Tomaram posse em 2003 os sócios honorários: Coronel-Aviador Manuel Cambezes Junior; Coronel de Cavalaria Hélcio Pinheiro; Professor Doutor José Eugênio de Macedo Soares.

i. Admissão como Colaborador

Conforme o que estabelece o § 1º do Art. 17 do Estatuto do IGHMB, por ato do Presidente e decisão da Diretoria, foram admitidos como Colaboradores deste Instituto, por um período de 4 (quatro) anos: o Major Cláudio Ricardo Hehl Forjaz e o Sr. Marcelo Peixoto da Silva, a contar de 1º de março; e o Capitão Luciano Batista de Lima, a contar de 1º de abril.

j. Jubilação de Sócios

Segundo o que prescreve o Art. 12 do Estatuto do IGHMB, foram jubilados os seguintes sócios: General-de-Divisão Carlos Patrício de Freitas Pereira, a partir de 1º de abril; Contra Almirante Max Justo Guedes e Tenente-Coronel Antônio Gonçalves Meira, a partir de 1º de julho; Coronel Amerino Raposo Filho, Coronel Jardro de Alcântara Avellar, Tenente-Coronel Pe-

dro Jacinto de Mallet Joubin, Professor José Neves Bittencourt, Doutor Luiz de Castro Souza, Coronel Luiz Gonzaga de Mello, Brigadeiro-do-Ar Humberto César Pamplona Coelho, Coronel Elber de Mello Henriques, Almirante Antônio Mendes Braz da Silva, Coronel Asdrúbal Esteves, Coronel Adhemar Rivermar de Almeida, Coronel Pedro Schirmer, Professor Affonso Celso Villela de Carvalho e Coronel Cláudio Moreira Bento, a partir de 1º de setembro.

l. Falecimento de Sócios

No ano de 2003, faleceram os seguintes confrades: Ten Gen Manuel Freire Themudo Barata, em 25 de abril; Gen Div Tasso Villar de Aquino, em 29 de abril; Cel Hernâni d'Aguiar, em 5 de junho; CMG Dino Willy Cozza, em 2 de agosto; e Gen Bda Umberto Peregrino Seabra Fagundes, em 5 de setembro.

3. ATIVIDADES CULTURAIS

a. Palestras e Conferências

O ano sociocultural foi aberto em 25 de março com a conferência sobre o tema "A Guerrilha Colombiana", proferida pelo Gen Bda Manuel Theophilo Gaspar de Oliveira. Foram proferidas, durante o ano, 24 palestras e conferências pelos conferencistas e palestrantes constantes do "Anexo C – Palestras e Conferências Proferidas em 2003".

b. Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM)

Em 2003, o IGHMB realizou 6 (seis) sessões do NEPHIM, de abril a novembro,

seguinte a programação constante no “Anexo D – Sessões do NEPHIM em 2003”.

c. Simpósios

No corrente ano, o IGHMB fez realizar um simpósio sobre o tema “Bicentário de Nascimento do Duque de Caxias”, no auditório do IHGB, no período de 19 a 21 de agosto. O evento teve como coordenadores o Cel Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho, presidente do IGHMB, e o Professor Doutor Arno Wehling, presidente do IHGB.

d. Congresso Internacional de História Militar

O IGHMB se fez representar no XXIX Congresso Internacional de História Militar, realizado no período de 10 a 16 de agosto, em Bucarest, Romênia, sob o patrocínio da Comissão Internacional de História Militar, pelo CMG (FN) Dino Willy Cozza.

e. 67º Aniversário do IGHMB

Em comemoração ao transcurso do 67º aniversário da fundação do IGHMB, teve lugar, em 4 de novembro, Sessão Solene alusiva, seguida de um concorrido coquetel de confraternização, na Casa Histórica de Deodoro. Na referida Sessão, fez uso da palavra o Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, abordando o tema “A Formação Militar”.

f. Visitas e passeios

O IGHMB, no corrente ano, promoveu apenas uma visita marítima ao navio-aeródromo *São Paulo*, no dia 11 de novembro.

4. CONCLUSÃO

Apesar de todas as dificuldades encontradas, o IGHMB pode orgulhar-se de ter cumprido com êxito a programação proposta para o ano de 2003. Preocupa sobretudo o agravamento da situação financeira do Instituto e a conservação da Casa Histórica de Deodoro, o que leva a se pensar em obter subvenção do Ministério da Defesa ou passar para este a subordinação do Instituto, para assegurar sua sobrevivência com rejuvenescimento dos seus quadros.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2003

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
Presidente

JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Diretor Secretário



ANEXOS

- A – Prestação de contas (omitido)
- B – Boletins Informativos de 2003 (omitido)
- C – Palestras e Conferências proferidas em 2003
- D – Sessões do NEPHIM realizadas em 2003

ANEXO C**PALESTRAS E CONFERÊNCIAS PROFERIDAS EM 2003**

25 de março

General-de-Brigada MANOEL TEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA – *A Guerrilha Colombiana*

15 de abril

Embaixador VASCO MARIZ – *Caxias e Rio Branco*

13 de maio

Coronel NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO – *Osório*

20 de maio

Almirante-de-Esquadra MÁRIO CÉSAR FLORES – *Defesa Nacional na Ordem do Século XXI*

27 de maio

General-de-Brigada SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO – *Caxias e seu Tempo*

03 de junho

General-de-Brigada SÉRGIO DE AVELLAR COUTINHO – *A Nova Fase da Guerra Fria*

10 de junho

Vice-Almirante HÉLIO LEÔNCIO MARTINS – *A Marinha nas Guerras da Cisplatina e da Independência*

24 de junho

General-de-Brigada CÉSAR AUGUSTO NICODEMUS DE SOUZA – *Caxias e a Arte da Guerra*

08 de julho

Doutor CHRISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JUNIOR – *O Brasil na Antártica*

15 de julho

Coronel NILTON FREIXINHO – *Uma Experiência no Difícil Ofício de Historiador*

22 de julho

Major do Exército da Espanha D. GERMÁN SANCHEZ ARROYO – *A Banda Terrorista ETA*

29 de julho

Professor FRANCISCO DORATIOTO – *Caxias e a Guerra da Tríplice Aliança*

02 de setembro

Major CLÁUDIO RICARDO HEHL FORJAZ – *Matias de Albuquerque*

16 de setembro

Professor MARCOS RIBEIRO CORRÊA – *O Crescente e a Cruz*

23 de setembro

Coronel DAVIS RIBEIRO DE SENNA – *Uma Interpretação da Coluna Miguel Costa-Prestes*

30 de setembro

Professor Doutor JOSÉ EUGÊNIO DE MACEDO SOARES – *O Ocaso da Águia*

07 de outubro

Vice-Almirante HÉLIO LEÔNCIO MARTINS – *Os Oficiais Estrangeiros na Marinha Brasileira*

21 de outubro

Coronel-Aviador MANUEL CAMBESES JUNIOR – *Eduardo Gomes: o Homem e o Mito*

28 de outubro

General-de-Exército ANTÔNIO JOAQUIM SOARES MOREIRA – *O Irã que eu vi*

04 de novembro

Vice-Almirante ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL – *A Formação Militar*

18 de novembro

Tenente-Coronel CLÁUDIO RICARDO HEHL FORJAZ – *Duarte Coelho*

25 de novembro
General-de-Divisão Médico AURELIANO PINTO DE MOURA - *Solano López: Napoleão ou Átila do Prata?*

07 de dezembro
Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - *As Guerras do Golfo de 1991 e 2003*

09 de dezembro
Almirante-de-Esquadra ARLINDO VIANNA FILHO - *Tamandaré*

ANEXO D

SESSÕES DO "NEPHIM" REALIZADAS EM 2003

08 de abril
General-de-Exército SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - *Homenagem Póstuma ao General-de-Brigada Plínio Pitaluga*

Economista MARCOS RIBEIRO CORRÊA - *Homenagem Póstuma ao Doutor Joaquim Ponce Leal*

17 de junho
Vice-Almirante SÉRGIO TASSO VASQUEZ DE AQUINO - *Homenagem póstuma ao General-de-Divisão Tasso Villar de Aquino*

Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - *Homenagem póstuma ao Tenente-General Manuel Freire Themudo Barata*

General-de-Brigada SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO - *Caxias*

01 de julho
Coronel JOSÉ DE SÁ MARTINS - *Homenagem póstuma ao Coronel Hernâni d'Aguilar*

Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - *A Continência*

12 de agosto
Coronel JOSÉ DE SÁ MARTINS - *Inconfidência Baiana*

Economista MARCOS RIBEIRO CORRÊA - *A Natureza da Colonização Portuguesa*

14 de outubro
Coronel Professor CELSO JOSÉ PIRES - *Homenagem póstuma ao General-de-Brigada Umberto Peregrino Seabra Fagundes*

General-de-Divisão Médico AURELIANO PINTO DE MOURA - *Centenário de nascimento do General-de-Divisão Jonas de Moraes Correia Filho*



Softimage
Assessoria Empresarial

Composição e diagramação
Softimage Assessoria Empresarial Ltda.
Rua João Alfredo, 60/704, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
Tel: 21 2572-3111

